



Responsabilidade social e ambiental

Responsabilidade social e ambiental

Benedita de Fátima Delbono

© 2016 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente

Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação

Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico

Dieter S. S. Paiva
Camila Cardoso Rotella
Emanuel Santana
Alberto S. Santana
Regina Cláudia da Silva Fiorin
Cristiane Lisandra Danna
Danielly Nunes Andrade Noé

Parecerista

Isabella Alice Gotti

Editores

Emanuel Santana
Cristiane Lisandra Danna
André Augusto de Andrade Ramos
Daniel Roggeri Rosa
Adilson Braga Fontes
Diogo Ribeiro Garcia
eGTB Editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Delbono, Benedita de Fátima
D137r Responsabilidade social e ambiental / Benedita de
Fátima Delbono. – Londrina : Editora e Distribuidora
Educacional S.A., 2016.
200 p.

ISBN 978-85-8482-451-9

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Gestão ambiental. 3.
Responsabilidade social da empresa. I. Título.

CDD 363.7

2016
Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza
CEP: 86041-100 – Londrina – PR
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br
Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

Sumário

Unidade 1 Crise ambiental e social e o desenvolvimento sustentável	7
Seção 1.1 - Crises ambientais no Brasil e no mundo	9
Seção 1.2 - Crise social e ética: paradigma econômico, social e ambiental	18
Seção 1.3 - Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade	28
Seção 1.4 - ONGs e organismos internacionais versus interesses econômicos e políticos do Estado	39
Unidade 2 Contradições do desenvolvimento sustentável e a abordagem ecológica e social	51
Seção 2.1 - Movimentos em defesa do meio ambiente	53
Seção 2.2 - Governança corporativa e responsabilidade social empresarial	63
Seção 2.3 - Meio ambiente na perspectiva da triangulação dos interesses: lucro, produção em massa e meio de produção	73
Seção 2.4 - Sociedade de consumo: sociedade de risco	85
Unidade 3 Políticas socioambientais e a gestão corporativa	99
Seção 3.1 - Políticas públicas ambientais	101
Seção 3.2 - Ecomarxismo ou ecossocialismo	113
Seção 3.3 - Indicadores de sustentabilidade	124
Seção 3.4 - Tecnologias para gestão ambiental	135
Unidade 4 Alternativas socioambientais	149
Seção 4.1 - Negócios sociais	151
Seção 4.2 - Economia solidária, colaborativa e criativa	161
Seção 4.3 - Aspectos relevantes da Educação Ambiental	171
Seção 4.4 - Responsabilidade socioambiental e consumo consciente	184

Palavras do autor

Na atualidade, verifica-se que as empresas estão cada vez mais envolvidas com a sociedade e com o meio ambiente. São elas, sem dúvidas, as grandes responsáveis pela geração de empregos e pelos avanços da tecnologia e, por essa razão, impulsionam a economia.

Assim como nós, indivíduos, temos direitos e obrigações, as empresas também têm que se comprometer com a comunidade em que estão inseridas, sob pena de não serem respeitadas. Esse envolvimento vem da Lei, contudo, as empresas perceberam que ganham quando se envolvem com o coletivo e, por essa razão, a sua obrigação passou a ser uma "plataforma" política organizacional em que suas marcas se tornam aliadas à qualidade de vida.

Por que você acha que a Natura, empresa brasileira de cosméticos, investe massivamente na defesa do meio ambiente? E por que o Banco Itaú resolveu abraçar a causa da mobilidade urbana nos grandes centros investindo nas bicicletas públicas?

Para responder a estas questões, estudaremos as crises sociais e éticas advindas da economia, da sociedade e do meio ambiente, tanto no Brasil quanto no Mundo. E, ainda, teremos a oportunidade de compreender de que trata o desenvolvimento sustentável e quais são os movimentos que deram origem à defesa do meio ambiente, bem como quais são as responsabilidades sociais das empresas e de onde vieram tais responsabilidades. O papel das ONGs e dos Organismos Internacionais em face dos interesses econômicos e políticos do Estado também encontrará guarida em nossos estudos, assim como o que efetivamente é sociedade de consumo e consumo consciente, e por que se fala tanto em economia solidária, colaborativa e criativa.

Seja muito bem-vindo a esse universo. Eu tenho certeza de que você será surpreendido e verá que está muito mais próximo de cada um de nós do que possa imaginar.

Bons estudos!

CRISE AMBIENTAL E SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Convite ao estudo

Olá, aluno! Seja bem-vindo!

Você sabe por que devemos estudar a crise ambiental e social e o desenvolvimento sustentável?

Todo o nosso esforço hoje em dia está voltado ao bem viver. E bem viver remete-nos à ideia de qualidade de vida e equilíbrio, tanto em nossa casa quanto em nosso trabalho, no nosso bairro, na nossa cidade, no nosso estado, no nosso país e no mundo. A falta da qualidade de vida caracterizará uma crise no bem viver, que nada mais é do que a crise ambiental e social, também chamada de crise socioambiental.

A saída está na ação ou no conjunto de ações que venham a equilibrar esse trinômio, "economia-sociedade-meio ambiente". A este conjunto de ações nomeamos desenvolvimento sustentável.

Por essa razão, o nosso estudo é de importância ímpar à formação pessoal e profissional de cada um, com enfoque nas Ciências Sociais Aplicadas e na Gestão Organizacional. Ao longo dos estudos desta unidade, será possível desenvolver as competências de conhecer as políticas socioambientais e refletir acerca da responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável. Assim, tomaremos como objetivos: entender as crises ambientais no Brasil e no mundo; conhecer as crises social e ética no paradigma econômico social e ambiental; compreender os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, além de compreender a relação entre as ONGs e os organismos internacionais em relação aos interesses econômicos e políticos do Estado.

A fim de auxiliar o desenvolvimento das competências acima indicadas e para atender aos objetivos específicos do nosso tema “Crise ambiental e social e o desenvolvimento sustentável”, vamos entender o que aconteceu com João, que, cansado da falta de água em São Paulo, resolveu conhecer alguns países do Oriente Médio e, pela sua origem judaica, interessou-se em ficar um tempo em Israel. Em poucos dias, pôde perceber que as pessoas ali não desperdiçavam a água como no Brasil. E pouco a pouco fora percebendo que água é o verdadeiro alvo de disputa entre Israel e Palestina, estabelecendo a razão do conflito territorial entre eles.

Incrível, não é? Sempre imaginamos que a crise entre esses países fosse apenas e tão somente política pelas convicções ideológicas e religiosas.

Com base nessa situação, podemos nos questionar: será que podemos cuidar da solução da nossa crise socioambiental independentemente dos demais países? Será que as ações de solução à crise socioambiental dependem exclusivamente do governo? Qual é o nosso papel nesse contexto? Temos um desafio e tanto pela frente, que pretendo enfrentar com você. Vamos lá!

Seção 1.1

Crises ambientais no Brasil e no mundo

Diálogo aberto

Olá, aluno! Tudo bem?

A partir de agora iremos iniciar os nossos estudos e, para isso, vamos buscar compreender as questões suscitadas, tais como: a crise do bem viver, ou melhor, a crise ambiental e social ou crise socioambiental; o desenvolvimento sustentável, que tem seu conceito firmado nas ações para mitigar ou solucionar a crise pelo equilíbrio do trinômio “economia-sociedade-meio ambiente”.

Iniciaremos nossas reflexões pela “Crise Hídrica”.

Para isto, outras indagações fazem parte desse processo de aprendizagem, quais sejam: você sabe definir o que é crise? A crise tem sempre origem na economia? A economia, a sociedade e o meio ambiente estão interligados? Por quê?

Crise é sempre sinônimo de problema. O termo é amplamente utilizado pelas ciências, tais como: a sociologia, a economia, a política, entre outros. O sentido é de desequilíbrio e, no nosso caso, é o desequilíbrio do trinômio “economia, sociedade e meio ambiente”. A crise tem diversas origens, mas é correto afirmar que ela afeta a economia porque está sempre interligada com a sociedade e com o meio ambiente. Para explicar melhor, voltamos à história de João:

João percebeu, vivendo em Israel, que grande parte da crise instalada entre este e a Palestina teve base na falta de água. Tentando entender melhor, tomou conhecimento que isso teve origem quando ocorreu a chegada dos judeus ao Oriente Médio por causa de Segunda Guerra. O número de judeus buscando abrigo no Oriente Médio fugindo de Hitler era tão expressivo que, em 1948, foi criado o Estado de Israel e aí começaram os conflitos que até hoje existem entre Israel e Palestina. E o motivo está na falta de água pelo aumento do número de refugiados na época (judeus) que ali se instalaram, dando origem ao adensamento demográfico, que nada mais é do que um grande número de pessoas concentradas num mesmo lugar.

Lendo no jornal local uma notícia sobre a crise internacional da Síria

e a resistência da Europa aos refugiados, pensou João: será que é pelo mesmo motivo que a Europa não aceita os sírios? A crise hídrica no Brasil poderia chegar a impactos de conflitos como estes em outros países?

Não pode faltar

Os conflitos existentes hoje, na sua maioria, ocorrem em razão dos recursos e a sua escassez. País rico é país com os recursos conservados e preservados. Por isso precisa promover o equilíbrio entre a economia, a sociedade e o meio ambiente. Isso nos leva a crer que esse trinômio está sempre interligado e une os países pela necessidade da troca em razão da abundância e escassez que afetam diretamente a sociedade. A economia é o primeiro pilar.

Para que possamos entender melhor o que trataremos nessa seção, necessário se faz trazer, primeiramente, o conceito e o sentido de economia, assim vejamos:

Todas as vezes que nos referimos à economia nos vem a ideia de dinheiro, ouro, finanças, sinônimos que conhecemos de riqueza. Contudo, economia se refere a recursos e à sua administração. Esses recursos são aqueles indispensáveis às pessoas que, conforme a sua escassez, tornam-se mais protegidos e de valor inestimável. As pedras preciosas tinham (e ainda têm) esse sentido, contudo, com a ampliação de conhecimento sobre o que é finito e indispensável à pessoa humana, ampliou-se o rol de recursos com esse sentido.

A economia, por sua vez, é a administração de todos os recursos indispensáveis a uma determinada sociedade e é por isso que os países possuem recursos escassos e recursos abundantes. Os recursos abundantes funcionam, na maioria das vezes, como “moeda de troca” para se obter de outros países os recursos que lhe são escassos. Por essa razão, a importância das relações internacionais.

Como exemplo, temos as *Commodities* (bens comerciais que têm valor diferenciado e negociados na Bolsa de Valores, tais como: frutas, legumes, cereais e alguns metais) de soja exportadas ao Japão, que tem a sua base alimentar neste recurso, que é escasso no país, e que tem produção considerável no Brasil. Neste caso, o Brasil usou a soja (recurso abundante aqui e escasso no Japão) como “moeda de troca” para trazer para o nosso país, de modo acessível, a tecnologia, que é um recurso abundante no Japão.

Esse é só um exemplo da interligação que há entre os países para

a administração de seus recursos (escassos e abundantes), contudo, existem recursos que são de tamanha importância a todos os países e, por serem finitos, devem ser conservados e preservados por todos indistintamente, como exemplo: os recursos naturais como água, petróleo, entre outros.

Os recursos hídricos são, hoje, os de maior expressão no Brasil e no Mundo e há até conflito internacional em razão dele. Durante a Segunda Guerra Mundial e antes mesmo da criação do Estado de Israel, que ocorreu em 1948, um número considerável de judeus seguiu para a região de Israel provocando um fenômeno de crescimento populacional intenso, ou seja, adensamento demográfico. E, com isso, esse número expressivo de pessoas, nesse local determinado, veio a causar impacto, pois mais pessoas concentraram-se ali para consumir recursos naturais e finitos daquela região, sendo o recurso hídrico o mais afetado.

Outro pilar importante é a sociedade, sendo indispensável considerar que ela se constitui da atividade conjunta, do convívio humano de forma organizada e de forma consciente. Devemos considerar sociedade diferente de comunidade, pois esta advém das articulações naturais.

A sociedade se estabelece pelas relações sociais com interesses e vínculos conscientes. Por essa razão, no conteúdo dessa organização está presente a economia – administração dos recursos – como modo de subsistência desse sistema criado e denominado como sociedade. Outro fator importante é que esta sociedade se liga ao meio ambiente em razão da sua vital importância como recurso, como riqueza.

A crise da sociedade ou crise social é sempre relacional e está intimamente ligada à insatisfação popular com o sistema e que, muitas vezes, advém da experimentação social. A crise hídrica no Brasil é o melhor exemplo, pois, apesar de estar diretamente ligada ao meio ambiente, tem paradigma na experimentação social, em face do impacto causado pela escassez do recurso, no caso, a falta de água.

Esse impacto promoveu medo, apreensão e consciência da necessidade de mudança de comportamento, bem como a consciência da importância desse recurso que é escasso. No ápice da escassez, provocou considerável insatisfação promovendo a crise da sociedade. O meio ambiente, por sua vez, está diretamente ligado a tudo que é indispensável à pessoa humana, como os recursos naturais, por exemplo.

A conciliação da economia, da sociedade e do meio ambiente é o que fará que não se instale a crise.



Assimile

Economia se refere a recursos e à sua administração. Esses recursos são aqueles indispensáveis às pessoas que, conforme a sua escassez, tornam-se mais protegidos e de valor inestimável. A economia é a administração dos recursos escassos e abundantes. A sociedade trata da atividade conjunta, do convívio de forma organizada e de forma consciente que se contrapõe à comunidade, a qual advém das articulações naturais. O meio ambiente, por sua vez, está diretamente ligado a tudo que é indispensável à pessoa humana.



Refleta

O meio ambiente representado pelos recursos naturais e a sua conciliação, em equilíbrio, com a economia e com a sociedade, promoverá a não instalação da crise ambiental e social? E será que podemos cuidar da solução da nossa crise socioambiental independentemente dos demais países?

No caso da Síria, que se assemelha ao ocorrido no Oriente Médio (Israel e Palestina), a Europa se preocupou e se preocupa com o comprometimento de seus recursos (economia), entre eles, os recursos hídricos (meio ambiente), pela utilização de mais água porque, com a vinda dos sírios, haverá mais gente. E, com o bem viver (sociedade) dos europeus que terão que lidar com uma nova cultura e dividir o que já é escasso (água, por exemplo). O trinômio “economia-sociedade-meio ambiente” sempre estará interligado e o adensamento demográfico é um fenômeno que pode comprometê-lo.

Neste sentido, Vicentim (2015 apud WOLF, 2005, p. 2) em “Gerindo Disputas e Cooperação Hídrica”, diz:



A escassez de água é uma ameaça global, e torna-se intensa em algumas áreas como o é o caso de Israel e Palestina. Há de se levar em conta que por convenção, de acordo com estudo de hidrologistas, até 1.000 milhões de metros cúbicos, por pessoa, é considerado um caso de escassez de água.

Como vimos, apesar do plano de fundo ideológico, político e religioso, os recursos hídricos são a plataforma da discussão entre esses Estados que não conseguem ser autônomos em razão desse recurso que os une, por uma questão geográfica e pela necessidade advinda da densidade demográfica.



Pesquise mais

Para tomar conhecimento maior sobre o tema, sugere-se a leitura do artigo intitulado: "Direitos fundamentais e os recursos hídricos em Israel e no território Palestino. Uma chance à cooperação". Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8266>. Acesso em: 27 set. 2015.

O desenvolvimento sustentável se traduz pela conciliação entre a economia, a sociedade e o meio ambiente, que estão interligados formando o citado trinômio "economia-sociedade-meio ambiente" do desenvolvimento sustentável. Isso quer dizer que todas as ações do governo e das pessoas devem convergir em favor desse trinômio, vendo-o de modo indissociável.



Exemplificando

A crise hídrica, representada pela falta de água (crise ambiental) no Brasil, causou a insatisfação social (crise social) ligada à administração do recurso (crise econômica), uma vez que houve má administração desse recurso por falta de investimentos na sua captação e na conscientização popular sobre a real importância e situação dos recursos hídricos em nosso país.

Já a crise hídrica representada pela falta de água (crise ambiental) no Estado de Israel e Palestina ocorreu em virtude da densidade demográfica (crise social) e dos conflitos oriundos da escassez do recurso (crise econômica), impactando na divisão territorial para a extinção do conflito entre essas nações, que perdura há anos.

Perceba que nos parênteses se encontra destacado o trinômio "economia-sociedade-meio ambiente" do desenvolvimento sustentável.



Faça você mesmo

A crise hídrica representada pela falta de água vem nos afetando e cada dia mais nos fazendo pensar a respeito. Sendo assim, responda: o que isso impactou na sua vida? Qual foi o impacto para a sua família e seu entorno (condomínio, bairro, cidade)? Qual é a postura que você verifica, hoje, a respeito da água a partir dessa experimentação social? Como essa questão é tratada no Brasil? E no mundo?

Vimos discutindo que o desenvolvimento sustentável se traduz pela conciliação entre a economia, a sociedade e o meio ambiente, que estão interligados, formando o citado trinômio "economia-sociedade-

meio ambiente” do desenvolvimento sustentável, certo? Isso quer dizer que todas as ações do governo e das pessoas devem convergir em favor desse trinômio, vendo-o de modo indissociável.

Neste sentido, a definição de desenvolvimento sustentável vem desse trinômio e a mais aceita é a que surgiu junto à Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonização entre o desenvolvimento econômico e a conservação e preservação ambiental, sendo:



O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro (WWF Brasil, s/d).

Discutiremos mais a fundo o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade em seções posteriores, entretanto, precisamos ter aqui a consciência de que a solução para a crise ambiental e social depende diretamente dele com vistas ao desenvolvimento econômico totalmente comprometido com a conservação/preservação do meio ambiente. O reflexo disso será o convívio social harmônico.



Vocabulário

Adensamento demográfico: fenômeno de crescimento populacional intenso.

Commodities: bens comerciais que têm valor diferenciado e negociados na Bolsa de Valores, tais como: frutas, legumes, cereais e alguns metais.

WWF: ONG brasileira que participa de uma rede internacional comprometida com o meio ambiente e sua preservação no contexto social e econômico brasileiro.

Sem medo de errar

Após as reflexões sobre a crise hídrica representada pela falta de água (crise ambiental), no Brasil, fenômeno experimentado pela negligência à captação do recurso hídrico e à consciência social sobre a importância do recurso hídrico, assim como em Israel e Palestina pela densidade demográfica oportunizada pela ida de judeus à região fugindo da Segunda Guerra Mundial, vamos resolver a situação vivida por João.

! Atenção

O desenvolvimento econômico aliado à conservação/preservação ambiental é indispensável para manter em equilíbrio a sociedade pela indissociabilidade do trinômio "economia-sociedade-meio ambiente". Desse modo, a solução à crise ambiental e social depende diretamente da sensibilidade em face da pessoa humana e da real consciência da importância dos recursos.

No caso da crise hídrica representada pela falta de água no Brasil, pede-se ações imediatas de investimento para a captação desse recurso e consciência da sua importância pela sociedade, de um modo geral, que não pode medir esforços em preservá-la. Já no caso da crise hídrica representada pela falta de água no Estado de Israel e Palestina, mesmo em face desse recurso de valor inestimável pela sua importância à vida, deve oportunizar a sensibilização entre esses povos, pois, apesar de escassos deve ser compartilhado por uma questão de humanidade e respeito à vida.

Após pesquisar um pouco mais e refletir muito, João chegou à conclusão de que, sem excluir as questões ideológicas, a crise internacional, representada pela Síria e seus conflitos na atualidade, que tem levado um número considerável de sírios à Europa, que a levou a se preocupar com o adensamento demográfico, porque, dependendo do número de pessoas, podem-se esgotar os seus recursos. Então, João concluiu que a resistência da Europa é semelhante a do Oriente Médio, pois sua preocupação também está no comprometimento de seus recursos, principalmente, na falta de água.



Lembre-se

A crise hídrica representada pela falta d'água no Brasil causou a insatisfação social ligada à administração do recurso em virtude da negligência na administração desse recurso por meio de investimento na sua captação e na conscientização popular sobre a real importância e situação dos recursos hídricos em nosso país. Já a crise hídrica representada pela falta de água no Estado de Israel e Palestina, ocorreu em virtude da densidade demográfica e dos conflitos oriundos da escassez do recurso, impactando na divisão territorial para a extinção do conflito entre essas nações, que perdura há anos.

Avançando na prática

Pratique mais

Instrução

Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que encontrou no ambiente de trabalho. Realize as atividades e as compare com as de seus colegas.

A crise do recurso hídrico e as alternativas de preservação	
1. Competência geral	Conhecer as políticas socioambientais e refletir acerca da responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável.
2. Objetivos de aprendizagem	Analisar o processo representado pelo trinômio "economia-sociedade-meio ambiente".
3. Conteúdos relacionados	Conceito de crise ambiental e social e desenvolvimento sustentável.
4. Descrição da SP	A crise hídrica representada pela falta de água no estado de São Paulo em 2015 causou a insatisfação social ligada à administração do recurso. Trata-se de uma experimentação que promoveu mudanças drásticas de postura pela população. No seu ambiente de trabalho, nessa situação, quais seriam as medidas adotadas, após a crise, para preservar esse recurso? Quais seriam as medidas preventivas? O que representa, para a economia, sociedade e meio ambiente, essa mudança de comportamento em face desse recurso escasso?
5. Resolução da SP	Parte da solução está no conhecimento conceitual de economia, sociedade e meio ambiente e como essa conciliação funciona para o desenvolvimento sustentável. A plena consciência de que o governo e todos nós somos responsáveis pelos recursos finitos e importantes à vida são necessários para esta questão. Ter noção de que o espaço territorial local – o espaço da empresa, por exemplo, pode abrigar o número de empregados e maquinários sem comprometer o meio ambiente –, em face da quantidade de água e os equipamentos públicos que viabilizam a captação e distribuição desse recurso, também, tem que ser objeto à resposta desta questão. E a fim de evitar a crise, a conscientização popular sobre a importância do recurso e como promovê-lo, além da forma consciente e humana de compartilhá-lo, deve ser contemplado na resposta.



Lembre-se

A solução à crise ambiental e social depende diretamente do desenvolvimento sustentável com vistas ao desenvolvimento econômico totalmente comprometido com a conservação/preservação do meio ambiente e o reflexo disso é o convívio social harmônico. Neste sentido, o conceito de desenvolvimento sustentável trata do desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações, não esgotando os recursos para o futuro.



Faça você mesmo

Quais são as formas de evitar a crise hídrica pela ação e conscientização sobre esse recurso no seu entorno, levando em consideração, para este contexto, o conceito de desenvolvimento sustentável?

Faça uma lista dos exemplos aplicáveis e discuta-os com seus colegas a partir da data combinada com o seu professor.

Faça valer a pena

1. Refere-se a recursos e a sua administração. Esses recursos são aqueles indispensáveis às pessoas que, conforme a sua escassez, tornam-se mais protegidos e de valor inestimável. Traduz-se na administração de todos os recursos indispensáveis a uma determinada sociedade.

Trata-se da definição de:

- a) Recurso.
- b) Crise.
- c) Economia.
- d) Meio ambiente.
- e) Sociedade.

2. Assinale a alternativa correta que trata do(s) objetivo(s) da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas, a respeito do desenvolvimento sustentável:

- a) Somente o desenvolvimento econômico.
- b) A conservação e a preservação ambiental.
- c) O trinômio “economia-sociedade-meio ambiente”.
- d) O desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.
- e) Somente o desenvolvimento social.

3. A _____ se estabelece pelas relações sociais com interesses e _____conscientes. Por essa razão no conteúdo dessa_____ está presente a economia – administração dos recursos – como modo de subsistência desse sistema criado e denominado como sociedade. E liga-se ao _____ em razão da sua vital importância como recurso, como riqueza. A crise da sociedade ou _____ é sempre relacional e está intimamente ligada à insatisfação popular com o sistema e que, às vezes, advém da experimentação social.

As palavras que completam corretamente as lacunas estão, respectivamente, na alternativa:

- a) Sociedade, vínculos; organização; meio ambiente; crise ambiental.
- b) Sociedade, vínculos; corporação; meio ambiente; crise social.
- c) Comunidade, vínculos; organização; meio ambiente; crise social.
- d) Comunidade, vínculos; corporação; meio ambiente; crise ambiental.
- e) Sociedade, vínculos; organização; meio ambiente; crise social.

Seção 1.2

Crise social e ética: paradigma econômico, social e ambiental

Diálogo aberto

Olá, aluno! Vamos continuar nosso estudo?

A partir de agora iremos iniciar nossos estudos sobre “Crise social e ética: paradigma econômico, social e ambiental”. Neste sentido, é importante retomar os conceitos estudados na Seção 1.1 desta unidade, em que definimos os conceitos de crise e o trinômio do desenvolvimento sustentável “economia-sociedade-meio ambiente”, para aprimoramento tanto teórico quanto prático.

Para compreendermos melhor, faz-se necessário retomarmos a história de João que anos antes de se mudar para Israel, trabalhou na empresa “Sion”. João foi desligado da empresa porque, segundo os seus acionistas, ela precisava expandir os seus negócios para atender à demanda de mercado, porém, para isto, deveria investir muito dinheiro para as adequações impostas pela legislação ambiental do seu país de origem, que promoveu estudos sobre a sua atividade. Sendo a empresa do segmento industrial, os estudos concluíram que, se não realizadas as adequações, conforme a Lei brasileira, em cinco anos se tornaria nociva às pessoas, à fauna e à flora. Por outro lado, a “Sion” somente continuaria dando lucro se o investimento para a adequação da empresa à legislação ambiental fosse em trinta por cento realizado e, mesmo assim, a “Sion” estaria desobedecendo à Lei.

Buscando alternativas para manter o lucro e não fazer o investimento necessário, a empresa mudou-se para outro país. Instalou-se nesse outro país, porém, não lhe informou sobre o estudo ambiental realizado no Brasil, do qual se mudou.

No novo país, a “Sion” gerou um aumento considerável na oferta de empregos e a sua própria instalação também movimentou o mercado de fornecimento, gerando expectativa econômica e oportunidades para esse país. Já no Brasil, de onde se mudou, promoveu o desemprego e a cessação de fornecimento, vindo a

afetar, de modo substancial, a economia local e nacional.

Diante da situação exposta, podemos nos questionar: A “Sion” deveria ter comunicado ao país para o qual se mudou sobre os estudos de meio ambiente realizados no país de João, que detectou risco da sua atividade para as pessoas, flora e fauna? A decisão da “Sion” pode ser qualificada como uma decisão ética? Um país tem o direito de adotar leis ambientais menos rígidas (amenas) para manter ou ampliar o nível de emprego?

Não pode faltar

Toda questão do desenvolvimento sustentável no âmbito internacional passa pelas instituições públicas e privadas como assunto da mais alta importância. Assim, nós temos que conhecer o conceito de instituição, e a que melhor se adequa aqui é a de Veblen (1998), que diz ser instituição um conjunto de normas, valores, regras e sua evolução.

As instituições públicas são aquelas que guardam e protegem os interesses, por meio das normas, dos valores e das regras, o que é de interesse público, ou seja, o que é de interesse de todos. E essas regras, valores e normas vão evoluindo conforme a evolução de uma sociedade determinada. Já as instituições privadas têm a mesma finalidade de guardar e proteger interesses. Contudo, esse interesse é de cada um, ou seja, individual, particular. Muito embora as empresas privadas zelem por seus próprios interesses, quando tratamos de meio ambiente, podemos perceber que estas possuem um compromisso com os recursos naturais e a sociedade, que estão intimamente relacionados.

Diante deste compromisso e, por ele, as instituições privadas podem também ser entendidas como instituições públicas, pois o assunto é de interesse de todos, principalmente se o assunto for meio ambiente e, por esse compromisso com o meio ambiente, a empresa passa a ter compromisso com a sociedade e com a economia. Assim, pelo caráter público do meio ambiente e pela sua importância para a humanidade, ele é de pauta internacional.

A lei de um país só vale para o país que a promulgou e para as pessoas que nele vive. Por isso que cada país tem a legislação da forma que melhor lhe convier. Contudo, os países entre si disciplinam os seus interesses, principalmente o econômico, por meio de regras em suas relações. E, quando não há regra internacional a ser seguida, os países devem agir

de acordo com a ética. Estamos falando aqui de relação entre país-país, relação internacional pública. Entretanto, há a relação internacional privada, como foi apresentado no nosso estudo de caso da “Sion”.

Economia é a administração dos recursos, sejam eles abundantes ou escassos, conforme estudamos na Seção 1.1 desta unidade. Por isso, a economia é demasiadamente importante para a sociedade. E no meio ambiente há recursos que são escassos e que devem, pelo bem da humanidade, ser preservados. A ética é quem determina a transparência e a cooperação nas relações econômicas entre países ou empresas.

Sobre transparência, podemos destacar o conceito de Tapscott (2003):



O conceito (transparência) significa acesso crescente à informação sobre todo e qualquer faceta do comportamento empresarial por parte de todo o espectro de ‘stakeholders’, ou seja, dos agentes econômicos e sociais relacionados com a empresa.

Assim sendo, entenda-se que stakeholders são os agentes que exercem pressão, geralmente, por intermédio dos veículos de comunicação. A cooperação deve ser entendida como toda e qualquer ação em favor de ambas as partes.

A criação de projetos que visem ao equilíbrio e à sustentabilidade e que promovam a aproximação e cooperação entre os países é medida de urgência para o bem do planeta. E tem que contar com as empresas para isso, que devem, pelo compromisso com o meio ambiente, agir como instituições públicas que são. Isso para evitar a crise social e ética com paradigma econômico, social e ambiental.

O desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade social, por meio das empresas, partem de princípios éticos e objetivos bem definidos que venham a convergir em seu favor e é importante a sua propagação. Mas, de que trata tudo isso? Trata-se da discussão das questões sociais e éticas relacionadas ao capitalismo e à gestão ambiental com um viés no paradigma econômico, social e ambiental que nos leva a investigar a crise social e ética.

As discussões éticas relacionadas ao capitalismo e à gestão ambiental vêm muito bem representada pelo estudo de caso da empresa “Sion”, que se mudou do Brasil sem avisar o país que a recebeu

sobre os danos que a sua atividade pode provocar no meio ambiente. Neste caso, a atitude da empresa que se omitiu sobre a verdade da sua atividade vem a comprometer a sua credibilidade, porque não agiu com ética, ou seja, não agiu com a devida transparência com o país que a recebera.

Portanto, a “Sion”, sob o ponto de vista social, promoveu impacto com a cessação dos empregos, repercutindo na estabilidade financeira, inclusive, de João, porque somente se focou no seu interesse. Já sob o ponto de vista econômico, além do impacto na geração de empregos, promoveu impacto pela cessação da circulação de mercadorias e serviços.

Contudo, o país que determinou as adequações para prevenir os danos ambientais veio prevenir os impactos que poderiam produzir danos às pessoas, à fauna e à flora. Assim, a sociedade, ao longo do tempo, ganha pela prevenção, inclusive, a saúde das pessoas, apesar de ter que lidar com as questões econômicas oriundas da mudança da empresa para outro país.

Por outro lado, a “Sion” tem o direito de mudar-se para outro país e, sem dúvidas, promoverá nele as benesses econômicas e, a princípio, sociais também, em detrimento do meio ambiente.

Por essa razão, apesar do capitalismo que se voltou totalmente para a economia, ao lucro, não deve excluir as questões sociais e ambientais em seu país e no mundo. Em consequência, é em virtude destas questões sociais e ambientais que cada vez mais as empresas têm debatido a adoção da cooperação, da disponibilização de dados confiáveis e seguros, além da transparência das ações.

A pauta de discussão tem sido a ética. E o que é ética? Há muitos sentidos para ética e discussões filosóficas intermináveis a respeito. No Ocidente, podemos destacar Aristóteles com a Ética das Virtudes; Kant com a Ética das Normas, e Habermas com a Ética do Discurso ou do Consenso.

Entre elas, destacamos Kant, que diz que toda ação deve ser tomada com senso de responsabilidade, ditado pela razão, e afirma que uma pessoa deve agir numa situação da mesma forma que espera que todas as outras pessoas ajam.



Assimile

A crise social e ética tem origem no desequilíbrio promovido pelas empresas que não se comprometem com a sociedade e tampouco com o meio ambiente.

São empresas que agem com falta de transparência e são antiéticas, tendo em vista que a ética se refere a toda ação que deve ser tomada com senso de responsabilidade.



Reflita

Qual é a importância da ética empresarial?

Por que a crise social e ética tem paradigma na economia, na sociedade e no meio ambiente?

Acreditamos que as empresas que estão inseridas nesse universo devem primar pela transparência de seus atos, portanto, pela ética. Neste caso, a postura ética deverá se unir à economia, à sociedade e ao meio ambiente para sustentar as responsabilidades sociais e ambientais, porque as leis dos países variam de acordo com o seu conhecimento e desenvolvimento. Por essa, razão existem leis rígidas em certos países e, em outros, há leis mais amenas.

Mesmo que a lei seja amena, por uma questão ética, deve-se deixar clara a natureza da exploração econômica e os impactos ao meio ambiente. Assim, a postura ética de uma empresa traduzirá na sua confiabilidade no mercado nacional e estrangeiro.

Refletindo sobre isto, a BM&FBOVESPA criou o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE –, que teve o seu início na tendência mundial dos investidores de procurarem empresas para aplicação de seus recursos financeiros que, além de rentáveis, sejam socialmente responsáveis.



O ISE tem por objetivo refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e também atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro. (BM&FBOVESPA, 2015)

Explica BM&FBOVESPA que tais recursos se tornam aplicações e essas aplicações, que se denominam “investimentos socialmente responsáveis – SRI”, consideram que as empresas sustentáveis geram valor ao acionista a longo prazo, pois acredita-se que estão mais preparadas para enfrentar riscos econômicos.

Voltando à nossa situação-problema, se assim pensasse a “Sion”, teria cumprido com a determinação do país de João, ou, caso a decisão fosse mesmo pela mudança de país, agindo com ética, ela estaria prevenindo o país que a recebeu e propiciando, em ambos os casos, investimentos certos de investidores comprometidos socialmente.



Pesquise mais

- Conheça um pouco mais sobre Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social aplicada a um caso da empresa MAPFRE S.A. no link: <<http://www.rumosustentavel.com.br/desenvolvimento-sustentavel-e-responsabilidade-social-corporativa-e-possivel-ser-sustentavel-caso-mapfres-a/>>. Acesso em: 13 out. 2015.
- Você pode conhecer ainda um pouco mais sobre o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) no link: <<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/download/ise.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2015.

O desenvolvimento econômico depende diretamente do desenvolvimento sustentável e a conduta ética entre os países torna-se um marco importante para se fortalecer o papel de institucional da empresa que tem caráter público pelo compromisso firmado com a sociedade para desenvolvimento de sua atividade lucrativa.



Exemplificando

Em nossa SP, a “Sion” não se preocupou com a ética quando não foi transparente com o país que a acolheu. Com o passar dos anos, poderá vir a responder pelos danos ambientais que, muitas vezes são, irreversíveis, causando uma crise social e ética com parâmetro tanto econômico quanto social e ambiental, além de não ingressar no rol da empresa sustentável com ISE.



Faça você mesmo

Responda:

Qual deveria ser, na sua opinião, a postura da “Sion”?

A decisão da empresa pode ser qualificada como uma decisão ética?

Um país tem o direito de adotar leis ambientais mais amenas para manter ou ampliar o nível de emprego?

Devemos observar que muitos países (Estados) são dominados pelos interesses das empresas (grupos econômicos, corporações, organizações) com vistas exclusivas no lucro, excluindo, totalmente, a defesa do meio ambiente, da sociedade e da economia.

Neste sentido, Macêdo (2015) destaca que: “A origem de toda a corrupção está na tomada do Estado por grupos econômicos, que garantem a satisfação de seus interesses específicos em detrimento da sociedade como um todo”.

As crises experimentadas nos países, seja de que continente for, sempre estão ligadas à sociedade e aos valores éticos, ou melhor dizendo, à ausência deles, que afeta diretamente a economia, a sociedade e o meio ambiente, ou seja, crise social e ética com paradigma econômico, social e ambiental.



Vocabulário

Stakeholders: O inglês *stake* significa interesse, participação, risco; enquanto *holder* significa aquele que possui. É uma pessoa ou grupo que possui participação, investimento ou ações, e que possui, também, interesse em uma determinada empresa ou negócio.

BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa era a bolsa oficial do Brasil, até iniciar um processo de fusão com a BM&F, que culminou na criação de uma nova instituição, denominada BM&FBovespa, no dia 8 de maio de 2008.

ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial – Iniciativa pioneira na América Latina, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) busca criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações. Lançado em 2005, foi originalmente financiado pela *International Finance Corporation* (IFC), braço financeiro do Banco Mundial.

Investimento Socialmente Responsável (SRI) – incluída no jargão de finanças. Trata-se da incorporação de aspectos, como o social e o ambiental, na política de investimentos, dando importância para a sustentabilidade, a governança corporativa e a responsabilidade social corporativa. A principal estratégia consiste em filtrar as empresas de acordo com os critérios mencionados, deixando de comprar ações daquelas que não se encaixam nos requisitos ou dando maior peso para as ações que se destacam nos critérios de SRI.

Sem medo de errar

Retomando o caso descrito em nossa situação-problema desta seção, o fato da empresa “Sion”, onde trabalhou João, ter omitido a verdade sobre a sua condição ambiental comprometeu a sua credibilidade porque, apesar de não estar infringindo a lei, sua postura deve ser reprovada pela ausência de responsabilidade com o meio ambiente, portanto, não agiu com ética, apesar do direito que tem cada país de ter as suas próprias leis porque são soberanos em seu território. Isso quer dizer que um país pode ser mais rígido e outros mais amenos em suas leis. Neste caso, houve, por parte da empresa, infringência da ética, apesar de não ter infringido a lei no país para o qual se mudou.

O ISE é o índice que mede o comprometimento social e ambiental da empresa, portanto, o compromisso ético de empresa com a sociedade e com o meio ambiente sem desprezar a economia. É uma forma de estimular o trinômio do desenvolvimento sustentável.

Sendo assim, podemos inferir que a “Sion” tinha a obrigação de comunicar o país para o qual se mudou sobre o seu potencial de degradação ambiental, sem excluir seu direito de se mudar. A simples adoção da cooperação, da disponibilização de dados confiáveis e seguros, além da transparência das ações, é que tornaria a “Sion” uma empresa confiável e digna de receber investimentos, evitando a crise social e ética provocada pela sua conduta.



Atenção

A ética e a lei não se confundem. A ética é a conduta que resultará em credibilidade pelo compromisso com a sociedade e não se traduz pelo certo ou errado, mas pelo justo. Já a lei se refere à regra a ser seguida e cada país tem o direito de adotar leis mais amenas ou mais rígidas, porque são soberanos em seu território.

O respeito à lei e o compromisso com a ética resultarão na prevenção da crise social e ética com paradigma na economia, na sociedade e no meio ambiente, e é compromisso de todos, incluindo as empresas, respeitar as leis e agir com ética.



Lembre-se

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) é um importante instrumento para garantir a ética e o respeito às leis. Garante investimento em empresas comprometidas com a sociedade e com o meio ambiente, repercutindo na economia, tendo em vista que os investimentos se farão de modo

socialmente responsáveis (SRI), pois o mercado já entendeu que empresas sustentáveis geram valor ao acionista a longo prazo e estão mais preparadas para enfrentar riscos econômicos.

Avançando na prática

Pratique mais	
Instrução Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e as compare com a de seus colegas.	
Empresa Sustentável e Ética	
1. Competência geral	Conhecer as políticas socioambientais e refletir acerca da responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável.
2. Objetivos de aprendizagem	Discutir as questões sociais e éticas relacionadas ao Capitalismo versus Gestão Ambiental, com um viés no paradigma econômico, social e ambiental.
3. Conteúdos relacionados	Economia, sociedade, meio ambiente e o investimento socialmente responsável.
4. Descrição da SP	O Índice de Sustentabilidade Empresarial é de importância ímpar para medir o comprometimento da empresa com o meio ambiente. Isso se relaciona à gestão dos recursos. Diante disso, observando uma empresa em sua missão, valores e objetivos, você encontrará atitudes éticas tomadas por ela em face do meio ambiente e da sociedade. Aponete ao menos três ações neste sentido, explicando-as. E do mesmo modo identifique de uma a três condutas que mereceriam ser revistas por sua empresa, apontado qual seria a atitude ética a ser tomada por ela. Justifique a sua resposta.
5. Resolução da SP	A resolução da situação apresentada está no conhecimento prévio de crise e trinômio do desenvolvimento sustentável, exaustivamente debatido na unidade anterior e nesta unidade pelo conhecimento e internalização do conceito de ética e lei e qual a sua extensão. Entender o objetivo de ISE também fará a diferença para a solução do problema apresentado. Para justificar a resposta, apresente o que aprendeu nessa seção a respeito de ética e lei.



Lembre-se

O pensamento kantiano nos leva a entender que toda ação deve ser tomada com senso de responsabilidade ditado pela razão e afirma que uma pessoa deve agir em uma situação da mesma forma que espera que todas as outras pessoas ajam.



Faça você mesmo

Por que as empresas com credibilidade social e ambiental são consideradas empresas que enfrentam quaisquer crises?

Pesquise na internet, jornais, revistas e outros, empresas que têm

esse perfil (credibilidade social e ambiental) e como estão resistindo e superando a crise social e ética como reflexos na economia.

Faça valer a pena

1. As empresas devem buscar unir a economia à sociedade e ao meio ambiente, a postura ética para sustentar as responsabilidades sociais e ambientais, uma vez que as leis dos países variam de acordo com o seu conhecimento e desenvolvimento. Por essa razão que existem leis:

- a) Somente rígidas, nos países desenvolvidos.
- b) Flexíveis, nos países em desenvolvimento.
- c) Somente amenas, nos países subdesenvolvidos.
- d) Rígidas ou amenas, respeitando o direito de cada país ter legislação ambiental conforme lhe convier.
- e) Somente rígidas, em qualquer nível de desenvolvimento.

2. As empresas sustentáveis geram valor ao acionista a longo prazo, pois acredita-se que estão mais preparadas para enfrentar riscos econômicos. Por essa razão, a BM&FBOVESPA dispõe de recursos que se tornam aplicações denominadas:

- a) SRI – Índice de Sustentabilidade Responsável.
- b) ISE – Investimento em Sustentabilidade Empresarial.
- c) ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial.
- d) SRI – Investimento Socialmente Responsável.
- e) ISE – Investimento em Sustentabilidade Responsável.

3. Mesmo que a Lei seja amena, por uma questão ética, deve-se deixar clara a natureza da exploração econômica e os impactos ao meio ambiente. Este fato é explicado porque toda empresa tem com a sociedade um compromisso:

- a) Ético.
- b) Ambiental.
- c) Social.
- d) Somente legal.
- e) Somente econômico.

Seção 1.3

Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade

Diálogo aberto

Olá, aluno! Tudo bem?

A partir de agora iremos iniciar nossos estudos sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Neste sentido, é importante tomar os conceitos estudados nas seções 1.1 e 1.2 desta unidade, que definiram a crise, o trinômio do desenvolvimento sustentável "economia-sociedade-meio ambiente" e a crise social e ética: paradigma econômico, social e ambiental. Assim, conseguiremos um aprofundamento no tema desta Seção 1.3.

Para compreendermos melhor, faz-se necessário retomarmos a história de João, que se mudou para Israel e que, anos antes de se mudar, trabalhou na empresa na "Sion", a qual, em face de questões ambientais e investimento necessário ao cumprimento da legislação ambiental, mudou-se para outro país com legislação ambiental mais amena, onde se instalou.

Alguns ex-colegas de João, com os quais trabalhou, foram convidados e se mudaram com a empresa para esse outro país. Um deles, Daniel – com o qual até hoje João mantém contato pela amizade que tinham, antes mesmo de trabalharem juntos –, confidenciou a João algumas questões. Entre elas, a política pouco comprometida com a sustentabilidade da empresa em razão desse novo país e suas peculiaridades. Trata-se de um país rico em recursos naturais, mas com pouca infraestrutura. As pessoas são extremamente pobres e há escassez na oferta de emprego, por isso, as filas são longas quando a "Sion" abre vagas. O governo não empreende esforço algum no desenvolvimento sustentável, tanto que o poder público local carece de pessoas com entendimento apurado sobre meio ambiente e a corrupção impera, haja vista a carência financeira.

Daniel é o executivo responsável pela imagem da "Sion" e, sendo assim, é de sua competência a sustentabilidade e o desenvolvimento

sustentável a serem promovidos pela empresa em razão do meio no qual está inserido. Daniel se vê num dilema porque estes temas não são, em hipótese alguma, preocupação dessa sociedade, dando a entender que não internalizaram o que é sustentabilidade e, por essa razão, o poder público não empreende limites às atividades empresariais, exigindo a promoção do desenvolvimento sustentável. Daniel conseguiu, por essa razão, compreender porque a legislação é amena.

Com base na situação descrita acima, podemos nos questionar: a conscientização social é fator determinante à sustentabilidade? Se o desenvolvimento sustentável é um movimento da globalização, deveria a “Sion” tomar decisões que promovessem essa consciência? A crise econômica e a falta de compromisso social repercutem na ausência do desenvolvimento sustentável?

Não pode faltar

O desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade têm suas bases no trinômio “economia-sociedade-meio ambiente”, e a sua ausência se deve, de certo modo, à crise social e ética, paradigma no mesmo trinômio. Para a compreensão desta Seção 1.3, faz-se necessário o aprofundamento do conceito, como também da distinção de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade.

O desenvolvimento sustentável pode ser encontrado nos projetos e nos discursos de setores sociais, sejam públicos ou privados, por meio da veiculação publicitária e midiática, bem como da plataforma política ou educacional. De qualquer modo, esse conceito remete à ideia do uso racional dos recursos para garantir a qualidade de vida e mitigação dos problemas ambientais. Contudo, por que unir o termo “desenvolvimento” ao termo “sustentável”?

Entendemos, pois, que essa incorporação se deu para limitar a atuação, ou seja, para que agentes – tais como as empresas –, sem excluir todas as pessoas humanas –, desenvolvam as suas atividades promovendo harmonia entre os interesses sociais, a economia, o capitalismo, a tecnologia e o meio ambiente. Alguns acreditam que a expressão é controversa, contudo, o fato é que a intervenção humana é necessária e acarreta danos ao ambiente, sendo necessário mitigar ao máximo esses danos.

Outro aspecto importante do desenvolvimento sustentável está na

proteção do trabalhador, pois deve haver coerência nos métodos de exploração das atividades para não explorá-lo e escravizá-lo.

O conceito de sustentabilidade, para alguns, é sinônimo de desenvolvimento sustentável. Para outros, entretanto, remete à ideia de equilíbrio, ou seja, conciliação entre qualidade de vida e o limite ambiental. São as alternativas viáveis para a construção de uma sociedade justa e correta ambientalmente.

Se retomarmos à nossa situação-problema, lembraremos que a “Sion” se mudou para um país sem perspectivas de sustentabilidade e rico em recursos naturais, sendo certo que os recursos naturais são importantes ao desenvolvimento das atividades de qualquer empresa, o que nos leva a presumir que para a empresa também. Contudo, é uma sociedade pobre e, por isso, o índice de empregos é reduzido. A “Sion”, portanto, representa a sua salvação com a promoção de novos empregos. Assim sendo, para essa sociedade a importância está na sobrevivência em detrimento do meio ambiente. Por isso, os limites ao desenvolvimento sustentável contam com leis amenas que desfavorecem o meio ambiente.

Neste caso, não há para essa sociedade a consciência da necessária conciliação que deve haver entre qualidade de vida e limite ambiental (sustentabilidade), uma vez que qualidade de vida para uma sociedade pobre é colocar alimento na mesa por meio de um trabalho digno preferencialmente.

Meio ambiente, saúde e qualidade de vida são questões muito distantes do entendimento desse tipo de sociedade. Retomando a nossa SP, o dilema de Daniel é compreensível, pois, por um lado, tem que promover a empresa demonstrando o desenvolvimento sustentável, haja vista as exigências do mercado global que pedem empresas comprometidas com a sustentabilidade e com o desenvolvimento sustentável. Por outro, Daniel, para corresponder às atribuições de seu cargo de modo ético, terá que desempenhar um trabalho muito expressivo e importante, pois deverá despertar essa sociedade para o compromisso ambiental representado pela sustentabilidade, porque a crise econômica e falta de compromisso ambiental não promovem o desenvolvimento sustentável.

Outro fato é que Daniel pode gerar para a empresa, também, restrições, uma vez que esse despertar social promoverá o despertar do Estado. Isso ocorrerá pelas exigências sociais e ambientais de sustentabilidade, que obrigarão o Estado a legislar de modo que limite a atuação da

“Sion”, em face do meio ambiente para o desenvolvimento sustentável. Neste caso, poderá levar ao enrijecimento da lei obrigando a “Sion”, para o desenvolvimento sustentável dessa sociedade, a se adequar, como ocorreu no Brasil antes de se mudar.

Importante considerar também que o conceito de sustentabilidade pode ser diverso de país para país por questões peculiares, tais como: cultura, recursos e política. Por essa razão, cada país, por ter soberania, pode disciplinar sobre meio ambiente da forma que lhe convier, muito embora, exaustivamente, muitos países têm propagado a união de forças, a fim de que o meio ambiente seja visto como um todo. Entretanto, apesar da propagação da sua importância, ainda há muita resistência em unificar as ações e estabelecer regras que valham para todos, porque os países atuam de acordo, efetivamente, com os seus interesses individuais que, muitas vezes, não são os mais nobres.



Assimile

O desenvolvimento sustentável pode ser encontrado nos projetos e nos discursos de setores sociais, sejam públicos ou privados, por meio da veiculação publicitária e midiática, bem como ser plataforma política ou educacional. Remete à ideia de limite à atuação para promover harmonia entre os interesses sociais, a economia, o capitalismo, a tecnologia e o meio ambiente.

O conceito de sustentabilidade remete à ideia do equilíbrio, ou seja, conciliação entre qualidade de vida e o limite ambiental. São as alternativas viáveis para a construção de uma sociedade justa e correta ambientalmente.



Refleta

A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável dependem de uma sociedade consciente? As empresas têm obrigação de promover essa consciência? Qual é o papel do Estado?

A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável no Brasil ocorrem por Lei, ou melhor dizendo, está na Constituição Federal de 1988 e, como reconhecido, no exterior possui uma das legislações mais avançadas que impõe à empresa a sua adequação.

As grandes empresas, como a Coca-Cola, tiveram que se adequar para se manter na Serra do Japi, por exemplo. Isso quer dizer que a Coca-Cola, além de ter que se preocupar com o seu produto em face

do consumidor para manter a sua “fábrica de refrigerantes” tem que conservar a Serra do Japi e promover a consciência ambiental local.

Assim sendo, vale a pena conhecer esse dispositivo legal que representa a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável.

A Constituição Federal brasileira, no Título VII, “Da ordem econômica e financeira”, traz no Capítulo I, “Dos princípios gerais da atividade econômica”, em seu artigo 170, a expressão do desenvolvimento sustentável, pois retrata a limitação da atuação para o uso racional dos recursos a fim de garantir a qualidade de vida e o meio ambiente.

No nosso país, as empresas devem observar os seguintes princípios: soberania nacional; propriedade privada; função social da propriedade; livre concorrência; defesa do consumidor; defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado, conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; redução das desigualdades regionais e sociais; busca do pleno emprego; tratamento favorecido para empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País (CF, artigo 170, incisos I a IX).

Podemos dizer que o desenvolvimento sustentável no Brasil, inicialmente, depende do cumprimento de todos esses princípios, mas, entre eles, destacamos o da Soberania nacional, que julgamos ser um dos mais importantes, porque é ele que garante que cada país seja autônomo, estabeleça suas regras e promulgue as suas Leis. É o princípio da Defesa do Meio Ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; redução das desigualdades regionais e sociais.

A sustentabilidade, por sua vez, vem expressa na Constituição Federal nos seguintes termos:



Art. 225 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Também por Lei, em nosso país, a sociedade depende do equilíbrio por meio de alternativas viáveis para a conciliação entre qualidade de vida e o limite ambiental (cf. artigo 225, da CF).



Pesquise mais

- Você pode conhecer mais sobre a Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa acessando o link: <http://www.wwf.org.br/participe/empresas_meio_ambiente/porque_participar/sustentabilidade/>. Acesso em: 18 out. 2105.
- Você também pode ter acesso ao artigo 225, da Constituição Federal, no link: <<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigobd.asp?item=%202004>>. Acesso em: 18 out. 2015.

A sustentabilidade nos remete à responsabilidade social e ambiental das empresas por obrigação de todos e, portanto, das empresas também, de zelarem pelo meio ambiente, como vimos no artigo constitucional citado.

Pelo desenvolvimento sustentável é possível suprir as necessidades sociais, por isso que há limites impostos pela Lei ao desenvolvimento econômico. Neste sentido, podemos afirmar que o desenvolvimento sustentável põe um limite nas ações para que não venham a comprometer as necessidades ambientais das gerações atuais e futuras.

Assim, retomamos o conceito de desenvolvimento sustentável já visto antes: “Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, garantindo a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.” (WWF, 2015)



Exemplificando

Em nossa situação-problema, apesar de a empresa ter se mudado de país, não se livrou da responsabilidade social e ambiental, uma vez que o mercado global tem exigido cada dia mais compromisso dessa ordem. O dilema se faz presente, porque, caso Daniel, executivo responsável pela imagem da empresa, venha a cumprir o seu dever com a promoção da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, poderá levar a “Sion” a ter que investir para se adequar, razão esta da sua mudança do país de origem.



Faça você mesmo

Você acredita que Daniel deva promover a consciência social sobre sustentabilidade e desenvolvimento social dessas pessoas mesmo que em prejuízo da “Sion”? Por quê?

O meio ambiente e a responsabilidade quanto a ele estão cada vez mais visíveis sob o ponto de vista global. E não pode ser diferente disso, já que temos a necessidade dele para a nossa sobrevivência e a sobrevivência das gerações que estão por vir. Como não sabemos a extensão dos danos, conservar e prevenir são as palavras de ordem nessa era eminente tecnológica e que pouco compreende o que é meio ambiente e qualidade de vida.

As empresas de grande porte já incorporaram a importância do desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, nem que seja somente para cumprir a Lei e manter o negócio. Assim, o meio ambiente já está sendo contabilizado por essas empresas. Contudo, em nosso país, as pequenas e médias empresas, que são inúmeras, ainda precisam incorporar ao seu negócio práticas ambientais de modo que promovam o desenvolvimento sustentável, pois é direito e obrigação de todos a preservação do meio ambiente.



Vocabulário

CAPUT – parte superior; cabeça, capítulo. Enunciado de artigo de lei ou regulamento.

CF – Constituição Federal

INCISOS – são as alíneas transcritas de cada artigo da lei judicial.

LEI INFRACONSTITUCIONAL – é o termo utilizado para se referir a qualquer lei que não esteja incluída na norma constitucional e, de acordo com a noção de ordenamento jurídico, esteja disposta em um nível inferior à Carta Magna do Estado.

PRINCÍPIOS – conjunto de padrões de conduta presente de forma explícita ou implícita no ordenamento jurídico.

Sem medo de errar

Retomando a situação proposta, no início desta seção, lembramos que a empresa “Sion” se mudou para um país sem consciência de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável e podemos afirmar, por

essa razão, que meio ambiente, saúde, qualidade de vida são questões muito distantes de seu entendimento.

Por um outro lado, pelas exigências de mercado que pedem empresas comprometidas e responsáveis social e ambientalmente, o dilema de Daniel é extremamente compreensível. Por outro, Daniel, como executivo da "Sion, tem um compromisso com o lucro da empresa por meio da projeção da sua imagem positiva e, também, na qualidade de executivo dessa empresa, tem a obrigação ética e moral, neste caso, com o despertar desse povo à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável.

Lembre-se de que a sustentabilidade se refere à responsabilidade social e ambiental empresarial e essa obrigação impõe zelar pelo meio e pelo desenvolvimento sustentável tornar possível suprir as necessidades sociais e, por isso, que muitos países adotam a Lei para impor esses limites ao desenvolvimento econômico para garantir o meio ambiente saudável não só para esta, mas também para as gerações futuras.

Diante da situação proposta é importante considerar a obrigação ética e moral, porque a lei, nesse país, em especial, é amena. É certo, então, dizer que o despertar pode acarretar a "Sion" a necessidade de adequação, caso esse país venha a legislar de modo mais rígido a fim de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, o que hoje não é de seu interesse.

Por essa razão, o dilema de Daniel se mostra muito pertinente, pois, por um lado, tem que promover a empresa demonstrando o desenvolvimento sustentável frente às exigências do mercado global e, por outro, Daniel, para corresponder às atribuições de seu cargo de modo ético, terá que desempenhar um trabalho muito expressivo e importante, pois deverá despertar essa sociedade para o compromisso social representado pela sustentabilidade, porque a crise econômica e falta de compromisso social promovem o não desenvolvimento sustentável e poderão levar ao enrijecimento da lei, obrigando a "Sion", para o desenvolvimento sustentável dessa sociedade, a se adequar como ocorrera no país de João.



Atenção

Há distinção entre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Enquanto desenvolvimento sustentável se refere ao limite das ações para a preservação do meio ambiente para esta e para as gerações futuras, a sustentabilidade, por sua vez, é o equilíbrio, a conciliação entre a qualidade de vida e o limite ambiental.



Lembre-se

O meio ambiente e a responsabilidade quanto a ele estão cada vez mais em foco sob o ponto de vista global.

A responsabilidade social e ambiental é uma exigência de mercado.

Avançando na prática

Pratique mais

Instrução

Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e as compare com a de seus colegas.

Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável como obrigação empresarial

1. Competência geral	Conhecer as políticas socioambientais e refletir acerca da responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável.
2. Objetivos de aprendizagem	Conceituação e dinâmica de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade.
3. Conteúdos relacionados	Economia, sociedade, meio ambiente e o investimento socialmente responsável, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.
4. Descrição da SP	<p>O compromisso com a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável é de obrigação de todos mesmo que a lei seja mais amena. Diante disso, observando uma empresa e a atividade que desenvolve, você encontrará a projeção da sua imagem em face dos seus compromissos com a sociedade e com o meio ambiente. Assim sendo, aponte, no mínimo, três atitudes de sustentabilidade e outras três, no mínimo, representativas do desenvolvimento sustentável.</p> <p>E, ainda, tendo em vista o objeto da atividade desenvolvida pela empresa, aponte, aos menos, outras três que deveriam fazer e não fazem, tanto em termos de sustentabilidade quanto de desenvolvimento sustentável. Justifique a sua resposta.</p>
5. Resolução da SP	A resolução da situação apresentada está na apreensão dos conceitos de sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, sua distinção e aplicabilidade. Conhecer e compreender os dispositivos constitucionais representados pelo artigo 170 e 225 é importante para a resolução. Para justificar a resposta, apresente o que aprendeu nessa seção a respeito da aplicabilidade dos conceitos.



Lembre-se

A sustentabilidade é o equilíbrio, a conciliação entre a qualidade de vida e limite ambiental. E, segundo a WWF, o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, garantindo a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.



Faça você mesmo

Por que a credibilidade das empresas, hoje, está pautada na sua imagem? Por que a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável são expressões positivas da imagem empresarial?

Pesquise na internet, jornais, revistas e outros, empresas que têm esse perfil (sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável) e quais são os termos usados para defini-las positiva e negativamente.

Faça valer a pena

1. A sustentabilidade nos remete à responsabilidade social e ambiental das empresas por obrigação de todos e, portanto, das empresas também zelar pelo meio ambiente. Assim, pode-se dizer que o desenvolvimento sustentável é aquele:

a) Capaz de suprir as necessidades econômicas, por isso as limitações ao desenvolvimento social.

b) Que prioriza ações que venham a comprometer as necessidades atuais e as futuras com o comprometimento dos recursos naturais.

c) Que zela pelo desenvolvimento ao não limitar ações que venham a comprometer as necessidades atuais e as futuras com o comprometimento dos recursos naturais.

d) Capaz de suprir as necessidades sociais, por isso as limitações ao desenvolvimento econômico e priorizar em limitar ações que venham a comprometer as necessidades atuais e as futuras pelo comprometimento dos recursos naturais.

e) Capaz de suprir as necessidades ambientais, por isso as limitações ao desenvolvimento social e priorizar em limitar ações que venham a comprometer as necessidades atuais e as futuras com o comprometimento dos recursos naturais.

2. A sustentabilidade vem expressa na Constituição Federal, em seu art. 225, que determina que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988). Podemos entender sobre esse dispositivo legal que:

a) O artigo 225, da Constituição Federal, está contido no Título VII "Da ordem social" e isso significa dizer que a sociedade depende do equilíbrio por meio de alternativas viáveis para a conciliação entre qualidade de vida e o limite social.

b) O artigo 225, da Constituição Federal, está contido no Título VII e se refere à ordem econômica, financeira e social.

c) O artigo 225, da Constituição Federal, está contido no Título VII “Da ordem social” e isso significa dizer que a sociedade depende do equilíbrio por meio de alternativas viáveis para a conciliação entre qualidade de vida e o limite ambiental.

d) O artigo 225, da Constituição Federal, está contido no Título VII “Da ordem social” e isso significa dizer que a sociedade depende do equilíbrio por meio de alternativas viáveis para a conciliação entre qualidade de vida e responsabilidade ambiental.

e) O artigo 225, da Constituição Federal, está contido no Título VII e diz respeito à ordem econômica e financeira.

3. O desenvolvimento sustentável no Brasil depende do cumprimento de princípios, como: soberania nacional; propriedade privada; função social da propriedade; livre concorrência; defesa do consumidor; defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado, conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; redução das desigualdades regionais e sociais; busca do pleno emprego; tratamento favorecido para empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país. Entre eles, destaca-se:

a) O princípio da soberania nacional porque é ele que garante que cada país seja independente e não autônomo, estabeleça suas regras e promulgue as suas leis.

b) O princípio da defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento não diferenciado, conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; redução das desigualdades regionais e sociais.

c) O princípio da redução da desigualdade garante que toda a legislação tenha esse objetivo, assim como todas as ações e decisões em relação ao meio ambiente.

d) O princípio do pleno emprego garante que cada país seja autônomo, estabeleça suas regras e promulgue as suas leis.

e) O princípio da defesa do meio ambiente do nosso país direciona para que toda a legislação tenha esse objetivo, assim como todas as ações e decisões em relação ao meio ambiente.

Seção 1.4

ONGs e organismos internacionais versus interesses econômicos e políticos do Estado

Diálogo aberto

Olá, aluno! Chegamos à última seção da Unidade 1.

A partir de agora iremos iniciar nossos estudos sobre ONGs e Organismos Internacionais versus Interesses Econômicos e Políticos do Estado!

Neste sentido, é importante retomarmos os conceitos estudados nas seções anteriores desta unidade, desde o conceito do trinômio economia-sociedade-meio ambiente, passando pelo conceito de crise e indo à concepção de ética até desenvolvimento econômico e sustentável, a fim de conseguirmos uma melhor compreensão desta Seção 1.4.

Para compreendermos melhor, se faz necessário retomarmos a história de João, que se mudou para Israel e que, anos antes de se mudar, trabalhou na empresa "Sion", e questionou, junto ao amigo Daniel, sobre a imagem e responsabilidade social da empresa, sendo que Daniel é o responsável por essa área. João, sensibilizado com a situação do amigo, para ajudá-lo, buscou saber mais e se deparou com o dilema entre aqueles que defendem os interesses escusos – com a roupagem de interesses econômicos e políticos – em prejuízo do meio ambiente da responsabilidade social. Nessa busca, encontrou a ONG "Ambient", que tem um forte papel de preservação do meio ambiente e responsabilidade social empresarial por promover e patrocinar projetos empresariais junto a países cujo grau de consciência sobre a importância social e ambiental ainda é pouco.

Por ser de caráter internacional, João indicou a "Ambient" para realizar projeto dessa ordem na "Sion". Daniel levou adiante a ideia de contatar a ONG, levando a proposta à diretoria geral e acionistas da "Sion". Daniel foi questionado por estes sobre o comprometimento do lucro da empresa, e contra-argumentou dizendo que o projeto pela "Ambient" pode ser

um passo importante para o marketing da empresa e promoção para a expansão dos negócios e, também, pode vir a atrair novos investimentos. Trouxe o caso da “Natura”, como exemplo, que após ter sido acusada de danos ambientais adotou a causa “Meio Ambiente” e, hoje, é uma das empresas mais respeitadas no segmento, cosméticos por conta da sua conduta.

No caso da empresa de Daniel, que está num ambiente novo e com recursos abundantes, o projeto pode começar tímido e ir avançado à medida que cresce. Apesar dos argumentos de Daniel, a diretoria e os acionistas da “Sion” se mostraram resistentes, inclinando-se a não aprovação.

Com base nesta situação, podemos nos questionar: a “Sion”, pela resistência, demonstra-se contrária às ONGs e aos organismos internacionais em favor do seu interesse? Há, efetivamente, uma oposição entre as ONGs, organismos internacionais e interesses econômicos e políticos do Estado? O desenvolvimento sustentável depende do alinhamento entre ONGs, organismos internacionais e interesses econômicos e políticos do Estado?

Não pode faltar

As Organizações Não Governamentais (ONGs) são associações sem fins lucrativos que há muito tempo existem no país. A Constituição Federal brasileira apenas as reconheceu e as nomeou de modo a alinhar o termo ao equivalente internacionalmente: ONG. Também, em face disso, o conteúdo se ampliou, ou seja, contemplavam as associações sem fins lucrativos, na sua maioria, relacionadas às questões sociais, tais como abrigos de crianças e idosos. Hoje em dia, ainda possuem esse objetivo, contudo, contemplam também defesas de direitos, tais como, meio ambiente e consumidor. As ONGs são as entidades ditas do Terceiro Setor. Mas o que é Terceiro Setor?

Segundo o BNDES, no Relato Setorial nº 3, pode-se observar o crescimento de um “terceiro setor” e este coexiste aos outros dois setores tradicionais, quais sejam: “O primeiro setor, aquele no qual a origem e a destinação dos recursos são públicas, corresponde às ações do Estado e o segundo setor, correspondente ao capital privado, sendo a aplicação dos recursos revertida em benefício próprio”.

E diz, ainda, o BNDES:

O terceiro setor constitui-se na esfera de atuação pública não estatal, formado a partir de iniciativas privadas, voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido do bem comum. Nesta definição, agregam-se, estatística e conceitualmente, um conjunto altamente diversificado de instituições, no qual incluem-se organizações não governamentais, fundações e institutos empresariais, associações comunitárias, entidades assistenciais e filantrópicas, assim como várias outras instituições sem fins lucrativos.

Podemos entender as ONGs, portanto, como sociedades civis, na forma de associação civil e, em alguns casos, fundações. Têm caráter privado e desenvolvem trabalhos sem fins lucrativos, possuindo área de atuação diversificada, tais como: grupos de apoio (toxicômano, mulher, violência etc); saúde (física e psíquica; de prevenção ou não); social (inclusão, irradicação da pobreza etc.); ambiental; entre outras. Vamos entender a diferença entre associações civis e fundações?

Tanto as associações quanto as fundações (ONGs) são sociedades não empresárias. As associações civis vêm disciplinadas no Código Civil vigente, o qual dispõe dizendo que: "Art. 53 – Constituem as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos".

Já as fundações, por sua vez, vêm disciplinadas no artigo 62 do Código Civil vigente, com as inovações promovidas pela Lei nº 13.151, de 2015, e para esta Seção 1.4 destacamos:

Parágrafo único. A fundação somente poderá constituir-se para fins de: I - assistência social; II - cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; III - educação; IV - saúde; V - segurança alimentar e nutricional; VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; VII - pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos; VIII - promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos;
IX - Atividades religiosas.

Por serem organizações não empresárias, os seus projetos são financiados pelas próprias ONGs, que disciplinam em seus estatutos como os associados vão se compor neste sentido. Também, podem contar com doações de pessoas físicas e jurídicas e, pela sua credibilidade, necessidade e utilidade, receberem subvenção do Estado, Município e União.

As ONGs representam o compromisso social e, por essa razão, são movimentos de cidadania que trazem consciência que o Estado somos todos nós e que por isso temos responsabilidades com o nosso país e com o mundo. Assim, suas atividades devem ser sempre de interesse público.

As ONGs são organismos respeitados, tanto no Brasil quanto no exterior, e seus prestígios vêm das boas práticas que colocam o bem comum à frente dos interesses escusos. Estes interesses são aqueles que se colocam contrários ao bem comum e não podem ser confundidos com interesses econômicos e políticos.

Sabendo-se que bem comum se retrata pelos benefícios que podem ser compartilhados por várias pessoas pertencentes a um determinado coletivo ou comunidade, pode-se dizer que o interesse escuso opõe-se à sociedade, ao meio ambiente e a tudo que é importante à pessoa humana.

Já interesse econômico e político é o interesse de uma nação, ou seja, interesse de uma sociedade determinada. O interesse econômico diz respeito aos recursos escassos e abundantes e à administração deles. Já o interesse político está no poder de administrar esses recursos lançando mão, inclusive, de acordos internacionais para abastecer o mercado.



Assimile

O Terceiro Setor é o nome dado pela sociologia para designar as instituições privadas sem fins lucrativos e alinha-se ao termo usado pelos norte-americanos, *third sector*.

O interesse econômico e político é o interesse de uma nação, ou seja, interesse de uma sociedade determinada e se difere dos interesses escusos que visam só ao lucro para uma minoria determinada.

As ONGs, entidades do Terceiro Setor, representam o compromisso social e por essa razão se trata de um movimento de cidadania que traz consciência que o Estado somos todos nós e que, por isso, temos responsabilidades com o nosso país e com o mundo.



Refleta

O interesse escuso opõe-se à sociedade, ao meio ambiente e a tudo que é importante à pessoa humana nessa condição. Por que não se confunde com interesse social e político?

O prestígio das ONGs vem da aceitação popular e, diante disso, o Brasil conta com mais de cento e oitenta mil em todo país, sendo que muitas recebem subvenção pública. Elas representam a efetiva participação da sociedade civil na administração das questões relevantes à sociedade.

Na atualidade, as que mais se destacam são as ambientais, contudo, esse assunto já remonta dos anos de 1970, quando as leis ambientais foram pauta de discussões mundiais. Por esses movimentos, mais tarde, nasceram ONGs expressivamente atuantes em nosso país, como a SOS Mata Atlântica, criada em 1986.

Em nível mundial, destaca-se a ONG canadense que iniciou sua atuação em protestos contra a energia nuclear, marcando a sua criação em 1971. A sua atuação foi tão expressiva que apenas em oito anos da sua criação passou a ser uma ONG de respeito internacional. Estamos falando da Greenpeace, que possui escritório no Brasil, entre os quase trinta no mundo.

Outra ONG que merece destaque e que possui escritório também no Brasil é a WWF, sigla em inglês que quer dizer Fundo Mundial para a Natureza, criada em 1961. Atua em mais de cem países no mundo, cuja sede está na Suíça. O objetivo da WWF está na contenção da degradação ambiental e na promoção do uso de recursos naturais renováveis.

É importante considerar que as ONGs os Organismos Internacionais e Interesses Econômicos e Políticos do Estado não são opostos, mas para o desenvolvimento sustentável deve ocorrer, inevitavelmente, o alinhamento entre eles.



Assimile

No caso da nossa situação-problema, a "Sion", pela resistência à proposta de Daniel, demonstrou ser contrária, pois vê a ONG "Ambient" em desfavor ao seu interesse. Esse interesse da "Sion" pode ser considerado escuso, porque parece ter como único e exclusivo objetivo o lucro a respeito do meio ambiente. Isto não caracteriza interesses econômicos

porque lucro não se confunde com economia que o integra, contudo, economia não despreza o respeito ao meio ambiente e tampouco a responsabilidade social, pois o meio ambiente, por ser de interesse global, promove muitos movimentos internacionais, que proporcionam encontros, congressos, conferências e promove a formulação de compromissos entre os países para a sua melhoria.

Em 1948, na França, em Fontainebleau, foi fundada a UICN – União Internacional para Conservação da Natureza e seus Recursos –, hoje com sede na Suíça, e tem como diferencial ser composta por entidades públicas e governos, além das pessoas jurídicas de direito privado, o que não é comum, haja vista que as ONGs não têm a participação direta no Estado como membro.

Entre as competências da UICN está a organização e o suporte técnico aos governos para legislação ambiental proposta e criação e estratégia de gerenciamento dos recursos naturais e, por essa razão, é uma referência internacional e órgão consultivo, desde 1972, no Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO – Organização das Nações Unidas para educação, ciência e cultura.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, também de 1948, já preceitua o meio ambiente e a ONU – Organização das Nações Unidas. Essa organização é um importante ente de cooperação internacional e se empenha em fazer valer a defesa ambiental. Por essa razão, no ano 1971, em Estocolmo, a Declaração da Conferência da ONU sobre meio ambiente dispõe no parágrafo 6: “Defender e melhorar o meio ambiente para as atuais e futuras gerações se tornou uma meta fundamental para a humanidade”.



Pesquise mais

Entenda a relação entre a ONU e o meio ambiente acessando: <<http://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 26 out. 2015.

As principais situações de crises ambientais no Brasil e no Mundo, sua origem e consequências, sempre se deparam com as crises sociais e ética, cujas discussões são relativas ao Capitalismo versus Gestão Ambiental com viés no paradigma econômico, social e ambiental. Para o desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, ONGs e organismos internacionais têm papel importante e devem se alinhar

com os interesses econômicos e políticos do Estado e repudiar os interesses escusos, que são aqueles que visam ao lucro para uma minoria, pois, com isso, evitam-se crises ambientais e sociais e promove-se o desenvolvimento sustentável com conhecimento das políticas socioambientais e reflexão acerca da responsabilidade social e sustentabilidade de cada país, de cada nação.



Faça você mesmo

Pesquise a empresa em que você trabalha ou empresa de evidência no mercado para saber se ela está ligada a alguma ONG ou organismo internacional e, se tiver, qual o projeto que desenvolve em parceria com estes organismos.

Sem medo de errar

Em nossa situação-problema, João já era consciente de que a “Sion” se mudou de seu país em razão das questões relativas ao meio ambiente e à imposição legal de adequação. Junto à empresa, Daniel, seu amigo, seguiu para outro país, ainda como executivo responsável pela imagem da “Sion” no mercado nacional e internacional. O novo país que abrigou a empresa tem legislação amena quanto ao meio ambiente, contudo, Daniel tem que fazer a diferença atraindo novos investimentos por meio da promoção da imagem da “Sion”, que restou um pouco desgastada pela sua mudança a outro país por questões ambientais. João, com o intuito de ajudar seu amigo, indicou a este a ONG “Ambient”, que promove e financia projetos ambientais e tem reconhecimento internacional em razão das boas práticas.

O projeto de Daniel para a “Sion” seria no sentido de promover o marketing da empresa, a sua expansão, atrair novos negócios e investimentos a fim de modificar no mercado internacional a imagem da “Sion” pela postura antiética de mudar-se para outro país em detrimento dos necessários investimentos para a sua adequação ambiental por ser potencialmente poluente.



Lembre-se

A ideia de Daniel é utilizar-se, por analogia, do caso “Natura”, que aliou o meio ambiente ao seu projeto de marketing, entretanto, tanto os acionistas quanto a diretoria da “Sion” estão resistentes à sua proposta por interesse escuso representado pelo lucro exacerbado em prejuízo do meio ambiente.



Atenção

Não podemos nos esquecer de que há distinção entre interesse escusos e interesses econômicos e políticos. Os interesses escusos são aqueles interesses que se colocam contrários ao bem comum. Sendo certo que bem comum se retrata pelos benefícios que podem ser compartilhados por várias pessoas pertencentes a um determinado coletivo ou comunidade. Assim, o interesse escuso opõe-se à sociedade, ao meio ambiente e a tudo que é importante à pessoa humana.

Respondendo aos questionamentos da nossa situação-problema, a “Sion”, pela resistência à proposta de Daniel, demonstrou ser contrária à proposta, pois vê a ONG “Ambient” em desfavor ao seu interesse. Esse interesse pode ser considerado escuso, por parecer ter como único e exclusivo objetivo o lucro da empresa em detrimento do meio ambiente.

Este fato não caracteriza interesses econômicos porque lucro não deve ser confundido com a economia que a integra, uma vez que a economia não despreza o respeito ao meio ambiente e tampouco à responsabilidade social.

Por fim, é importante considerar que as ONGs, organismos internacionais e interesses econômicos e políticos do Estado não são opostos. Assim, para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado, deve ocorrer, inevitavelmente, o alinhamento entre eles.

Avançando na prática

Pratique mais

Instrução

Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e as compare com as de seus colegas.

“O alinhamento das práticas das ONGs e Organismos Internacionais com os Interesses Econômicos e Políticos do Estado”

1. Competência geral	Conhecer as políticas socioambientais e refletir acerca da responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável.
2. Objetivos de aprendizagem	Conceituação e dinâmica do alinhamento das práticas das ONGs e organismos internacionais com os interesses econômicos e políticos do Estado.
3. Conteúdos relacionados	Economia, sociedade, meio ambiente e o investimento socialmente responsável, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, ONGs e organismos internacionais. Interesse econômico.

<p>4. Descrição da SP</p>	<p>O projeto de Daniel para a "Sion" seria no sentido de promover o marketing da empresa para a expansão, atrair novos negócios e investimentos a fim de modificar no mercado internacional a imagem da "Sion" pela postura antiética de mudar-se para outro país em detrimento dos necessários investimentos para a sua adequação ambiental por ser potencialmente poluente. Há um caso análogo da empresa "Júpiter", empresa de cosméticos que devastou áreas importantes em seu país e, quando processado, fez acordo de recuperação das áreas, além de ações e publicidades e propagandas com a ideologia ambiental por dois anos. Ocorre que, a partir de então, passou a se comprometer com o meio ambiente. Hoje, o seu compromisso, que era obrigatório, passou a ser sua missão, seu valor e seu objeto e, por essa razão, tornou-se referência em seu segmento como empresa totalmente responsável com o meio ambiente, com a sociedade e com a economia. Travado esse comparativo, pergunta-se: qual é, portanto, o interesse econômico da "Sion" em face do país em que está instalado? Por que despreza a ideia de Daniel quanto à ONG a implantação de projetos? Qual é o compromisso socioambiental da "Sion"? Será que a "Sion", ao seguir o exemplo da "Júpiter", poderia mudar sua imagem e se tornar sustentável e promotora do desenvolvimento sustentável?</p>
<p>5. Resolução da SP</p>	<p>A resolução da situação apresentada está na apreensão dos conceitos de ONGs e organismos internacionais em favor do meio ambiente, alinhada aos interesses econômicos e políticos de um país. Para justificar a resposta, apresente o que aprendeu nessa seção a respeito da aplicabilidade dos conceitos.</p>



Lembre-se

As ONGs representam o compromisso social e, por essa razão, trata-se de um movimento de cidadania que traz consciência que o Estado somos todos nós e que por isso temos responsabilidades com o nosso país e com o mundo. Assim, as atividades desenvolvidas pelas ONGs devem ser de interesse público sempre.



Faça você mesmo

Como você vê o alinhamento das práticas das ONGs e organismos internacionais com os interesses econômicos e políticos do Estado no nosso país?

Pesquise na internet, jornais, revistas e outros, empresas que têm esse perfil e quais são os termos usados para defini-las positiva e negativamente.

Faça valer a pena

1. As atividades desenvolvidas pelas ONGs devem ser de interesse público sempre. Sobre as ONGs, assinale a alternativa correta:

a) São organismos respeitados tanto no Brasil quanto no exterior, e seu

prestígio vem das boas práticas que colocam o bem coletivo à frente dos interesses escusos.

b) São organismos focados nos interesses escusos, tanto econômicos quanto políticos.

c) São organismos nada respeitados, tanto no Brasil quanto no exterior, e seu prestígio vem das boas práticas que colocam o bem comum à frente dos interesses escusos.

d) São organismos respeitados somente no exterior, e seu prestígio vem das boas práticas que colocam o bem comum à frente dos interesses escusos, que são os interesses econômicos e políticos.

e) São organismos de vertente escusa e voltada ao interesse individual.

2. As ONGs representam o compromisso social e, por essa razão são um movimento de cidadania que traz consciência de que o Estado somos todos nós e que, por isso, temos responsabilidades com o nosso país e com o mundo. As ONGs são sociedades civis:

a) Que não devem ser confundidas com associações e fundações.

b) Na forma de associação civil e não podem ser associações.

c) Têm caráter privado e desenvolvem trabalhos sem fins lucrativos e possuem área de atuação diversificada, tais como: grupos de apoio, saúde, social, ambiental, entre outras.

d) São entidades públicas de apoio às causas sociais.

e) São associações não governamentais, mas que podem possuir objetivos lucrativos.

3. As ONGs são as entidades ditas do Terceiro Setor. O Terceiro Setor se forma por:

a) Instituições privadas sem fins lucrativos, que pela sociologia recebem o nome de terceiro setor. Os norte-americanos também assim chamam, em inglês, *third sector*.

b) Instituições públicas, que pela sociologia recebem o nome de terceiro setor. Os norte-americanos também assim chamam, em inglês, *third sector*.

c) Instituições privadas com fins lucrativos, que pela sociologia recebem o nome de terceiro setor. Os norte-americanos também assim chamam, em inglês, *third sector*.

d) Entidades privadas, que pela sociologia recebem o nome de terceiro setor. Os norte-americanos também assim chamam, em inglês, *third sector*.

e) Entidades públicas sem fins lucrativos, que pela sociologia recebem o nome de terceiro setor. Os norte-americanos também assim chamam, em inglês, *third sector*.

Referências

AMARAL, Sérgio Pinto. **Sustentabilidade ambiental, social e econômica nas empresas:** como entender, medir e relatar. São Paulo: Tocalino, 2004.

BMF & BOVESPA. **ISE – Índice de sustentabilidade empresarial.** Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Indices/download/Apresentacao-ISE.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2015.

BNDES. **Terceiro setor e desenvolvimento setorial.** Relato setorial nº 03. Julho de 2001. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/tsetor.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2015.

BRASIL. Lei nº 7.347/85 da Ação Civil pública, de 5 outubro de 1988, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente. A Constituição Federal de 1988 trata, no Título VIII, em seu Capítulo VI, do meio ambiente, e em seu art. 225. **Revista Âmbito Jurídico**, Rio Grande, 18 dez. 2015. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5921>. Acesso em: 18 dez. 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.151, de 28 de julho de 2015.** Capítulo III Das Funções, Art. 62. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm#art62p>. Acesso em: 18 dez. 2015.

DELBONO, Benedita de Fátima. **Responsabilidade civil no meio ambiente artificial:** meio ambiente do trabalho. São Paulo: Esfera, 2011.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental:** responsabilidade social e sustentabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade social das empresas:** a contribuição das universidades. v. 2. São Paulo: Petrópolis, 2003.

ISAE/FGV. **A ética e transparência para o desenvolvimento social.** Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/giro-sustentavel/a-etica-e-transparencia-para-o-desenvolvimento-social/>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

KANT, Immanuel. **O grande filósofo da modernidade.** Disponível em: http://www.10emtudo.com.br/aula/ensino/immanuel_kant/>. Acesso em: 21 dez. 2015.

LOPES, Herton Castiglioni. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 33, n. 4, out./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572013000400004>. Acesso em: 20 dez. 2015.

HOWKINS, John. **Economia criativa.** Tradução: Ariovaldo Griesi. São Paulo: Makron Books, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Entenda a relação entre a ONU e o meio

ambiente: Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

PEREIRA, Adriana Camargo; SILVA, Gibson Zucca da; CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt. **Sustentabilidade, responsabilidade social e meio**. São Paulo: Saraiva, 2012.

SARTORI, S.; LATRÔNICO, L.; CAMPOS, M. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 1-22, jan. /mar. 2014.

TAPSCOTT, Don. **Transparência é a palavra de ordem desta época**. Entrevista realizada por Jorge Nascimento Rodrigues. Julho de 2003. Disponível em: <<http://www.janelanaweb.com/digitais/index.html>>. Acesso em: 14 out. 2015.

VEBLEN, T. **The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays**. New York: Huebsch, 1919.

VICENTIM, Aline. Os Direitos Fundamentais e os recursos hídricos em Israel e no território Palestino. Uma chance à cooperação. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 80, set 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8266>. Acesso em: 21 dez. 2015.

WOLF, Aron T. **Gerindo Disputas e Cooperação Hídrica**. Estado do Mundo. Universidade do Estado de Oregon. 2005. Cap.5.

WWF – BRASIL. **Da teoria à prática**. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/participe/empresas_meio_ambiente/porque_participar/sustentabilidade/?gclid=CPWT-o6x5ckCFU4EkQodDAEI_Q>. Acesso em: 18 dez. 2015.

CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A ABORDAGEM ECOLÓGICA E SOCIAL

Convite ao estudo

Olá, aluno! Você sabe quais podem ser as contradições do desenvolvimento sustentável? E o que significa abordagem ecológica e social?

Pois é! Para os nossos estudos desta Unidade essas duas questões devem ser respondidas. Então, vamos lá?

Como pudemos estudar na Unidade 1, todo o nosso esforço cotidiano está na busca do bem viver. Pudemos conhecer as crises ambientais tanto no Brasil quanto no mundo; a crise social e ética, tendo como paradigma a economia, a sociedade e o ambiente; tomamos o conceito de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade e até fizemos a sua distinção; e estudamos as ONGs e os organismos internacionais frente ao desafio representado pela economia e política do Estado.

Agora, o nosso desafio está em conhecer a evolução histórica e os seus reflexos no mundo contemporâneo para nos aprofundarmos nas políticas socioambientais com reflexo na responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável. Para isto, teremos como objetivos desta unidade estudar sistematicamente: os movimentos em prol do meio ambiente, a governança corporativa e a responsabilidade social empresarial, o meio ambiente e a triangulação dos interesses nas Ciências Sociais Aplicadas e na Gestão Organizacional.

Para melhor compreensão, tomemos como linha de raciocínio o caso de Abner, homem simples do campo,

que testemunha o desmatamento da Cidade dos Anjos pela loteadora "XYZ". Esta loteadora, há tempos, vem promovendo o parcelamento de solo na cidade, que possui vasta área de preservação ambiental com espécies raras, que dependem da mata preservada e intocada para não serem extintas, restando pouca área para urbanização, agricultura, pecuária, indústria etc. Pouco preocupada com isso, a "XYZ" está construindo um polo industrial desmatando mais de cinquenta por cento do permitido na área da instalação.

Questionamos, portanto: A importância dos movimentos socioambientais está na reivindicação e promoção da cidadania? As empresas devem promover o seu controle em face da qualidade e do meio ambiente? A responsabilidade social e ambiental é uma obrigação empresarial?

Seção 2.1

Movimentos em defesa do meio ambiente

Diálogo aberto

A partir de agora iremos iniciar nossos estudos sobre os movimentos em prol do meio ambiente com a apresentação da evolução histórica e os reflexos no contemporâneo. Neste sentido, é importante tomar os conceitos estudados na Unidade 1 para aprimoramento tanto teórico quanto prático.

Importante considerar que os movimentos sociais são movimentos de reivindicação das políticas públicas necessárias e, no nosso caso, são políticas públicas em face do meio ambiente e, pela experiência até os dias de hoje, o movimento social pelas políticas públicas constrói a cidadania.

Para compreendermos melhor, faz-se necessário relembrar o caso de Abner, homem simples do campo, que diariamente vê de sua porta o desmatamento promovido por uma empresa loteadora "XYZ", que há tempos vem promovendo o parcelamento de solo da Cidade dos Anjos. Pouco preocupada com isso, a loteadora "XYZ" está construindo um polo industrial desmatando mais de cinquenta por cento do permitido na área da instalação.

Como situação-problema desta seção, Abner, então, começou um movimento contra essa conduta e cada dia mais tem conseguido adeptos para garantir que a cidade seja respeitada em sua essência e importância. Por ora, o seu movimento está se firmando apenas com adeptos sem formalização, mas tem se tornado forte ao passo que os moradores estão se opondo, desde os mais velhos aos mais novos, buscando reforço junto ao Ministério Público local, que é o guardião do meio ambiente por força legal em nosso país. A ideia é reconhecer e considerar a cidade na sua essência como patrimônio ambiental. No município, tanto o Prefeito quanto a Câmara de Vereadores têm resistido.

Questionamos, portanto: a formalização do movimento é importante para expressar os ideais e os interesses de Abner e adeptos pelo não desmatamento da Cidade dos Anjos? O movimento iniciado por Abner é um movimento de cidadania? A reivindicação representada pelo

movimento “não ao desmatamento da Cidade dos Anjos” pode resultar numa política pública em face do meio ambiente?

Não pode faltar

O meio ambiente, no cenário como questão de ordem pública e de emergência, se destacou há pouco tempo, muito embora, entidades voltadas à preservação e conservação ambiental sempre existiram. Notadamente, foi nos anos de 1970 que surgiu como um movimento social.

Movimento social é considerado uma expressão técnica que tem como definição ação coletiva social ou de organizações sociais para defender direitos e promover interesses para conservar, preservar ou transformar uma ordem estabelecida numa sociedade determinada.

Neste sentido:



Os movimentos sociais, na prática, são a representação da sociedade como organização, que os utiliza como instrumentos de ação num contexto histórico específico. O conflito de classe e os acordos políticos são, conseqüentemente, canais dos movimentos para atingir seus fins (BIRUEL, 2016).

Rachel Carson, em 1945, publicou um ensaio retratado no artigo “Reader’s Digest”, que trata sobre o uso indiscriminado de inseticidas, como destaque para o diclorodifeniltricloretano – DDT. Esse artigo, apesar de publicado, não obteve sucesso. Contudo, a autora, em 1962, publicou o livro “Primavera silenciosa”, retomando o assunto dos inseticidas, que despertou o interesse pelo meio ambiente, muito embora tenha sido escrito numa linguagem nada técnica, ou seja, poética.

No primeiro capítulo, “Uma fábula para o Amanhã”, de “Primavera silenciosa”, descreve uma fictícia cidade americana atacada por uma doença inexplicável surgida de um ‘pó misterioso’, que, primeiramente, atingiu as plantas e, mais tarde, se alastrar atingindo os animais e, em seguida, a população, inclusive as crianças, transformando em uma estação moribunda e silenciosa a primavera. Com essa obra, desperta-se a importância dos cuidados com o meio ambiente e a partir desse momento iniciam-se os movimentos em sua defesa.

A partir de então, nos idos de 1960, os primeiros movimentos

ecológicos aconteceram marcados pelos pacifistas e hippies, nascendo, nos Estados Unidos, o “ecologismo”, que se expandiu chegando à Europa, à Austrália e ao Japão e a sua ideia conceitual espalhou-se pelo mundo nos anos 1980.

O “ecologismo” remete à ideia de olhar o planeta sob o ponto de vista ecocêntrico em face das políticas públicas, ou seja, trata-se de uma ideologia política que surgiu das indagações ou, questionamentos sobre a escassez de recursos naturais, os quais passaram a ser considerados finitos. Diante disso, passou-se a questionar como seu esgotamento iria afetar o destino das gerações futuras no mundo.

No Brasil, a AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção à Natureza – representa um movimento brasileiro, que nasceu em 1971, para opor o uso indiscriminado de agrotóxico, marcando o início do movimento em nosso país. Na época, a AGAPAN era liderada por José Lutzemberger.

Ainda, no Brasil, com a abertura política (1977), os movimentos de reivindicação se ampliaram começando pelos protestos contra a Usina de Itaipu, que, para a formação dos lagos para a sua implantação, fez desaparecer as cataratas de Sete Quedas comprometendo a biodiversidade local. A Amazônia ganha destaque também nessa época com manifestações de alerta.

Posteriormente, em 1980, uma calamidade marca a história ambiental brasileira, trata-se de Cubatão. A cidade de Cubatão, localizada no estado de São Paulo, na baixada santista, ficou conhecida, nessa época, como um dos lugares mais contaminados do mundo. A origem do problema se deu pelo processo de industrialização a partir de 1955; em 1963, tiveram início as atividades da COSIPA – Companhia Siderúrgica Paulista –, que efetivou a industrialização na cidade e a consagrou como um dos polos industriais mais expressivos na América Latina.

Este fato teve um preço muito alto para o meio ambiente, que refletiu na saúde das pessoas que ali viviam e vivem, marcada pela poluição ambiental, sendo retratado da seguinte maneira por Santos (2016):

No começo do século XX, Cubatão, cerca de 40 quilômetros da cidade de São Paulo, era um lugar bonito, coberto de matas. Tinha imensas plantações de bananas, olarias e engenhos. Oito décadas depois, em 1984, havia se transformado em um dos mais ricos e modernos centros





industriais do País. Em compensação, era um retrato fiel do Brasil: o progresso e a riqueza se confundiam com a pobreza extrema, doenças e insegurança.

É importante considerar que Cubatão possui cento e sessenta quilômetros quadrados de extensão, área considerada pequena, o que não impediu que se concentrasse um polo fabril considerável, formado por vinte e três indústrias importantes, uma refinaria, uma siderúrgica, aproximadamente sete fábricas de fertilizantes e nove fábricas de produtos químicos. Dessa maneira, a poluição e a devastação marcaram a destruição ambiental de Cubatão (Figura 2.1). Mas o que significa poluição? E devastação?

Figura 2.1 | Polo industrial em Cubatão – SP



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Vista_da_trilha_Caminho_do_Mar_-_Cubat%C3%A3o_-_SP.jpg?use_lang=pt-br>. Acesso em: 7 jan. 2015.

O conceito de poluição é extremamente importante e corresponde a qualquer alteração provocada no meio ambiente, em um ecossistema natural, agrário ou urbano. O significado vem do latim, que significa “sujar”. A devastação é a destruição que corresponde à ação em si de depredação ou ao resultado da ação, como a depredação, o esbulho ou o saque.

Preocupados com os riscos, as pessoas e o meio ambiente, ainda nessa década de 1980, ocorreram os movimentos em face dos programas nucleares de Angra dos Reis, Rio de Janeiro. Angra dos Reis faz parte do Programa Brasileiro de Energia Nuclear, cujo projeto nasceu em 1930 na Universidade de São Paulo – USP.

A energia nuclear corresponde a três por cento da matriz energética

brasileira, cuja produção advém de dois reatores de água pressurizada na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, localizada na cidade de Angra dos Reis.

Para defesa do meio ambiente surgiu a Sociedade Angraense de Proteção Ecológica – SAPE –, que é uma organização não governamental nascida nos anos de 1980 para protestar contra a instalação das usinas nucleares em Angra dos Reis. Defende não só o meio ambiente mas também o patrimônio histórico e cultural com a promoção do tombamento de vários edifícios históricos da cidade.

Na década de 1990, a SAPE promoveu debates importantes sobre a gravidade dos acidentes no terminal marítimo de petróleo (TEBIG), instado pela Petrobras, na década de 1970. Já em 2011, houve mais protestos contra a implantação do terceiro reator da Usina Nuclear de Angra com a participação do Greenpeace.

O movimento contra os agrotóxicos, iniciado no Rio Grande do Sul, se espalhou pelo Paraná, Santa Catarina e São Paulo, articulado entre os ecologistas, grupos profissionais, engenheiros florestais, agrônomos e universidades contra agrotóxicos, movimento advindo do Rio Grande do Sul.

É importante considerar que há entidades não institucionalizadas que incorporam os movimentos em prol do meio ambiente, contudo, no Brasil, ao se falar em movimento e entidades defensoras do meio ambiente, não podemos excluir a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC –, criada em 1948, com sede em São Paulo, que é uma entidade sem fins lucrativos e políticos, totalmente voltada ao avanço da ciência e da tecnologia, bem como ao desenvolvimento educacional e cultural em nosso país.

Esta entidade (SBPC) exerce, desde então, um papel importante no aperfeiçoamento e na expansão do sistema nacional de ciência e tecnologia e, também, na difusão da ciência do país. O seu foco é o debate e está na tecnologia e na ciência a favor do meio ambiente, além das devidas políticas públicas. Mas o que são políticas públicas?

As políticas públicas se constituem em ações, atividades e/ou programas desenvolvidos pelo Estado, direta ou indiretamente, com a participação de entidades públicas e privadas que visem assegurar o direito à cidadania de forma direta e difusa (que atinja esta e as gerações futuras) para determinado seguimento, seja econômico, cultural, étnico ou social.



Pesquise mais

Você pode conhecer um pouco mais sobre políticas públicas por movimentos sociais em meio ambiente disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/viewFile/13423/9048>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

Os movimentos sociais são movimentos de reivindicação das políticas públicas necessárias e, no nosso caso, são políticas públicas em face do meio ambiente. O movimento social pelas políticas públicas constrói a cidadania.



Exemplificando

Em SP, que trata do parcelamento de solo indiscriminado realizado pela "XYZ", vimos que, sem respeito ao meio ambiente, pondo em risco espécies, a loteadora "XYZ" está construindo um polo industrial e desmatando mais de cinquenta por cento do permitido na área da instalação.

O movimento de Abner ganhou força e, apesar da resistência da prefeitura (Executivo) e da Câmara dos Vereadores (Legislativo), o Ministério Público está apoiando e a Justiça (Poder Judiciário) pode ser acionada, apesar do movimento de Abner ainda não estar formalizado, ou seja, no papel.

Com base nesse contexto, podemos dizer que todo e qualquer movimento social deve levar reivindicações que gerem políticas públicas com a eficiência necessária para garantir a proteção de direitos, como o direito ao meio ambiente.



Assimile

Vamos diferenciar os movimentos sociais das políticas públicas?

Os movimentos sociais, na prática, são a representação da sociedade como organização, que os utiliza como instrumentos de ação num contexto histórico específico. O conflito de classe e os acordos políticos são, conseqüentemente, canais dos movimentos para atingir seus fins.

Já as políticas públicas são ações, atividades e/ou programas desenvolvidos pelo Estado, direta ou indiretamente, com a participação de entidades públicas e privadas que visem assegurar o direito à cidadania de forma direta e difusa para determinado segmento, seja econômico, cultural, étnico ou social.



Refleta

Agora, reflita: Qual é a importância dos movimentos sociais? Eles representam reivindicações para políticas públicas? De que modo?



Faça você mesmo

Ainda pensando em nossa SP, responda:

Qual deveria ser a ação do prefeito diante do movimento social de Abner em face da sua reivindicação?

A atitude de Abner pode representar uma política pública em face do meio ambiente na Cidade dos Anjos?

Sem medo de errar

Nesta seção, você estudou que as políticas públicas se constituem em ações, atividades e/ou programas desenvolvidos pelo Estado, direta ou indiretamente, com a participação de entidades públicas e privadas que visam assegurar o direito à cidadania de forma direta e difusa (que atinja esta e as gerações futuras) para determinado segmento, seja econômico, cultural, étnico ou social e os movimentos sociais garantem tais políticas públicas.

Retomando a nossa SP, vimos o caso de Abner, que se opõe à empresa loteadora "XYZ", empresa de loteamentos que há tempos vem promovendo o parcelamento de solo da Cidade dos Anjos, promovendo um movimento contra essa conduta, conseguindo adeptos para garantir que a cidade seja respeitada em sua essência e importância. O movimento de Abner ainda está sem formalização, mas tem se tornado forte ao passo que os moradores estão se opondo, desde os mais velhos aos mais novos, buscando reforço junto ao Ministério Público local, que é o guardião do meio para reconhecer e considerar a cidade na sua essência como patrimônio ambiental. O município, tanto o Prefeito quanto a Câmara de Vereadores, têm resistido.

O movimento iniciado por Abner é um movimento de cidadania porque representa os ideais coletivos representados pelos cidadãos interessados e envolvidos cultural, social e ambientalmente. Por essa razão que a reivindicação representada pelo movimento "não ao desmatamento da Cidade dos Anjos" pode resultar numa política pública em face do meio ambiente. Política pública legítima e eficaz porque representa as necessidades do coletivo interessado e para isto é desnecessária a formalização do movimento, neste caso, chamamos esse movimento de entidade não institucionalizada. Contudo, incorpora os movimentos em prol do meio ambiente.

As entidades nacionais e internacionais, assim como as ONGs, iniciam-se, na maioria das vezes, como entidades não institucionalizadas e nosso caso pode se tornar forte ao passo que os moradores estão se opondo e reivindicando os seus direitos.



Atenção

Os movimentos sociais são movimentos de reivindicação das políticas públicas necessárias e, no nosso caso, são políticas públicas em face do meio ambiente.

O movimento social pelas políticas públicas constrói a cidadania.



Lembre-se

Todo e qualquer movimento social deve levar reivindicações que gerem políticas públicas com a eficiência necessária para garantir a proteção de direitos, como o direito ao meio ambiente.

Avançando na prática

Pratique mais

Instrução

Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e as compare com as de seus colegas.

Políticas públicas, movimentos e meio ambiente

1. Competência geral	Conhecer as políticas socioambientais e refletir acerca da responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável.
2. Objetivos de aprendizagem	Discutir as questões sociais e éticas relacionadas as políticas públicas aos movimentos e ao meio ambiente.
3. Conteúdos relacionados	Movimentos, políticas públicas, sociedade, meio ambiente.
4. Descrição da SP	Assim como Abner, que se indignou e, então, promoveu um movimento social para perpetuar políticas públicas por meio das reivindicações para garantir o meio ambiente e para melhor compreender isto, faça um levantamento junto à sua cidade e região sobre quais são as principais reivindicações e movimentos locais em prol do meio ambiente. Aponte ao menos três ações neste sentido, explicando-as. E do mesmo modo, identifique de uma a três que mereceriam ser objeto de reivindicação. Justifique a sua resposta.
5. Resolução da SP	A resolução da situação apresentada está no conhecimento prévio e conceitual de movimentos sociais, políticas públicas e preservação e conservação ambiental.



Lembre-se

As políticas públicas se constituem em ações, atividades e/ou programas desenvolvidos pelo Estado, direta ou indiretamente, com a participação de entidades públicas e privadas que visem assegurar o direito à cidadania de forma direta e difusa (que atinja esta e as gerações futuras) para determinado segmento, seja econômico, cultural, étnico ou social.



Faça você mesmo

Responda:

Por que os movimentos sociais são importantes para garantir o meio ambiente?

Pesquise na internet, jornais, revistas e outros, movimentos sociais de relevância em face do meio ambiente, a sua origem e o seu êxito atual.

Faça valer a pena

1. Há entidades não institucionalizadas que incorporam os movimentos em prol do meio ambiente. No Brasil, ao se falar em movimento e entidades defensoras do meio ambiente, não podemos excluir a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. Esta é uma entidade:

a) Sem fins lucrativos e políticos, totalmente voltada ao avanço da ciência e da tecnologia, bem como ao desenvolvimento educacional e cultural em nosso país.

b) Com fins lucrativos e políticos, totalmente voltada ao avanço da ciência e da tecnologia, bem como ao desenvolvimento educacional e cultural em nosso país.

c) Sem fins lucrativos e públicos, totalmente voltada ao avanço da ciência e da tecnologia, bem como ao desenvolvimento educacional e cultural em nosso país.

d) Com fins lucrativos e públicos, totalmente voltada ao avanço da ciência e da tecnologia, bem como ao desenvolvimento educacional e cultural em nosso país.

e) Sem fins lucrativos e políticos, totalmente voltada ao avanço do meio ambiente e da tecnologia, bem como ao desenvolvimento educacional e cultural em nosso país.

2. Um é extremamente importante e corresponde à alteração, qualquer alteração, provocada no meio ambiente em um ecossistema natural, agrário ou urbano, e o significado vem do latim, que significa sujar. O outro trata da

destruição que corresponde à ação em si de depredação ou ao resultado da ação, como a depredação, o esbulho ou o saque. Os conceitos apresentados referem-se, respectivamente, à:

- a) Devastação e poluição.
- b) Poluição e devastação.
- c) Poluição e degradação.
- d) Devastação e preservação.
- e) Conservação e preservação.

3. Nos anos de 1960, os primeiros movimentos ecológicos aconteceram marcados pelos pacifistas e hippies com origem nos Estados Unidos. Esses movimentos ficaram conhecidos como:

- a) Movimentos naturais.
- b) Naturalismo.
- c) Ecologismo.
- d) Ecomovimento.
- e) Movimentos ambientalistas.

Seção 2.2

Governança corporativa e responsabilidade social empresarial

Diálogo aberto

Olá, aluno! Vamos continuar? A partir de agora iniciaremos nossos estudos sobre Governança Corporativa e Responsabilidade Social Empresarial, que está compreendida nesta Unidade, que trata das Contradições do Desenvolvimento Sustentável e da Abordagem Ecológica e Social.

A seção anterior tratou o assunto relativo aos movimentos em prol do meio ambiente e apontou a importância dos principais movimentos em nosso país e no mundo, lembra-se?

Para relembrar, vamos retomar o caso de Abner, que testemunhou e testemunha o desmatamento da Cidade dos Anjos pela loteadora "XYZ", que está construindo um polo industrial desmatando mais de cinquenta por cento do permitido na área da instalação. Abner começou um movimento contra essa conduta e cada dia mais tem conseguido adeptos para garantir que a cidade seja respeitada em sua essência e importância como patrimônio ambiental.

Dando continuidade à nossa linha de raciocínio, como situação-problema desta seção, em ato contínuo, Abner e os adeptos promoveram o movimento, que foi além da panfletagem, e chamaram a atenção da imprensa e do Ministério Público, apesar da resistência da Câmara dos Vereadores e do próprio Prefeito sobre a importância da Cidade dos Anjos como patrimônio ambiental, e conseguiram marcar audiência com a empresa loteadora "XYZ".

O modelo empresarial da "XYZ" é tão ultrapassado que sequer deu oportunidade de ouvir os interessados. Enquanto esperavam, um dos integrantes do movimento, José Augusto, observou que a empresa em que trabalha adota a governança corporativa e por esse meio entende que todos fazem parte do seu processo de melhoria, inclusive com transparência nas suas ações.

Questiona-se, portanto: se a “XYZ” tivesse adotado a governança corporativa como ferramenta para vislumbrar o futuro da empresa, ela cometeria tantos abusos perante a comunidade e o meio ambiente? Ela abriria oportunidade para ouvir as reivindicações representadas pelo movimento liderado por Abner? Ela seria vista no mercado com outra imagem?

Não pode faltar

As regras, os processos, os costumes e as políticas utilizadas para a administração de uma empresa são conhecidas como governança corporativa. Essa governança, contudo, não exclui as relações entre os sujeitos envolvidos em seu processo e os seus objetivos, para os quais a corporação é “governada”.

Hoje, as organizações contemporâneas contemplam na sua formação externa, além dos sujeitos interessados – os acionistas, por exemplo –, também os credores, o mercado comercial, os fornecedores, os clientes e as comunidades afetadas com as suas atividades corporativas, e são conhecidos como stakeholders. E contemplam internamente o Conselho de Administração, executivos e os seus respectivos empregados. Vamos entender melhor quem são os stakeholders?

Pois bem! Os stakeholders são os responsáveis pelo planejamento ou plano com visão mais ampla de todos os envolvidos em um processo ou projeto empresarial para saber de que forma podem contribuir para a otimização dos processos empresariais. Eles podem ser considerados de importância singular ao planejamento estratégico da empresa e organização e se formam pelos empregados da empresa, seus gestores, seus gerentes, seus proprietários, seus fornecedores, seus concorrentes, seus clientes, seus credores, o Sindicato, o Estado, ONGs e todas as demais pessoas que estejam relacionadas com uma determinada ação ou projeto empresarial.

Para compreender melhor esta seção, é importante que você também conheça de que trata o planejamento estratégico empresarial e organizacional. Este é um processo gerencial no qual se formulam objetivos e se selecionam programas de ação para execução, tomando as condições internas e externas da empresa e a evolução esperada.

Bateman e Snell (1998) distinguem planejamento estratégico de

administração estratégica, sendo que, para os autores, ela constitui-se no processo que envolve administradores de todos os níveis da organização, que formulam e implementam objetivos e planejamentos estratégicos.

Assim, trata-se do processo de elaboração da estratégia, na qual se definiria a relação entre a organização e o ambiente interno e externo, bem como os objetivos organizacionais, com a definição de estratégias alternativas.

Pode-se dizer que o planejamento estratégico funciona para prever o futuro da empresa ou organização, por isso é de longo prazo, pois, na generalidade, divide-se em três níveis o planejamento, qual seja: estratégico (longo prazo), tático (médio prazo) e operacional (curto prazo).

Retomando nosso raciocínio, a governança corporativa se utiliza dos stakeholders para legitimar as ações da empresa por possuírem papel direto ou indireto na gestão de resultados da empresa e do planejamento estratégico para ações com o estabelecimento da relação entre a organização e o ambiente interno e externo, os objetivos organizacionais e a definição de estratégias alternativas.

A Governança Corporativa é, portanto, uma ferramenta importante da empresa moderna que preza pela transparência para com os seus acionistas, bem como a fidelização da clientela, além do acesso às informações dos interessados.

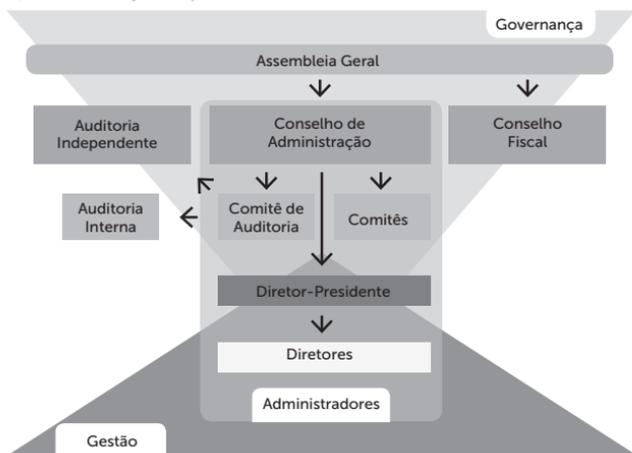
Neste sentido, Vidigal (2008, p. 7) nos aponta que:

Governança corporativa é uma má tradução da expressão inglesa *corporate governance*. A origem é o verbo latino *gubernare*, que quer dizer 'governar', ou 'dirigir', 'guiar'. O significado, meio vago, é o sistema pelo qual os acionistas de uma empresa (corporation em inglês) 'governam', ou seja, tomam conta, de sua empresa. É um sistema que, usando principalmente o 'Conselho de Administração' (*Board of Directors* em inglês), também a Auditoria Externa, e às vezes também o Conselho Fiscal (que ao contrário do de Administração não é obrigatório), estabelece regras e poderes para Conselho, seus comitês e diretoria, evitando os abusos de poder tão comuns no passado. Cria também instrumentos de fiscalização da diretoria.



A Figura 2.2 demonstra um esquema de como funciona este modelo de governança, veja:

Figura 2.2 | Governança corporativa



Fonte: <http://www.ibgc.org.br/userfiles/2014/imagens/sistema_novo-portugues.png>. Acesso em: 7 jan. 2015.

A Governança Corporativa, essencialmente, tem como objetivo recuperar e garantir a confiabilidade da empresa para os seus acionistas, criando mecanismos de incentivo e monitoramento para assegurar o comportamento dos executivos para que estes estejam alinhados aos interesses dos acionistas.

É importante compreender que os executivos das empresas não se confundem com os acionistas. Os acionistas são os investidores do negócio (de empresa) e os executivos são os contratados para a gestão do negócio (da empresa).



Assimile

A Governança Corporativa será sempre uma ferramenta importante da empresa moderna porque traz transparência em suas ações para os acionistas, promove a fidelização da clientela e dá acesso aos interessados de suas informações. Isso promove a boa gestão com o repúdio às fraudes e aos abusos de poder econômico como respeito à sociedade e aos consumidores, além de ser uma ferramenta importante para a imagem empresarial.

Podemos dizer que este modelo é uma ferramenta indispensável da empresa na atualidade, pois, segundo Steinberg (2003, p. 18), constitui: “O conjunto de práticas e de relacionamentos entre acionistas/cotistas, conselho de administração, diretoria executiva, auditoria independente

e conselho fiscal com a finalidade de aprimorar o desempenho da empresa e facilitar o acesso ao capital”.

Essa definição traz uma excelente contribuição porque, quando se refere à “cotista”, inclui a Ltda., ou seja, a sociedade limitada por cotas até porque a impressão que se tem é que somente as S.A. – sociedades anônimas – praticam a Governança Corporativa. Ainda, chama a atenção para a finalidade e a fiscalização, importantíssimas para o êxito da empresa.

Outra questão levantada para Steinberg (2003), com muita propriedade, é que a Governança Corporativa cria um modelo balanceado de distribuição do poder. Em outras palavras, isso quer dizer que a empresa descentraliza o poder sem desmerecer a responsabilidade de cada e ainda contribui: “Implantar a governança corporativa não é somente acatar regras, pois, governança corporativa tem tudo a ver com qualidade da atitude e escala de valores, no mais puro sentido humano.” (STEINBERG, 2003, p. 18)



Refleta

A governança corporativa é somente um acatar de regras?

Qual é a importância dos stakeholders e do planejamento estratégico para o êxito da governança corporativa?

O stakeholders são de importância vital, portanto, a governança corporativa alinha os seus objetivos com os objetivos da empresa, pois, segundo Steinberg (2003), não há nada mais competitivo e moderno para o sucesso do que alinhar os objetivos de todos para um crescimento saudável e duradouro da empresa.

É essencial compreender que o objetivo principal da Governança Corporativa está na recuperação e na garantia de confiança da empresa para os acionistas, por essa razão o monitoramento do comportamento dos executivos como ferramenta para garantir a missão, a visão e os valores da empresa.



Pesquise mais

Para conhecer um pouco mais sobre a prática da Governança Corporativa, você pode acessar o site do Instituto Ethos. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/cedoc/5790/#.Vkz-XnarTIU>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

A governança corporativa eficiente preza pela: transparência, participação, estado de direito, responsabilidade, orientação por consenso, igualdade e inclusão, efetividade e eficiência, *accountability* (prestação de contas). Destaca-se que as principais ferramentas utilizadas na Governança Corporativa para assegurar o controle da propriedade sobre a gestão são: o Conselho de Administração, a Auditoria Independente e o Conselho Fiscal. Vale a pena retomar a Figura 2.2 e verificar a relação destes na governança.

Os benefícios proporcionados por ela são muitos, principalmente, promove o desenvolvimento econômico sustentável e previne possíveis insucessos, tais como:

- Erros estratégicos: resultado em que o poder está centrado no principal executivo.
- Abuso de poder: resultado de poder excessivamente centrado no executivo principal.
- Fraudes: resultado da utilização de informações privilegiadas para se beneficiar direta ou indiretamente, atuando em conflito de interesses.



Exemplificando

O Banco Santander adotou a Governança Corporativa por obter vantagens competitivas e sustenta-se nos direitos de seus acionistas e na transparência. Em linha com as melhores práticas de Governança Corporativa, as Units do Banco Santander estão listadas no Nível 2 da BM&FBOVESPA e na NYSE (Bolsa de Valores de Nova Iorque), estando o Banco sujeito à supervisão da SEC (*Securities & Exchange Commission*) e à Lei Sarbanes-Oxley. O Nível 2 é um segmento especial de listagem do mercado de ações da BM&FBOVESPA, destinado exclusivamente a companhias que atendam a requisitos mínimos e aceitem submeter-se a regras de Governança Corporativa diferenciadas. A Lei Sarbanes Oxley visa garantir a criação de mecanismos de auditoria e segurança confiáveis nas empresas, incluindo ainda regras para a criação de comitês encarregados de supervisionar suas atividades e operações, de modo a mitigar riscos aos negócios, evitar a ocorrência de fraudes ou assegurar que haja meios de identificá-las quando ocorrem, garantindo a transparência na gestão das empresas. Disponível em: <<https://www.santander.com.br/br/o-santander/governanca-corporativa>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

A Responsabilidade Social Empresarial é viabilizada e muito pela Governança Corporativa porque, nas relações estabelecidas no mercado, a transparência e as idoneidades refletem a imagem empresarial, a responsabilidade social chancela esse processo. É realidade no Brasil e no mundo que as práticas sociais reforçam a valorização das empresas.



Faça você mesmo

Você conhece alguma empresa que pratique a governança corporativa? Pesquise essa empresa e veja se reconhece processos que podem indicar a governança corporativa. Caso sim, aponte-os. Caso não, proponha estratégias para este fim.

A responsabilidade social foi verificada presente nessa empresa? De que forma?

Importa dizer que a Governança Corporativa tem ganhado espaço no mercado disseminando as práticas e atraindo investimentos. Neste sentido, nós podemos destacar algumas empresas que são adeptas à governança corporativa, quais sejam: Banco Itaú S/A, Sabesp, Furnas, Banco HSBC, Banco Santander, Vale, Telefônica, TAM Linhas aéreas, Brasil Telecom, Ultrapar – Ultragaz, Petrobras, entre outras.

No caso da “XYZ” Loteadora, se tivesse adotado a Governança Corporativa, utilizando-se stakeholders para obter informações sobre a sua imagem e gestão; da administração estratégica com processo envolvendo administradores de todos os seus níveis com a formulação e implementação dos objetivos estratégicos; bem como do planejamento estratégico com a elaboração da estratégia, na qual se definiria a relação entre a organização e o ambiente interno e externo – no caso, a comunidade Cidade dos Anjos –, não estaria incidindo em possíveis erros estratégicos, em abuso de poder, e fraudes. Pois toda ação tem reação e a reação está representada pelo movimento de Abner que reivindica respeito ao meio ambiente.

Sem medo de errar

As empresas se preocupam muito hoje em dia em associar a sua imagem com práticas sociais. Procuram cada vez mais proceder e associar a sua imagem ao “ser socialmente correto”, contudo, o compromisso empresarial ou organizacional com a sociedade, com a economia e com o meio ambiente deve decorrer do seu comportamento ético, que deve envolver o comprometimento interno e externo representado

pelos stakeholders, com planejamento estratégico para se verificar a boa prática da Governança Corporativa. A empresa ou organização tem que ter compromisso com os seus investidores, com o mercado, com a sociedade e se ela é seriamente comprometida colherá frutos bons.

Questiona-se, portanto, se a “XYZ” tivesse adotado a Governança Corporativa como ferramenta para vislumbrar o futuro da empresa, ela cometeria tantos abusos perante a comunidade e o meio ambiente? Ela abriria oportunidade para ouvir as reivindicações representadas pelo movimento liderado por Abner? Ela seria vista no mercado com outra imagem?

No caso da “XYZ”, não se denota isto, porque em momento algum foi transparente nas suas ações e os danos são iminentes agora, e o levante, a denúncia se fez, comprometendo de imediato a sua imagem de idoneidade no mercado. Certamente, se adotasse a Governança Corporativa, a “XYZ” teria atrelada à sua conduta a mitigação de danos ao meio ambiente e, também, estaria aberta às reivindicações da comunidade e o movimento de Abner seria ouvido e atendido. A imagem dessa empresa “XYZ” seria outra e a comunidade, ao invés de contrária a ela, seria sua aliada.



Atenção

Para a Governança Corporativa é importante observar a administração estratégica, que é o processo envolvendo administradores de todos os níveis da organização, que formulam e implementam objetivos estratégicos, como também o planejamento estratégico, que é o processo de elaboração da estratégia, na qual se definiria a relação entre a organização e o ambiente interno e externo, bem como os objetivos organizacionais, com a definição de estratégias alternativas. A Governança Corporativa eficiente preza pela: transparência, participação, estado de direito, responsabilidade, orientação por consenso, igualdade e inclusão, efetividade e eficiência, *accountability* (prestação de contas).



Lembre-se

A Governança Corporativa se utiliza dos stakeholders para legitimar as ações da empresa por possuírem papel direto ou indireto na gestão de resultados da empresa e do planejamento estratégico para ações com o estabelecimento da relação entre a organização e o ambiente interno e externo, os objetivos organizacionais e a definição de estratégias alternativas.

Avançando na prática

Pratique mais

Instrução

Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e as compare com as de seus colegas.

"Governança corporativa para a promoção da responsabilidade social e desenvolvimento sustentável"

1. Competência geral	Conhecer as políticas socioambientais e refletir acerca da responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável.
2. Objetivos de aprendizagem	Compreender o conceito e a importância de stakeholders, planejamento estratégico e governança corporativa para a promoção da responsabilidade social pelas empresas ou organizações.
3. Conteúdos relacionados	Stakeholders. Planejamento Estratégico. Governança Corporativa. Responsabilidade Social. Desenvolvimento Sustentável.
4. Descrição da SP	O planejamento estratégico é vital para a Governança Corporativa e esta, por sua vez, promove a Responsabilidade Social e o Desenvolvimento Sustentável. Suponhamos que você seja um empreendedor e precisa dar os primeiros passos para a estruturação de sua empresa, redigindo sua missão, visão e valores. Diante disso, pesquise algumas empresas do ramo em que pretende atuar. Depois, pesquise também as ações correspondentes tanto ao stakeholders quanto ao planejamento estratégico. Identifique-os e aponte se eles estão promovendo a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável explicando cada ação. A sua empresa ideal trabalharia essas ações?
5. Resolução da SP	A resolução da situação apresentada está no conhecimento prévio de stakeholders, o planejamento estratégico, Governança Corporativa, responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável. Compreender como se dá esse processo de Governança Corporativa. Para justificar a resposta, apresente o que aprendeu nessa seção não só quanto à Governança Corporativa, mas todo o processo que desemboca na promoção da responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável.

Faça valer a pena

1. Os stakeholders são os responsáveis pelo planejamento ou plano com visão mais ampla de todos os envolvidos em um processo ou projeto empresarial para saber de que forma podem contribuir para a otimização dos processos empresariais e se formam:

a) Pelos empregados da empresa; seus gestores; seus gerentes; seus proprietários; seus fornecedores; seus concorrentes; seus clientes; seus credores; o Sindicato; o Estado; ONGs e todas as demais pessoas que estejam relacionadas com uma determinada ação ou projeto empresarial.

b) Pelos empregados da empresa; seus gerentes; seus proprietários; seus fornecedores; seus concorrentes; seus clientes; seus credores; o Sindicato;

o Estado; ONGs e todas as demais pessoas que estejam relacionadas com uma determinada ação ou projeto empresarial.

c) Pelos empregados da empresa; seus proprietários; seus fornecedores; seus concorrentes; seus clientes; seus credores; o Sindicato; o Estado; ONGs e todas as demais pessoas que estejam relacionadas com uma determinada ação ou projeto empresarial.

d) Pelos empregados da empresa; seus fornecedores; seus concorrentes; seus clientes; seus credores; o Sindicato; o Estado; ONGs e todas as demais pessoas que estejam relacionadas com uma determinada ação ou projeto empresarial

e) Pelos empregados da empresa; seus concorrentes; seus clientes; seus credores; o Sindicato; o Estado; ONGs e todas as demais pessoas que estejam relacionadas com uma determinada ação ou projeto empresarial.

2. Pode se dizer que o planejamento estratégico funciona para prever o futuro da empresa ou organização, por isso é de longo prazo, pois, na generalidade, divide-se em três níveis.

Esses níveis são:

a) Estratégico (curto prazo), tático (médio prazo) e operacional (longo prazo).

b) Estratégico (longo prazo), tático (médio prazo) e operacional (curto prazo).

c) Estratégico (médio prazo), tático (curto prazo) e operacional (longo prazo).

d) Estratégico (médio prazo), tático (longo prazo) e operacional (curto prazo).

e) Estratégico (médio prazo), tático (longo prazo) e operacional (longo prazo).

3. Os _____ são os responsáveis pelo planejamento ou plano com _____ mais ampla de todos os envolvidos em um _____ ou projeto empresarial para saber de que forma podem contribuir para a _____ dos processos empresariais. A alternativa que completa corretamente as lacunas é:

a) Stakeholders, missão, processo, otimização.

b) Stakeholders, visão, processo, otimização.

c) Stakeholders, visão, procedimento, otimização.

d) Stakeholders, valor, processo, otimização.

e) Stakeholders, missão, procedimento, otimização.

Seção 2.3

Meio ambiente na perspectiva da triangulação dos interesses: lucro, produção em massa e meio de produção

Diálogo aberto

Olá, aluno! A partir de agora iremos iniciar nossos estudos sobre meio ambiente na perspectiva da triangulação dos interesses: lucro, produção em massa e meio de produção. Tratam-se das questões ambientais em relação aos interesses econômicos e de produção, ou seja, discussão a respeito da triangulação dos interesses de lucro versus produção em massa versus meios de produção, em uma abordagem ambiental. Neste sentido, é importante tomar os conceitos estudados nesta Unidade 2 para o aprimoramento tanto teórico quanto prático.

Para compreendermos melhor, relembremos o caso de Abner e da loteadora “XYZ”, que está construindo um polo industrial na Cidade dos Anjos e que, pelo desmatamento que tem promovido, tem sido alvo do movimento de Abner e seus adeptos. Como situação-problema desta seção, tomaremos que este movimento agora foi formalizado como “Guardiões”. Possui o objetivo de defender a Cidade dos Anjos dos danos ambientais e lutar pelo reconhecimento da cidade como patrimônio ambiental.

Os integrantes do movimento “Guardiões”, a fim de redigir requerimento ao Promotor Público e à imprensa (jornal, rádio etc.), explicaram que estranham que a empresa não reconheça sua responsabilidade perante a comunidade, pois é obrigada a observar seus interesses de lucro, sua produção em massa e seus meios de produção. A empresa também custou a reconhecer tanto a produção quanto o meio de produção por acreditar que ser loteadora não trabalha com consumidor. Entretanto, esta visão não é correta, pois, em face do meio ambiente diante do seu processo empresarial, não pode ser descartada a relação de consumo e esse argumento será objeto do documento redigido pelo movimento, que ataca, também, a ausência da empresa “XYZ” no que se refere à sua responsabilidade

pela sua função social, que deveria ter as questões ambientais acima de tudo em relação, inclusive, aos seus interesses.

Do exposto, pergunta-se: sendo a "XYZ" uma loteadora, é possível enquadrá-la na discussão sobre lucro versus produção de massa versus meios de produção? Por construir um polo industrial, pode-se considerar o parcelamento de solo e as respectivas edificações como produção de massa? Neste caso, há meios de produção a serem observados? Os adquirentes dos lotes e edificações industriais podem ser considerados consumidores? E, neste caso, como deve ser a abordagem ambiental?

Não pode faltar

As questões ambientais sempre estão relacionadas aos interesses econômicos e de produção, propiciando uma discussão a respeito da triangulação dos interesses, que são: lucro, produção em massa e meio de produção.

Para a compreensão dessa discussão sobre a triangulação dos interesses devemos iniciar a nossa investigação pelos problemas derivados do capitalismo e, neste sentido, é necessário compreender o seu conceito.

O **capitalismo** é um sistema político e econômico que se iniciou na França, Inglaterra e Alemanha, no final do século XVIII e início do século XIX, por causa da Revolução Industrial, espalhando-se pelo mundo afora. Sua base está no vínculo entre comércio e consumo que gera lucro. Por essa razão, quando falamos em capitalismo, nós estamos falando em lucro porque o capitalismo é um sistema de capacidade considerável de geração de riquezas.

A crítica ao sistema capitalista é que essa geração de riquezas é desigual, porque somente uma pequena parcela usufrui, muito embora, seja inegável a sua contribuição à economia, às tecnologias e facilidades. Há aspectos negativos que devem ser observados em razão dos problemas que causam, assim vejamos: divergência entre capital e trabalho, degradação ambiental, desigualdades sociais e a extinção dos valores humanos.

A **divergência entre capital e trabalho** é decorrente da luta dos interesses da classe proletária, que busca melhorias das condições de

trabalho, como adequação da jornada de trabalho quando excessiva; melhores salários em razão das atividades desenvolvidas e outras reivindicações para o trabalho digno; e, por outro lado, há a lucratividade e o acúmulo de capital pela exploração sem limites da mão de obra.

A **degradação ambiental** é decorrente do sistema capitalista que liga a produção em massa e o consumo em proporção igual para obtenção do lucro por meio da extração da matéria-prima com o comprometimento de diversos recursos.

Este tipo de prática capitalista leva à devastação pela exploração constante e sem critério, que, por consequência, leva a uma profunda devastação do meio ambiente comprometendo-o. Isso vem se refletindo no clima e suas mudanças, no aquecimento global, na escassez das águas e outros.

As **desigualdades sociais** pelo sistema do capitalismo são intensificadas pela busca incessante dos lucros pela exploração do trabalho humano para a produção, pela implementação tecnológica e excesso de horas de trabalho para a produção. Outra causa da desigualdade social também é a falta de emprego, assim como a oferta de trabalho com salários baixos.

Neste sentido, a exploração da força de trabalho provoca a disparidade econômica de tal modo que concentra a riqueza nas mãos de poucas pessoas.

A divergência entre capital e trabalho, a degradação ambiental, as desigualdades sociais levam a um outro problema tão relevante quanto estes, ou seja, leva à **extinção dos valores humanos**, tendo em vista que o valor do capitalismo está no consumo e não no bem-estar das pessoas.

Quando falamos em consumo, há alguns recursos que são utilizados para que ele seja propagado, entre eles está a publicidade, que instiga o consumo pelo desejo e, na maioria das vezes, não leva em conta a necessidade.

Assim, os bens materiais passaram a ter mais valor que a pessoa humana, cuja importância é consumir desenfreadamente sem levar em conta a necessidade, a utilidade e sim, somente, o ato de consumir.

O resgate do capitalismo para se adequar aos dias de hoje está se fazendo na valorização humana pela **Função Social da Empresa**, pela

Defesa do Consumidor e notadamente pela necessidade do **Meio Ambiente aliando à Sociedade e à Economia.**

Antes, porém, devemos compreender como se estabeleceu o processo de produção para uma nova perspectiva iniciada no século XX, impondo ao capitalismo uma nova dinâmica para a produção de massa com novas estratégias para controlar os trabalhadores e assegurar a produção e o consumo das mercadorias. A maximização da produção e do lucro impulsionado pela sociedade de massa difundidas pela teoria de Taylor (Frederic Taylor).

Frederic Taylor foi um engenheiro norte-americano conhecido como pai da administração, que procurou racionalizar o controle tanto do tempo quanto do espaço dentro da fábrica, pois, entre as suas observações, ele verificou que os trabalhadores não tinham noção da administração do tempo, por isso, a produção oscilava. E, por essa razão, dividir as funções e criar um processo sistêmico de trabalho foi a forma encontrada para disciplinar a produção por meio da disciplina dos trabalhadores.

Henry Ford, anos depois, procurou aperfeiçoar as ideias de Taylor, criando uma linha de montagem e os processos de trabalho semiautomatizados, consumindo a linha de montagem, menos tempo para a produção racionalizando a produção e eliminado os movimentos inúteis.

Importante considerar que Ford tinha como seus principais objetivos a produção em série de carros modelo "T" para o consumo em massa, sendo que, em 1912, um único carro era produzido em doze horas e, em 1913, obteve a redução de uma hora e trinta e três minutos. Em 1920, Ford conseguiu produzir um carro em vinte e quatro minutos. Ford disse que um dia todas famílias possuiriam um carro, acertando em cheio. Ford também instituiu as oito horas de trabalho diário, podendo o trabalhador, por ele nomeado operário, ter um espaço para o lazer e para a família.

Tanto Taylor quanto Ford representaram um grande avanço para o capitalismo industrial, com o aumento da produtividade, redução de custo e preço da mercadoria e aumento significativo dos lucros dos capitalistas, promovendo o bem-estar dos trabalhadores representado pela carga horária diária e pagamento da hora.

Neste sentido, Ramalho (2014, p. 88) destaca que:

O padrão de produção fordista, embora não tenha se implantando igualmente em todos os países industrializados, tornou-se referência ao longo do século XX, como modelo mais adaptado à produção em massa e a esta nova fase do processo de acumulação capitalista.

Para que possamos entender melhor a triangulação dos interesses econômicos e de produção precisaremos promover a compreensão do que é lucro, produção em massa e meios de produção.

Lucro pode ser definido como qualquer vantagem ou benefício que pode ser material, intelectual ou moral obtido de alguma coisa. Também, é conhecido como ganho auferido em operação comercial ou exercício de uma atividade econômica.

Produção em massa é a designação para produção em larga escala de produtos-padrão operacionalizados em linhas de montagens. Ford popularizou a padronização por linhas de montagem no século XX em particular com o modelo Ford T, conforme vimos anteriormente.

Meios de produção são as ferramentas, utensílios e instrumentos utilizados no processo de produção, os quais não integram os produtos fabricados, integram o patrimônio da empresa e são necessários, úteis e importantes para a industrialização e fabricação da mercadoria. Exemplo: as máquinas de costura utilizadas para confecção de roupas. Os tecidos são transformados em mercadorias, contudo, as máquinas não são incorporadas ao que foi fabricado, foram apenas o meio e por isso integram o patrimônio da empresa.

A produção em massa, quando se utiliza dos meios de comunicação, leva à flexibilidade dos processos, conforme Ford, e neste sentido:

A flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1993, p. 140)

A discussão a respeito da triangulação dos interesses de lucro versus produção em massa versus meios de produção, em uma abordagem ambiental, destaca que a partir dos anos oitenta, se constatou que o Japão produzia automóveis melhores e mais baratos e com a produtividade superior. O sistema adotado foi o chamado de "produção enxuta".

O sistema de produção enxuta é aquele cujos lotes de produção são pequenos, permitindo variedade do produto e um exame de qualidade, conforme Taiichi Ohno (1987):



Os valores sociais mudaram. Agora, não podemos vender nossos produtos a não ser que nos coloquemos dentro dos corações de nossos consumidores, cada um dos quais tem conceitos e gostos diferentes. Hoje, o mundo industrial foi forçado a dominar de verdade o sistema de produção múltiplo, em pequenas quantidades.

Todos esses processos são eficazes se tomarem o meio ambiente como elemento de importância ímpar para o produto e para a empresa.

A relação de **produção em massa e dos impactos ao meio ambiente** vai além dos maquinários e os resíduos que produz, pois a sustentabilidade ambiental só pode ser a que propõe garantir a produtividade respeitando trabalhadores e consumidores e os recursos.

Neste sentido:



Em 1991, em Genebra, ocorreu a Conferência Mundial sobre O Clima, promovida pela Organização Mundial de Meteorologia, e que discutiu a questão dos desequilíbrios climáticos globais. A meta número sete das Metas de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas refere-se especificamente a isso, integração dos princípios de desenvolvimento sustentável às políticas e programas de um país, bem como, a reversão da perda de recursos ambientais. (SEIFFERT, 2010, p. 16)

Todo e qualquer processo que contemple produção de massa, lucro e meio ambiente deve levar em conta este último em face da necessidade humana de preservação, opondo-se a qualquer lucro que não seja o do meio ambiente.

Por essa razão que o resgate do sistema capitalista para ser adequar aos dias de hoje está se fazendo na valorização humana pela Função Social da Empresa, pela Defesa do Consumidor e notadamente pela necessidade do meio ambiente aliando a sociedade e a economia.



Assimile

Vamos compreender o conceito de lucro, produção de massa e meios de produção e distingui-los?

O lucro se refere ao benefício material, intelectual ou moral obtido de alguma coisa e é também conhecido como ganho auferido em operação comercial ou exercício de uma atividade econômica. A produção em massa é a designação para produção em larga escala de produtos padrão operacionalizados em linhas de montagens. Ford popularizou a padronização por linhas de montagem no século XX, em particular com o modelo Ford T, conforme vimos anteriormente. Os meios de produção, por sua vez, são as ferramentas, utensílios e instrumentos utilizados no processo de produção, os quais não integram os produtos fabricados, mas sim o patrimônio da empresa e são necessários, úteis e importantes para a industrialização e fabricação da mercadoria.



Refleta

Agora, reflita:

Como deve ser a abordagem ambiental diante do lucro empresarial? E diante da função social da empresa? Justifique a sua resposta.



Pesquise mais

Você pode conhecer um pouco mais sobre a relação sustentabilidade e lucro em: <<http://www.atitudessustentaveis.com.br/artigos/sustentabilidadepreservacao-lucro/>>. Acesso em: 29 dez. 2015.

A empresa, que visa ao lucro e ao processo de produção eficaz, não pode excluir a sua responsabilidade social e ambiental advinda da sua função social. Esta Função Social Empresarial, aliada ao princípio da solidariedade, induz ao senso de comunidade (bem comum) e leva as empresas a se tornarem tão responsáveis quanto o Estado para assegurar os direitos individuais e sociais, colaborando para melhorar o aspecto econômico da sociedade na qual está inserida, bem como a preservação do meio ambiente.



Exemplificando

Em nossa SP, "Guardiões", nomeação do movimento de Abner, agora institucionalizado, tem por objetivos defender a Cidade dos Anjos dos danos ambientais e lutar pelo seu reconhecimento como patrimônio ambiental.

Para atingir o seu objetivo, os "Guardiões" encontraram dificuldades para redigir pedido ao Ministério Público local e à imprensa (jornal, rádio etc.), pois a empresa não tem qualquer responsabilidade perante a comunidade.

Enfatizando o meio ambiente e o processo empresarial, não pode ser descartada e, portanto, integrar os argumentos no documento redigido ao Ministério Público, atacar a ausência empresa "XYZ" no que se refere à sua responsabilidade pela sua função social, que é sua obrigação, a qual deveria ter as questões ambientais acima de tudo em relação, inclusive, aos seus interesses, ao seu lucro.



Faça você mesmo

Ainda pensando em nossa SP, responda:

A empresa "XYZ" tem produção em massa? Justifique a sua resposta.

Pode-se utilizar da "produção enxuta" pelos meios de produção que dispõem para o esse segmento de mercado? Justifique a sua resposta.

Sem medo de errar

Nesta seção, você estudou o meio ambiente na perspectiva da triangulação dos interesses: lucro, produção em massa e meio de produção, cuidando das questões ambientais em relação aos interesses econômicos e de produção, ou seja, da discussão a respeito da triangulação dos interesses de lucro versus produção em massa versus meios de produção, em uma abordagem ambiental.

Retomando a nossa SP, sendo a "XYZ" uma loteadora, é possível enquadrá-la na discussão sobre lucro versus produção de massa versus meios de produção? Por construir um polo industrial, pode-se considerar o parcelamento de solo e as respectivas edificações como produção de massa? Neste caso, há meios de produção a serem observados? Os adquirentes dos lotes e edificações industriais podem ser considerados consumidores? E, neste caso, como deve ser a abordagem ambiental?

A “XYZ”, como empresa, tem obrigações com a comunidade, sociedade, meio ambiente, economia e, ainda, deve atuar promovendo o perfeito equilíbrio entre todos esses elementos. Deve ser sustentável e promover o desenvolvimento sustentável. Deve exercer a sua função social e para isso deve equilibrar também o seu lucro com a sua produção e com os meios de produção adotados para a consecução do seu objetivo, ou seja, parcelamento do solo e suas respectivas edificações industriais.

Por essa razão, a empresa loteadora “XYZ”, enquadrada na discussão sobre lucro versus produção de massa versus meios de produção, pois, tratando-se uma empresa loteadora e mesmo os cidadãos tendo dificuldade em compreender que há produção em massa, esta está representada pelo parcelamento do solo e edificação industrial, que será consumida, ou seja, comprada pelos interessados que, na condição de destinatário final, são consumidores.

Sua produção pode ser considerada em massa por se tratar de um “polo industrial”, o que determina, além do parcelamento do solo, a edificação. E, neste caso, são várias unidades que se utilizam dos mesmos meios de produção.

É fato, pois, que a “XYZ” tem a obrigação – desde o parcelamento até a edificação – de tomar o meio ambiente como determinante do seu negócio para que sua imagem perante a cidade, no caso, a Cidade dos Anjos, seja integrante da comunidade, ou melhor, em favor da comunidade. O movimento de Abner “Os Guardiões” só se efetivou, exatamente, porque não é essa a imagem que a “XYZ” tem produzido em razão de suas ações contrárias ao meio ambiente.



Atenção

A Função Social Empresarial, aliada ao princípio da solidariedade, que induz ao senso de comunidade (bem comum), leva as empresas a se tornarem tão responsáveis quanto o Estado para assegurar os direitos individuais e sociais, colaborando para melhorar o aspecto econômico da sociedade na qual está inserida, bem como a preservação do meio ambiente.



Lembre-se

Todo e qualquer processo que contemple produção de massa, lucro e meio ambiente deve levar em conta este último em face da necessidade

humana de preservação, opondo-se a qualquer lucro que não seja o do meio ambiente. Por essa razão que o resgate do sistema capitalista para se adequar aos dias de hoje está se fazendo na valorização humana pela Função Social da Empresa, pela Defesa do Consumidor e notadamente pela necessidade do meio ambiente aliando a sociedade e a economia.

Avançando na prática

Pratique mais

Instrução

Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e as compare com as de seus colegas.

"Lucro, Produção em Massa e Meio de Produção aliada à Função Social e Solidariedade Empresarial"

1. Competência geral	Conhecer as políticas socioambientais e refletir acerca da responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável.
2. Objetivos de aprendizagem	Promover a discussão a respeito da triangulação dos interesses de lucro versus produção em massa versus meios de produção, em uma abordagem socioambiental.
3. Conteúdos relacionados	Triangulação de Interesses, Produção em massa. Lucro. Meios de produção. Sociedade, Meio Ambiente.
4. Descrição da SP	A "ORLA S/A", empresa do ramo de comercialização de barcos, lanchas e jet-skis, em sua publicidade e estratégia de marketing, sempre manifesta ser a favor ao meio ambiente. Propaga que cumpre com as suas obrigações perante a comunidade, com a sociedade, com o meio ambiente, com a economia e, ainda, deve atuar promovendo o perfeito equilíbrio entre todos esses elementos conjugados à sociedade. Diz ser sustentável e promover o desenvolvimento sustentável; exercer a sua função social e para isso equilibra também o seu lucro com a sua produção e com os meios de produção adotados para a chegar ao seu objetivo, qual seja: o lucro com a venda de postes plásticos para mantimento. Para melhor compreender isto, coloque-se no lugar do empresário da "ORLA S/A" para comprovar essas práticas conjugadas. Realize um levantamento das estratégias de marketing e publicidade de algumas empresas e aponte ao menos três estratégias para um novo produto que será lançado no mercado.
5. Resolução da SP	A resolução da situação apresentada está no conhecimento prévio e conceitual da triangulação de interesses e função social empresarial.



Lembre-se

O resgate do sistema capitalista para se adequar aos dias de hoje está se fazendo na valorização pela Função Social da Empresa, pela Defesa do Consumidor e notadamente pela necessidade do meio ambiente aliando a sociedade e a economia.



Faça você mesmo

Quais são os meios para que o capitalismo absorva o meio ambiente como fundamental ao sistema?

Pesquise na internet, jornais, revistas e outros, formas e teorias que sustentam com importância e êxito o meio ambiente para o capitalismo. Procure exemplos de sociedades e empresas que pensam dessa forma.

Faça valer a pena

1. Produção em massa é a produção em larga escala de produtos-padrão operacionalizados em linhas de montagens. Há uma relação da produção em massa com os impactos ao meio ambiente importantes no processo de observação que vai além dos maquinários.

Assinale a alternativa correta que corresponde à observação necessária entre a produção de massa e os impactos ambientais:

a) É de importância vital observar o capital humano (trabalhadores e consumidores) e material (recursos) acumulado, o resultante de ações de desenvolvimento que compensam e superam a perda e a destruição direta e indireta do meio ambiente.

b) É de importância vital observar os resíduos, pois a sustentabilidade ambiental só pode ser a que propõe garantir a produtividade em geral.

c) É de importância vital observar o material (recursos) acumulado resultante de ações de desenvolvimento que compensam e superam a perda e a destruição direta e indireta do meio ambiente.

d) É de importância vital observar o material (recursos) acumulado, pois a sustentabilidade ambiental só pode ser a que propõe a garantir a produtividade em geral.

e) É de importância vital observar os resíduos, pois é resultante de ações de desenvolvimento que compensam e superam a perda e a destruição direta e indireta do meio ambiente.

2. Todo e qualquer processo que contemple produção de massa e lucro pelos meios de produção deve levar em conta elementos importantes para que se obtenha resultado.

Assinale a alternativa correta que corresponde a esses elementos:

a) A Função Social da Empresa e a Defesa do Consumidor.

b) O meio ambiente como resgate do sistema capitalista para se adequar aos dias de hoje, promovendo a valorização do capital.

c) O meio ambiente em face da necessidade humana de preservação,

opondo-se a qualquer lucro que não seja o do meio ambiente.

d) O resgate do sistema capitalista com a valorização da empresa.

e) O resgate do sistema capitalista na valorização humana pela Defesa do Consumidor.

3. Constitui-se como qualquer vantagem ou benefício que pode ser material, intelectual ou moral obtido de alguma coisa é, portanto, o ganho auferido em operação comercial ou exercício de uma atividade econômica. Esta é a definição de:

a) Lucro.

b) Produção em massa.

c) Meios de produção.

d) Fordismo.

e) Taylorismo.

Seção 2.4

Sociedade de consumo: sociedade de risco

Diálogo aberto

Olá, aluno! Chegamos à última seção de nossa Unidade 2. Iniciaremos agora nossos estudos sobre Sociedade de Consumo, que trata do estudo da modernidade reflexiva oriunda da evolução social por meio da ciência e da tecnologia a fim de promover o bem viver social.

A sociedade, diante de sua evolução, passou a ser considerada uma sociedade de consumo, que é totalmente ligada ao capitalismo, que visa ao lucro por meio da produção em massa, que atende ao consumo. As pessoas sofreram nos últimos tempos com a aceleração desenfreada da produção em massa, que acabou promovendo o consumo irracional. O aumento do consumo, muito estimulado tanto pela publicidade quanto pelo marketing, levou a um outro conceito, que será o tema dessa seção: a sociedade de risco.

Para compreendermos melhor, se faz necessário retomar o caso da empresa loteadora “XYZ”, responsável pela construção de um polo industrial na Cidade dos Anjos, que deu causa ao movimento ambiental “Os Guardiões” liderado por Abner. Como vimos anteriormente, o modelo empresarial da “XYZ” é tão ultrapassado que sequer, como observado por José Augusto, adota a Governança Corporativa, o que não garante em seu processo empresarial melhoria pela transparência nas suas ações.

Na situação-problema desta seção, a loteadora atua com produção em massa e para isto abriu linha de crédito no Banco “Sul” para viabilizar a aquisição dos lotes aos pequenos empresários para pagamento a “perder de vista”. Por ser contrato bancário, este foi devidamente registrado em cartório e José Augusto, um dos membros mais atuantes do movimento, levou este contrato para análise de um advogado de sua confiança. É certo que a aquisição dos lotes se dará de modo rápido para o consumidor, porém, com risco inerente, inclusive, de se ficar sem o bem e, ainda ser obrigado a pagar o contrato por toda a sua vida.

Embora o movimento “Os Guardiões” seja voltado às questões ambientais, não deixou de emplacar também esta questão, até porque,

além de impactar o meio ambiente, gerará, pelo teor do contrato de mútuo para aquisição do lote, endividamento e o empobrecimento desses pequenos empresários, levando mais essa questão ao Ministério Público para providências.

Do exposto, pergunta-se: as ações da "XYZ" enquadram-se na sociedade de consumo ou de risco? A "XYZ" encontra apoio no sistema econômico brasileiro para tal ação que venha a levar ao endividamento e ao empobrecimento? Os "Guardiões" têm legitimidade para mais esta reivindicação?

Não pode faltar

Quando falamos de sociedade de consumo e sociedade de risco, estamos falando da modernidade reflexiva. Você sabe o que é modernidade reflexiva?

Ela é fruto da evolução técnico-científica desenvolvida para o bem-estar social. Essa evolução técnico-científica promoveu a exploração de recursos naturais de forma inadequada, tendo em vista que esses recursos são os insumos na fabricação de produtos para o bem-estar coletivo. Contudo, a forma com que foram explorados os recursos levou à degradação do meio ambiente, obrigando-nos a refletir quanto vale o nosso bem-estar em prejuízo do meio ambiente.

Como vimos na Unidade 1, essa questão de degradação do meio ambiente veio do modelo econômico, até então escolhido. Pela reflexão, o meio ambiente passou a integrar o modelo econômico de grande parte do mundo, inclusive, do Brasil. Medidas de prevenção originárias desse novo modelo econômico não são suficientes para garantir o meio ambiente, por essa razão, esse novo modelo tem tanto a reparação quanto a recuperação ambiental.

Dessa reflexão, surge a questão de que o meio ambiente impõe ações globais, pois o desmatamento de uma área nos Estados Unidos, por exemplo, pode refletir no país vizinho e o desmatamento de várias áreas no mundo pode promover o aquecimento global, tema este exhaustivamente debatido pelas nações.

Por essa razão, para a preservação e conservação ambiental, as ações devem ser conjuntas entre os países e o que dificulta e agrava a situação ambiental é exatamente o fato que nem todos os países possuem recursos para este fim. Neste sentido, Miranda e Hansel (2006, p.192)

afirmam que: “Tal fato agrava-se nos países menos desenvolvidos, tendo em vista que quando maior a população, maior a pobreza e menores os recursos econômicos para a recuperação, preservação e educação ambiental”.

Já, porém, os países ricos sempre entram em conflito com o conceito de bem viver conciliado à preservação ambiental, porque não querem comprometer o que chamam de conforto para poupar o meio ambiente, por isso escolhem desfrutar do meio ambiente sem medir as consequências, inclusive, para as gerações futuras.

É o caso nos loteamentos e condomínios que precisam respeitar a área permanente de proteção ambiental e, na maioria das vezes, se trata de mata virgem, que deve permanecer intocável para preservar as espécies nativas da região. O que não ocorre, porque, em nome do embelezamento e da viabilidade de conhecer aquela área, alguns acabam por fazer bosques, espantando espécies nativas que só sobrevivem em mata fechada.

Assim, é importante considerar que a sociedade, seja ela pobre ou rica, vive o dilema entre o seu individualismo, decorrente de costumes exploratórios do meio ambiente, e a necessidade de uma reflexão para atitudes que mudem o conceito anterior. Por essa razão, a sociedade atual é chamada de sociedade reflexiva, tendo em vista ser uma sociedade de consumo e a sociedade de risco, conforme veremos.

A **sociedade de consumo** é um conceito advindo da economia de mercado, que é aquela que busca o equilíbrio entre a oferta e a procura por meio da livre circulação das mercadorias, do capital e do consumidor, sem a intervenção do Estado.



Assimile

A sociedade de consumo liga-se ao conceito de capitalismo, que como vimos é um sistema econômico privado que visa ao lucro por meio da produção, da distribuição, das decisões sobre oferta, da demanda, do investimento e até do preço sem a intervenção do governo e possui como característica dominante o emprego, ou seja, trabalho assalariado.

Esse modelo tem em seu conceito a designação da sociedade dentro de uma estrutura que a define como aquela que está num estágio avançado de desenvolvimento capitalista e, por essa razão, tem por característica a produção em massa e o consumo. Assim, é insustentável quando o assunto é meio ambiente.

Essa sociedade tem sua origem no século XIX pelo disparo no crescimento mercantil, industrial e técnico-científico, marcado pela unificação da Itália e Alemanha. Por essa razão, podemos afirmar que fatores históricos, sociais e culturais, tais como a Revolução Industrial e o aumento da produção, deram origem a esse tipo de sociedade promovendo o excesso de oferta em relação ao consumo, característica, inclusive, da sociedade atual. O marketing e a publicidade e propaganda também propagam esse tipo de sociedade porque incutem no pensamento humano a “necessidade” do consumo como meio de satisfação e felicidade.

Outra questão muito importante na sociedade de consumo é a facilitação do crédito e, de consequência, além dos resíduos – alta produção e alto descarte durante a fabricação e depois de consumido o produto, questão de importância singular em nossos dias –, propicia também o endividamento e o empobrecimento, pela concentração de renda nas mãos de poucos.



Exemplificando

Em nossa SP, “Guardiões” é a nomeação do movimento de Abner, agora institucionalizado. Esse movimento objetiva defender a Cidade dos Anjos dos danos ambientais e lutar pelo seu reconhecimento como patrimônio ambiental, entretanto, agora irá atuar em defesa dos possíveis consumidores dos lotes de terrenos por meio de contrato de mútuo com o Banco “Sul”, que pode, pelo teor do contrato, levar ao endividamento desses pequenos empresários que abraçaram mais esta causa a despeito do risco que é desproporcional ao consumo.

Estamos diante dos preceitos da sociedade de consumo que já ultrapassou esse limite, ou seja, pelo teor do contrato e a abusividade contida em suas cláusulas, a aquisição se dá de modo rápido, porém, como risco inerente inclusive do consumidor ficar sem o bem e ainda ser obrigado a pagar o contrato por toda a sua vida.

A sociedade de consumo tem como características: a) consumo de massa decorrente da produção de acordo de um padrão específico, bem como os produtos e até mesmo os serviços são oriundos de um método de fabricação para produção em série; b) consumo de produto como forma do sujeito ser aceito socialmente, ou seja, como forma de integração social; c) tendência de consumo, ou seja, consumo irresponsável realizado por impulso; d) a oferta dos produtos sempre excedem a procura e,

por essa razão, as empresas se utilizam, de modo muito agressivo, da publicidade e do marketing para induzirem o consumo e o escoamento da produção.

P o d e m o s entender o consumo atual como uma consequência do desenvolvimento da sociedade que

possibilita que as pessoas adquiram cada vez mais produtos diversificados (Figura 2.3) porque facilita o acesso a uma maior quantidade e, por ter uma oferta diversificada do mesmo produto, garante a qualidade deste, além de proporcionar igualdade de oportunidade social.

Contudo, essa visão poética traz de modo obscuro outra realidade que nos interessa saber: consumimos o que consumimos porque precisamos ou porque somos induzidos ao consumo? A resposta é simples, basta que sentemos neste minuto na frente da nossa TV e verificaremos numa simples “zapeada” a publicidade nos seduzindo.

Outro fator que nos interessa saber é que sociedade consumista é insustentável quando o assunto é meio ambiente. Quanto mais produtos são produzidos, mais matéria-prima é necessária, a qual vem da natureza, e é ela o insumo da indústria. A indústria, por sua vez, devolve à mesma natureza os seus dejetos (os seus resíduos), pondo em risco a capacidade de renovação dos recursos naturais, tão necessários à humanidade.

Figura 2.3 | Os shoppings são facilitadores do consumismo diversificado



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Vasco_da_Gama_mall.JPG?use_lang=pt-br>. Acesso em: 18 jan. 2016.



Refleta

Agora, reflita: Como poderíamos viver sem consumir? Será que é possível consumir sem comprometer o meio ambiente e a nossa saúde na sociedade atual? Justifique a sua resposta.

Figura 2.4 | Índícios de sociedade reflexiva anticonsumismo nas cidades



Fonte: <<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/14/Anticonsumismo.JPG>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

A partir de uma análise da sociedade dos anos 1980, o sociólogo alemão Ulrich Beck pôde trazer, tomando o consumo e os danos causados por este, várias indagações ao que chamou, no ano de 1986, de sociedade de risco, marcando a época.

Entre os fatores históricos que contribuem com esta teoria temos: a) o avanço das tecnologias; b) a queda do muro de Berlim e do socialismo; c) o desastre de Chernobyl como marca da crise ambiental. Esses eventos levaram a uma nova organização social. Neste sentido:



O risco torna-se central por várias razões, visto que por meio do avanço da ciência e da tecnologia surgiram novas situações de risco diferentes das existentes em décadas anteriores. A ciência e a tecnologia proporcionaram à sociedade muitos benefícios. Entretanto, criaram riscos que são imensuráveis justamente, em virtude disso, não se sabe os riscos que se corre com os alimentos modificados geneticamente ou com as tecnologias nano, por exemplo. (GIDDENS, 2005, p. 679)

Em outras palavras, podemos nos matar sem sequer saber.

A Teoria de Beck (1986) diz respeito à sociedade industrial, que tem por característica, a produção e distribuição de bens, dando origem à sociedade de risco porque a distribuição dos riscos não corresponde às diferenças econômicas, sociais e sequer geográficas chamadas de primeira modernidade.

A ciência e a tecnologia não dão conta do controle dos riscos e, como consequência geram danos à saúde humana e ao meio ambiente; a princípio com aparente não efeito, contudo, a longo prazo podem tornar-se irreversíveis.

Entre os riscos apontados por Beck (1986) está o ecológico, o químico, os nucleares e os genéticos produzidos pela indústria, externados pela economia, juridicamente individuais, cientificamente legitimados e minimizados politicamente. A esses riscos a economia incorporou as quedas nos mercados financeiros internacionais.

Segundo Beck (1999), esses riscos gerariam uma nova forma de capitalismo, uma nova forma de economia, uma nova forma de ordem global, uma nova forma de sociedade e uma nova forma de vida pessoal. Assim, o conceito de risco liga-se ao de globalização e são riscos democráticos que afetam os países e as classes sociais sem respeitar as suas fronteiras.

As transformações sociais desses últimos trinta anos incluem a pobreza em massa que leva ao crescimento do nacionalismo, do fundamentalismo religioso, das crises econômicas, das guerras civis, das catástrofes ecológicas e tecnológicas, de espaços localizados de maior riqueza a tecnificação célere e a alta insegurança de emprego.

As transformações sociais são reflexo da modernidade reflexiva que leva em consideração a sociedade de consumo e a sociedade de risco, sendo esta última decorrente da primeira, como pudemos verificar até aqui nesta unidade.



Pesquise mais

Você pode conhecer um pouco mais sobre o tema dessa seção. Leia *A teoria da sociedade de risco*, de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia, no site: Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezesseis/julia16.htm>>. Acesso em: 8 dez. 2015.



Faça você mesmo

Ainda pensando em nossa SP, responda:

Os "Guardiões" têm legitimidade para mais esta reivindicação? A "XYZ" enquadra-se na teoria do risco de Beck? Justifique a sua resposta.

Sem medo de errar

Nesta seção, você estudou a modernidade reflexiva, que veio da evolução científica e tecnológica para o bem-estar social. A sociedade moderna passou a ser chamada de sociedade de consumo, que é totalmente ligada ao capitalismo, que visa ao lucro por meio da produção em massa que atende ao consumo. Todavia, pela sua aceleração desenfreada da produção em massa na sociedade, promovendo o consumo irracional estimulado pela publicidade e pelo *marketing*, levou a sociedade a outro conceito, ou seja, ao conceito de sociedade de risco que compreende a desproporção dos riscos em face da produção e do consumo.

Retomando a nossa SP, é importante considerar que as ações da “XYZ” enquadram-se na sociedade de consumo, pois sua atividade está compreendida no sistema capitalista e há um polo industrial com parcelamento do solo e edificações, o fato de fazer de modo sistemático, característico da produção em massa, ainda segue um padrão específico com método para produção em série; o seu produto leva à acessão e credibilidade empresarial, portanto, para o pequeno empresário é forma de integração social.

Pelo estímulo à operação bancária para aquisição, a “XYZ” está incentivando o consumo irresponsável, que da realização poderá ocorrer impulso. Contudo, pelo fato da “XYZ” já ter contra si o dano ambiental, está agora atuando contra o consumidor, o que garante a desproporção entre o consumo e o risco (sendo o risco) maior, o que não dá a garantia de enquadrá-la na sociedade de risco, ou melhor dizendo, na “teoria de risco” de Becker.

Por fim, para finalizar a resolução da nossa SP, podemos dizer que os “Guardiões” têm legitimidade para mais esta reivindicação, até porque, institucionalizada ou não, por serem cidadãos têm o dever de garantir a sociedade e cuidar da sua comunidade. Estes homens assim estão atuando.



Atenção

As transformações sociais desses últimos trinta anos incluem a pobreza em massa que leva ao crescimento do nacionalismo, do fundamentalismo religioso, das crises econômicas, das guerras civis, das catástrofes ecológicas e tecnológicas, de espaços localizados de maior riqueza a tecnificação célere e a alta insegurança de emprego.



Entre os riscos apontados por Beck (1986) está o ecológico, o químico, os nucleares e os genéticos produzidos pela indústria, externados pela economia, juridicamente individuais, cientificamente legitimados e minimizados politicamente. A esses riscos a economia incorporou as quedas nos mercados financeiros internacionais. Segundo Beck (1999), esses riscos gerariam uma nova forma de capitalismo, uma nova forma de economia, uma nova forma de ordem global, uma nova forma de sociedade e uma nova forma de vida pessoal. Assim, o conceito de risco liga-se ao de globalização e são riscos democráticos que afetam os países e as classes sociais sem respeitar as suas fronteiras.

Avançando na prática

Pratique mais	
Instrução Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e as compare com as de seus colegas.	
"Modernidade Reflexiva e os riscos atuais"	
1. Competência geral	Conhecer as políticas socioambientais e refletir acerca da responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável.
2. Objetivos de aprendizagem	Discutir as questões relacionadas à sociedade de consumo e sociedade de risco.
3. Conteúdos relacionados	Políticas Públicas, Sociedade, Meio Ambiente. Sociedade de Consumo e Sociedade de Risco.
4. Descrição da SP	A empresa "COSTA S/A", fabricante de artigos de origem animal para o mercado de acessórios, tais como cintos, sapatos e outros, é uma das mais importantes no segmento no Brasil e movimentada a economia local, regional e nacional, contudo, é poluente e desrespeita todas as regras em razão do descarte do material utilizado como matéria-prima para os seus produtos. Os moradores da cidade onde se localiza já sentem os prejuízos. Para melhor compreender isto, você, como líder da empresa citada, precisa fazer um levantamento sobre as linhas de crédito que existem hoje para financiamento para o seu segmento (artigos de vestuário em couro). Aproveite a pesquisa e faça uma proposta para o enquadramento da empresa citada no ISE – BM&FBovespa como empresa sustentável. Escreva um parecer de acordo com o seu entendimento.
5. Resolução da SP	A resolução da situação apresentada está no conhecimento prévio economia-sociedade-meio ambiente; desenvolvimento sustentável; sociedade de risco e sociedade de consumo. Concepção, a partir desses elementos anteriores, da modernidade reflexiva.



A sociedade de consumo é insustentável quando o assunto é meio ambiente. Quanto mais produtos, mais matéria-prima é necessária, que vem da natureza, e é ela o insumo da indústria. A indústria, por sua vez,

devolve à mesma natureza os seus dejetos (os seus resíduos), pondo em risco a capacidade de renovação dos recursos naturais, tão necessários à humanidade. Apesar do consumo em larga escala advindo da produção em massa, há riscos e estes se ligam sempre à globalização. Como vimos, os riscos são democráticos e podem afetar os países e as classes sociais sem respeitar as suas fronteiras. As transformações sociais desses últimos trinta anos incluem a pobreza em massa, que leva ao crescimento do nacionalismo, do fundamentalismo religioso, das crises econômicas, das guerras civis, das catástrofes ecológicas e tecnológicas, de espaço localizados de maior riqueza, a tecnificação célere e a alta insegurança de emprego.



Faça você mesmo

Por que consumimos o que não precisamos consumir? Pesquise na internet, jornais, revistas e outros, quais são as estratégias de *marketing* e da publicidade para promover o consumo.

Faça valer a pena

1. A Teoria de Beck (1986) diz respeito à sociedade industrial, que tem por característica a produção e distribuição de bens, dando origem à sociedade de risco, porque a distribuição dos riscos não corresponde às diferenças econômicas, sociais e sequer geográficas chamada de primeira modernidade.

Assim, sobre sociedade de risco é correto afirmar:

a) A ciência não dá conta do controle dos riscos e, de consequência geral, dos danos à saúde humana e ao meio ambiente, a princípio com aparente não efeito, contudo, a longo prazo e, quando descobertas, tornam-se irreversíveis.

b) A ciência e a tecnologia não dão conta do controle dos riscos e, de consequência geral, dos danos à saúde humana e ao meio ambiente, a princípio, com aparente não efeito, contudo, a longo prazo e, quando descobertas, tornam-se reversíveis.

c) A ciência e a tecnologia não dão conta do controle dos riscos e, de consequência geral, dos danos à saúde humana e ao meio ambiente, a princípio, com aparente não efeito, contudo, a longo prazo e, quando descobertas, tornam-se irreversíveis.

d) A ciência e a tecnologia não dão conta do controle dos riscos à saúde humana e ao meio ambiente, a princípio, com aparente não efeito, contudo, a longo prazo e, quando descobertas, tornam-se irreversíveis.

e) A ciência e a tecnologia dão conta do controle dos riscos e, de consequência geral, danos à saúde humana e ao meio ambiente, a princípio, com aparente não efeito, contudo, a longo prazo e, quando descobertas, tornam-se irreversíveis.

2. Fruto da evolução técnico-científica desenvolvida para o bem-estar social. Essa evolução técnico-científica promoveu a exploração de recursos naturais de forma inadequada, tendo em vista que esses recursos são os insumos na fabricação de produtos para o bem-estar coletivo. A exploração dos recursos levou à degradação do meio ambiente, nos obrigando a refletir quanto vale o nosso bem-estar em prejuízo do meio ambiente.

Assinale a alternativa correta que corresponde ao conceito apresentado:

- a) Modernidade reflexiva.
- b) Sociedade de consumo.
- c) Sociedade de risco.
- d) Capitalismo.
- e) Teoria do risco.

3. A economia incorporou também as quedas nos mercados financeiros internacionais, haja vista esses riscos geram uma nova forma de capitalismo, uma nova forma de economia, uma nova forma de ordem global, uma nova forma de sociedade e uma nova forma de vida pessoal.

Neste sentido, sobre o conceito de risco é correto afirmar:

- a) O conceito de risco se liga ao de riscos democráticos, que afetam os países e as classes sociais sem respeitar as suas fronteiras por transformar o conceito de pobreza de massa.
- b) O conceito de risco se liga ao de globalização e são riscos democráticos, cujas transformações causadas incluem a pobreza em massa, que leva ao crescimento do nacionalismo, do fundamentalismo religioso, das crises econômicas, das guerras civis, das catástrofes ecológicas e tecnológicas, de espaço localizados de maior riqueza a tecnificação célere e a alta insegurança de emprego.
- c) O conceito de risco se liga ao de globalização porque se afetam pela pobreza, que leva ao fundamentalismo religioso e por isso a alta segurança de emprego.
- d) O conceito de risco e democracia é aliado, pois não afeta os países e as classes sociais porque respeita as suas fronteiras, o nacionalismo e a segurança de emprego.
- e) O conceito de risco é o mesmo de globalização, que se ligam ao de riscos democráticos porque afetam os países desenvolvidos.

Referências

- BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. **Administração**: construindo vantagem competitiva. São Paulo: Atlas, 1998.
- BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva**. São Paulo: Unesp, 1997.
- BECK, U. **Liberdade ou capitalismo**. São Paulo: Unesp, 1986.
- BIRUEL, Eduardo H. **Os movimentos sociais**. Disponível em: <<http://biruelsociologia.blogspot.com.br/2009/05/os-movimentos-sociais.html>>. Acesso em: 19 jan. 2016.
- CARSON, Raquel. **Primavera silenciosa**. Disponível em: <https://biowit.files.wordpress.com/2010/11/primavera_silenciosa_-_rachel_carson_-_pt.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2016.
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993.
- MAURO, Gilmar; PERICÁS, Luiz B. **Capitalismo e luta política no Brasil na virada do milênio**. São Paulo: Xamã, 2001.
- MIRANDA, Daniela O.; HANSEL, Cláudia M. Direito ambiental, política e democracia: a política deliberativa em Habermas como condição de possibilidade de se pensarem novos caminhos democráticos. In: SPAREMBERGER, Raquel F. L.; PAVIANI, Jaime (Org.). **Direito ambiental**: um olhar para a cidadania e sustentabilidade planetária. Caxias do Sul: EDUCS, 2006.
- OHNO, Taiichi, **O sistema Toyota de produção**: além da produção em larga escala. Porto Alegre: Bookman, 1997.
- RAMALHO, José. R. Trabalho na sociedade contemporâneo. MORAES. In: Amaury C. (Coord.). **Sociologia**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2014.
- SANTOS, V. **O problema da sociedade de consumo na sociedade de risco e a alternativa pela vida da sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.vanyltonsantos.com/#!noticias/c1n99>>. Acesso em: 18 jan. 2016.
- SEIFFERT, M. E. **Gestão ambiental**: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. São Paulo: Atlas, 2010.
- STEINBERG, H. **A dimensão humana da governança corporativa**: pessoas criam as melhores e piores práticas. São Paulo: Editora Gente, 2003.
- VIDIGAL, António Carlos. Governança corporativa. **O Globo**, Rio de Janeiro, Primeiro Caderno, p. 7, 25 dez. 2008.

POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS E A GESTÃO CORPORATIVA

Convite ao estudo

As políticas socioambientais e a gestão corporativa estão refletidas no nosso cotidiano? De que forma?

Pois é! Para os nossos estudos desta unidade será necessário ter a percepção do cenário e das principais ações de políticas públicas ambientais no Brasil e no mundo.

O cenário mundial, em termos de políticas socioambientais, aponta para a gestão corporativa, que cada dia mais tem incluído o meio ambiente e a pessoa humana em suas estratégias empresariais.

Tendo em vista este fato, a sociedade tem tido um papel singular por reivindicar cada vez mais qualidade, preço, cumprimento das normas jurídicas que protegem o meio ambiente e o consumidor em face do produto ou do serviço.

Agora, o nosso desafio é compreender as políticas públicas ambientais em nosso país e no mundo, tendo em vista a onda capitalista, conforme já estudamos, e a sua conciliação com o meio ambiente. Iremos focar nosso estudo na consolidação da sociedade baseada na produção e na intensa aplicação das tendências do nosso século, retratado pelas novas tecnologias tanto de informação quanto de comunicação; as novas mídias; as novas formas de entretenimento e outros que influenciaram demais a nossa forma de viver.

Para melhor compreensão, tomemos como linha de raciocínio o caso de Arnaldo, que vive em Santa Cruz da Serra, local em que será construída uma represa pela empresa "Guimarães S/A", a qual informa que a construção gerará inúmeros benefícios, dentre eles: energia elétrica; reservatório

d' água; prática de esportes; pesca e criação de peixes; servirá como controle de enchentes; lazer e entretenimento, além da geração de muitos empregos. Por outro lado, Arnaldo diz que os moradores perderão uma expressiva porção de terra produtiva e que haverá impacto ambiental pela interrupção da piracema, além do êxodo rural e da história de um povo que vai literalmente por água abaixo. Já o município e o governo do Estado justificam que a necessidade de geração de energia elétrica pela represa requererá investimento bem menor quando comparado ao necessário para as termoelétricas.

Pergunta-se: Como compreender e conciliar das posições de Arnaldo com as justificativas do município, do governo do Estado e da empresa? Como a construção da represa se justifica diante das reivindicações de Arnaldo?

Seção 3.1

Políticas públicas ambientais

Diálogo aberto

A partir de agora iremos iniciar nossos estudos sobre as políticas públicas ambientais.

Neste sentido, é importante tomar os conceitos estudados nas Unidades 1 e 2 para aprimoramento tanto teórico quanto prático desta Unidade 3.

É importante considerar que o processo de globalização e liberalização econômica tem provocado um impacto considerável nos costumes da sociedade, repercutindo no seu modo de vida que tem, cada vez mais, firmado-se no consumo desenfreado pela compra por impulso.

Sob o ponto de vista econômico, sem dúvida, aquece o mercado, mas também traz mais rápido para o produto a sua obsolescência e, por essa razão, gera mais lixo e, portanto, danos ao meio ambiente, tanto para a produção quanto para o descarte, daí a necessária política pública ambiental, conforme veremos.

A sociedade passou a valorizar cada vez mais produtos e serviços advindos de empresas que respeitam o meio ambiente e o trabalhador principalmente. E valoriza, cada vez mais, empresas que ajudam a evitar, a diminuir e/ou a resolver questões sociais e ambientais expressando a responsabilidade social da empresa no contexto de gestão corporativa.

Para compreendermos melhor, é necessário retomar, portanto, o caso de Arnaldo que vive em Santa Cruz da Serra, local em que será construída uma represa pela "Guimarães S/A", a qual aponta inúmeros benefícios apoiada pelo município e governo do Estado sob a justificativa de ser seu maior benefício pela produção de energia elétrica barata e a geração de emprego. Arnaldo, apoiado por moradores e pelos defensores do meio ambiente representados pelas ONGs locais, afirma que nenhum estudo prévio de impacto ambiental foi efetivamente realizado no local para justificar a construção da represa e entende que os moradores perderão

uma expressiva porção de terra produtiva, sem contar a interrupção da piracema, que por si só já é um impacto ambiental. Além do êxodo rural e da história de um povo que vai literalmente por água abaixo.

O povo local questiona, portanto, se será beneficiado ou se os benefícios serão dos que virão de outras localidades, haja vista a obra e as vantagens com entretenimento. O impacto ambiental, com interrupção da piracema, e o impacto social, pelas mudanças de costume local, valem como preço a ser pago para a geração de energia?

Não pode faltar

A globalização e liberalização econômica, como falamos anteriormente, têm provocado um impacto considerável nos costumes da sociedade repercutindo no seu modo de vida, cada vez mais, pautando-se no consumo desenfreado pela compra por impulso que é, sem dúvida alguma, uma forma de aquecer o mercado e trazer a obsolescência mais rápido, gerando danos ao meio ambiente, tanto pela produção quanto pelo descarte.

Vimos também que a empresa tem a obrigação, para com a sociedade, com a preservação e conservação ambiental pela sua responsabilidade socioambiental, contando com a gestão corporativa para este fim que inclui o devido respeito à pessoa humana em toda a sua acepção. Porém, não é papel de um só!

Para a sua efetividade, são necessárias ações conjuntas, ou seja, políticas públicas. Mas o que são essas políticas?

As políticas públicas se constituem por planos, programas e por um conjunto de ações, atividades a serem desenvolvidas pelo Estado, de forma direta ou indireta com a participação dos organismos públicos e/ou privados que visam assegurar direito determinado e que compreenda garantir a cidadania de forma determinada ou difusa dentro de um segmento social, cultural, étnico ou econômico.

Os planos são aqueles que estabelecem as prioridades e os objetivos a serem alcançados em determinado períodos, os quais podem ser, por vezes, consideravelmente longos.

Os programas são aqueles que estabelecem os objetivos gerais e os específicos de um determinado tema de interesse público. Temos como

exemplo em meio ambiente o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais – PNC.

Esses conjuntos de ações são aqueles que visam alcançar determinado objetivo estabelecido pelo programa. Já as atividades têm como finalidade a concretude, ou seja, que as ações se efetivem, aconteçam.

A conjunção do plano com o programa por meio das ações e as atitudes que efetivam essas ações compõem as políticas públicas. São, pois, os instrumentos que compõem as políticas públicas, que são instrumentos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação que se encadeiam de forma lógica e íntegra.

Para melhor compreensão, segue a definição de Appio (2005, p. 143-144):

As políticas públicas podem ser conceituadas, portanto, como instrumentos de execução de programas políticos baseados na intervenção estatal na sociedade com a finalidade de assegurar igualdade de oportunidade aos cidadãos, tendo por escopo assegurar as condições materiais de uma existência digna a todos os cidadãos.

”

No Brasil, as políticas públicas são desenvolvidas em parceria com as Organizações Não Governamentais – ONGs – e, também, contam com a iniciativa privada, ou seja, com as empresas.

Assim sendo, as políticas públicas são ações efetivadas com fins públicos que compreendem o acesso da população, com a participação dos stakeholders, tanto ao debate quanto à formulação das políticas, sendo que a intervenção governamental para regular o setor privado no desenvolvimento sustentável é sempre indispensável.

A política pública ambiental pode ser definida por planos, programas, ações e atitudes voltadas ao meio ambiente a fim de possibilitar vida digna a todos, em um ambiente equilibrado para o desenvolvimento sustentável. As políticas públicas ambientais vêm da necessidade emergencial de conter a crise ambiental ou crise ecológica.

Segundo Giddens (1996, p. 234-235):



A crise ecológica é uma crise criada pela dissolução da natureza. Os problemas de ecologia não podem ser separados do impacto da destradicionalização. Ambos suscitam a antiga pergunta, “como viveremos?”, em uma nova roupagem – em uma situação na qual o avanço da ciência e da tecnologia, associado aos mecanismos de crescimento econômico, força-nos a enfrentar problemas morais que já estiveram ocultos na naturalidade da natureza e da tradição. Os riscos associados à incerteza artificial demonstram a necessidade de lidar com esses problemas – mas se eles são vistos simplesmente como ‘perigos naturais’, seu verdadeiro caráter é interpretado erroneamente.

Isso quer dizer que as mudanças representadas pelos avanços fazem parte do processo evolutivo para atingir anseios naturais humanos que, inconscientemente, nos levou a degradar e que, hoje, conscientes, temos que agir preventivamente e conciliar os nossos anseios ao meio ambiente.

As mudanças climáticas, por exemplo, vêm das nossas intervenções e do próprio ciclo natural de alteração, ou seja, o ambiente muda e nós contribuimos para asseverar essas mudanças.

As políticas públicas são formuladas depois de muitos debates para solucionar questões, no nosso caso, questões ambientais. A decisão política, por sua vez, refere-se às ações realizadas todos os dias pelo Estado a fim de atender aos requerimentos circunstanciais.

As políticas públicas brasileiras voltadas ao meio ambiente podem ser interpretadas como sendo de interesse ambiental. Iniciam-se com a publicação de documentos que deram origem ao Código de Caça; Código Florestal; Código de Minas; Código de Águas e ao Tombamento do Patrimônio Histórico, realizados ainda no governo de Getúlio Vargas.

Nessa mesma oportunidade, houve a criação do primeiro parque nacional do Brasil, em 1937, o Parque Nacional de Itatiaia. Já nos anos 1960, em face do processo de industrialização brasileira, podiam ser verificados problemas de poluição discutidos em 1972 na Conferência de Estocolmo.

Pela influência da Conferência de Estocolmo, no Brasil, foi criada, em 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente como assessoria à Presidência da República sobre temas pertinentes ao meio ambiente. Seguindo essa

linha, os Estados brasileiros criaram suas agências ambientais. Em São Paulo, em 1973, foi criada a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB – e, em 1975, a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA. Em sequência, no ano de 1979, foi sancionada a lei sobre a utilização do solo urbano no Rio de Janeiro.

Questões pontuais levaram à criação de legislação específica, tais como: Prevenção da Poluição Industrial; Responsabilidade Civil e Criminal por Atividades Nucleares; Exploração e Aproveitamento de Substâncias Minerais; Diretrizes Básicas de Zoneamento Industrial; Parcelamento de Solo Urbano; Criação das Estações Ecológicas e Área de Proteção Ambiental.

As políticas públicas brasileiras a favor do meio ambiente somente se perfizeram em 1981, com a criação da Política Nacional do Meio Ambiente e do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. A partir daí o meio ambiente adquire a característica de patrimônio público da humanidade, o que o leva a ser protegido por todos e para todos.

Patrimônio Público trata-se do conjunto de bens colocados à disposição da coletividade. Quando está na condição de patrimônio público da humanidade, significa dizer que serve a todos, independentemente das fronteiras entre os países, como é o caso do meio ambiente que está para todos indistintamente.

Em 1985, com a defesa do meio ambiente, nasceu no Brasil a Ação Civil Pública, que pode ser definida como um instrumento jurídico criado pela Constituição Federal de 1988, utilizado pelo Ministério Público e entidades legítimas, tais como ONGs, para defender e reivindicar direitos chamados individuais homogêneos, difusos e coletivos. Em outras palavras, a Ação Civil Pública é um forte instrumento para defender o meio ambiente porque ele, como sendo de todos, é coletivo e, quando se pretende por ele prevenir danos a gerações futuras, é difuso.

Há o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA –, que é um órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA –, o qual foi criado por lei e faz parte da Política Nacional do Meio Ambiente.

O CONAMA é um órgão colegiado, ou seja, está representado por cinco setores, como: órgão municipais, estaduais e federais, além da sociedade civil e do setor empresarial. Ele dispõe sobre os Estudos de

Impactos Ambientais – EIA – e o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA –, desde 1986.

Estudos de Impactos Ambientais – EIA –, trata-se de um relatório técnico de avaliação das consequências e danos ambientais de acordo com projeto específico e por ele se pode prevenir ou mitigar (diminuir) as consequências ao meio ambiente. O EIA é o responsável pela análise (inclusive bibliografia e estudos ambientais de probabilidade) e a avaliação da coleta de material, ou seja, verifica os impactos prévios à implantação de um determinado projeto e aponta quais os procedimentos que devem ser adotados para a sua realização. Exemplo: construção de uma autoestrada.

Relatório de Impacto Ambiental – RIMA –, por sua vez, consiste no relatório técnico conclusivo que analisa o impacto ambiental. O RIMA contém os levantamentos e as conclusões pelos quais o órgão público responsável pela licença deverá analisar e conceder ou não a licença para o projeto ser executado.

É importante saber que ambos, EIA e RIMA, são instrumentos instituídos pela Política Nacional de Meio Ambiente e são obrigatórios e prévios a qualquer projeto que venha a impactar o meio ambiente.

Em 1988, disciplinou-se o Gerenciamento Costeiro e criou-se o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Ainda no ano de 1988 foi promulgada a Constituição Federal brasileira e o meio ambiente ganha um capítulo específico a partir do Artigo 225.

Em 2001, foi promulgado o Estatuto da Cidade, que é um instrumento criado por lei e que deve ser observado pelo Município, principalmente, para compreender os princípios básicos do planejamento participativo e a função social da propriedade. Trata-se de um importante instrumento oriundo da política urbana.

O desenvolvimento participativo pode ser compreendido como a adoção de um método ou metodologia de participação de todos no processo de mudança para a melhoria de vida. Portanto, a participação popular inicia-se, desde a avaliação, compreendendo a execução, e segue com acompanhamento à conclusão do projeto.

Função Social da Propriedade trata-se do fim (finalidade) a que se destina a propriedade. Caso seja agrícola, deverá compreender esta característica, por exemplo.



Assimile

Até aqui temos dois grandes exemplos de políticas públicas: a Política Nacional de Meio Ambiente, que criou instrumentos prévios para a preservação ambiental, como o EIA e o RIMA, e a Política Urbana brasileira que, em nome da função social da propriedade e do desenvolvimento participativo, criou o Estatuto da Cidade.



Refleta

Agora, reflita: Qual a importância das políticas públicas? As políticas públicas só se referem ao meio ambiente? As políticas públicas retratam a cidadania pela participação popular?



Pesquise mais

Você pode conhecer um pouco mais sobre políticas públicas ambientais lendo o artigo indicado. Disponível em: <<http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/33/64>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

Toda política pública visa à melhoria social e, para verificar se isso está acontecendo, o Estado cria meios de mensuração, chamados índices, que são estrutura de dados que vão apontar a efetividade ou não da ação. Para quantificar a eficácia das políticas públicas e aplicação da lei, destacamos os seguintes índices: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Felicidade e o Índice *Balanced Scorecard* (BSC).

O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano –, utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento desde 1993, atualmente, é utilizado por quase cento e oitenta países, cujo critério de avaliação utiliza-se da renda, longevidade e educação para medir o desenvolvimento humano.

O Índice de Felicidade é um estudo da economia e da psicologia no qual, por meio de análise da pesquisa e estatística nacionais, mostra como medidas tomadas na área do bem-estar podem ser utilizadas de forma eficaz para avaliar o progresso da nação. Inspirou-se em seis fatores: PIB per capita, expectativa de vida; alguém para confiar; percepção de liberdade para escolhas; corrupção e generosidade.

O BSC – Índice *Balanced Scorecard* foi desenvolvido em Harvard por Kaplan e Norton, em 1992, e trata-se de uma metodologia desenvolvida

de medição e gestão de desempenho. É uma ferramenta de gestão com visão holística. Para isto, desdobra os objetivos estratégicos, tais como a visão e a missão da empresa em indicadores de desempenho. A ideia é integrar e coordenar os objetivos diversos e segmentos da empresa, para ter como resultado sinergia. Era um modelo de avaliação e, hoje, tornou-se uma metodologia de gestão estratégica.



Exemplificando

Em nossa situação-problema, falamos da construção de uma represa que provocará impacto ambiental e social. Isso porque as ações a serem praticadas (construção da represa) estão para ocorrer sem estudo prévio de impacto ambiental e social. Quaisquer mudanças já impactam, assim sendo, que ocorram por uma boa causa. Para apurar o caso, um estudo prévio é fundamental e deve valer muito a pena para justificar a mudança drástica da vida das pessoas, inclusive dos agricultores, uma vez que a represa inundará grande parte de terras produtivas para a sua construção.

Com base nesse contexto, podemos dizer que toda e qualquer ação relacionada a mudanças ambientais e sociais deve ser previamente avaliada? A participação da população é necessária e legítima ao processo de mudança? A intervenção do governo deve ocorrer de forma impositiva em quais circunstâncias?



Faça você mesmo

Ainda pensando em nossa SP, responda:

Qual deveria ser a ação do prefeito para garantir o desenvolvimento participativo?

O que Arnaldo deve fazer neste caso para solucionar o problema?

Sem medo de errar

Nesta seção, você estudou que as políticas públicas se constituem em ações, atividades e/ou programas desenvolvidos pelo Estado, direta ou indiretamente, com a participação de entidades públicas e privadas que visem assegurar o direito à cidadania de forma direta e difusa (que atinja esta e as gerações futuras) para determinado segmento, seja econômico, cultural, étnico ou social e os movimentos sociais garantem tais políticas públicas.

Retomando a nossa SP, vimos o caso de Arnaldo, como cidadão,

que se opõe à “Guimarães S/A”, ao município e ao governo do Estado, em função dos danos ambientais e sociais que provocarão a construção da represa. Apesar de ser mais barata que a termoelétrica, não verifica qualquer estudo que justifique que ali é o local adequado para a incitação e que vale a pena se sobrepor à função social da propriedade e aos eventos naturais, como é caso da piracema, para se obter essa energia de forma mais barata. Compreende-se, então, que a conciliação entre as reivindicações de Arnaldo com as justificativas do município, governo do Estado e da empresa somente seria possível se avaliadas por instrumentos competentes que levassem a um laudo conclusivo. Por essa razão, EIA e o RIMA são indispensáveis para que a construção, se for o caso, se justifique diante das reivindicações de Arnaldo.

O EIA leva em conta todos os elementos locais, inclusive os benefícios com o menor impacto aos habitantes do local para que esses se beneficiem primeiramente e que se conscientizem da mudança e queiram, por essa consciência, a mudança. A construção da represa se justifica somente se o EIA demonstrar sua necessidade, se for efetivamente necessária. Sendo que os seus ganhos sejam além do que possam ganhar com o entretenimento e outras atividades advindas desse investimento; que esse povo esteja preparado pela participação neste novo mercado para que outros não se beneficiem em prejuízo do povo local e que essa mudança valha o preço e que represente um benefício muito superior não em dinheiro, mas em qualidade de vida, que engloba a preservação e reparação ambiental.

A ação de Arnaldo ganhou apoio, como vimos, dos moradores e ONGs locais porque qualquer mudança deve vir necessariamente com o aval (aceitação) do povo local (quando proposta por ele) para o desenvolvimento participativo (participação popular que legitima as mudanças) e função social da propriedade (a que fim se destina); elementos importantíssimos da Política Pública Ambiental. É certo, pois, que o governo somente pode intervir sem a participação popular quando a situação é de caráter de urgência ou emergencial, como acontece em uma catástrofe caso não ocorra a mudança, por exemplo.

Como conclusão, somente após resultado do EIA/RIMA e audiência pública é que poderá ser avaliado se o impacto ambiental, com interrupção da piracema, e o impacto social, pela mudança de costume local, valem como preço a ser pago para a geração de energia, uma vez que existem outras formas de captação de energia que podem ser estudadas e implantadas, fazendo com que os costumes e a natureza não paguem um preço tão alto.



Atenção

A política pública ambiental pode ser definida pelos planos, programas, ações e atitudes voltadas ao meio ambiente a fim de possibilitar vida digna a todos, em um ambiente equilibrado para o desenvolvimento sustentável.



Lembre-se

Toda e qualquer reivindicação deve levar consigo reivindicações que gerem políticas públicas com a eficiência necessária para garantir a proteção de direitos, como o direito ao meio ambiente.

Avançando na prática

Pratique mais

Instrução

Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e as compare com as de seus colegas.

“Os instrumentos das Políticas Públicas Ambientais”

1. Competência de fundamentos de área	Conhecer as políticas socioambientais e refletir acerca da responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável.
2. Objetivos de aprendizagem	Discutir as questões sociais e éticas relacionadas às Políticas Públicas, movimentos ambientais e meio ambiente.
3. Conteúdos relacionados	Políticas Públicas. Sociedade. Meio Ambiente. Instrumentos das Políticas Públicas.
4. Descrição da SP	Em nossa situação-problema, Arnaldo apontou a necessidade do cumprimento da política pública ambiental refletida pelos planos, programas, ações e atitudes voltadas ao meio ambiente para garantir vida digna a todos, em um ambiente equilibrado para o desenvolvimento sustentável. A fim de compreender isto, faça um levantamento buscando informações em matérias jornalísticas no Brasil e no mundo sobre eventos da natureza da nossa SP que trate de mudanças drásticas locais para obtenção de energia, petróleo e outros. Aponte ao menos três eventos neste sentido, explicando-os. Do mesmo modo, identifique de um a três eventos que mereceriam ser objeto de reivindicação e dos instrumentos das políticas públicas. Justifique a sua resposta.
5. Resolução da SP	A resolução da situação apresentada está no conhecimento prévio e conceitual, políticas públicas e instrumentos das políticas públicas.



Lembre-se

As políticas públicas se constituem em ações, atividades e/ou programas desenvolvidos pelo Estado, direta ou indiretamente, com a participação de entidades públicas e privadas que visam assegurar o direito à cidadania de forma direta e difusa (que atinja esta e as gerações futuras) para determinado segmento, seja econômico, cultural, étnico ou social.



Faça você mesmo

As políticas públicas fazem parte do Estado?

Pesquise na internet, jornais, revistas e outros sobre políticas públicas atuais.

Faça valer a pena

1. As políticas públicas se constituem por planos, programas e por um conjunto de ações e atividades a serem desenvolvidos pelo Estado de forma direta ou indireta, com a participação dos organismos públicos e/ou privados, que visam assegurar o direito à cidadania de forma determinada ou difusa dentro de um segmento social, cultural, étnico ou econômico.

Assim sendo, é correto afirmar que os programas são:

- a) Aqueles que estabelecem as prioridades e os objetos a serem alcançados em determinados períodos, os quais podem ser, por vezes, consideravelmente longos.
- b) Aqueles que estabelecem os objetivos gerais e os específicos de um determinado tema de interesse público.
- c) Aqueles que visam alcançar determinado objetivo estabelecido pelo programa.
- d) Aqueles que visam à concretude, ou seja, cujas ações se efetivem, aconteçam.
- e) Aqueles que compreendem os programas e as atividades empresariais.

2. Compreende ser um forte instrumento para defender o meio ambiente porque ele, como sendo de todos, é coletivo e, quando se pretende por ele prevenir danos a gerações futuras, é difuso. Nasceu em 1985, com a defesa do meio ambiente no Brasil, como instrumento jurídico criado pela Constituição Federal de 1988, que pode ser utilizado pelo Ministério Público e entidades legítimas, tais como ONGs, para defender e reivindicar direitos chamados individuais homogêneos, difusos e coletivos.

Assinale a alternativa correta que corresponde à definição acima:

- a) RIMA.
- b) EIA.
- c) Ação Civil Pública.
- d) Desenvolvimento Participativo e Função Social da Propriedade.
- e) Estatuto da Cidade.

3. No nosso país, as políticas públicas são desenvolvidas em parceria com ONGs – Organizações Não Governamentais – e, também, contam com a iniciativa privada, ou seja, com as empresas. Assim sendo, as políticas públicas são ações efetivadas com fins públicos que compreendem o acesso da população, com a participação dos *stakeholders*, tanto ao debate quanto à formulação das políticas.

Neste sentido, é correto afirmar que:

a) A intervenção do Estado serve para formar parceria com o setor privado no desenvolvimento sustentável.

b) A intervenção internacional serve para regular o setor privado no desenvolvimento sustentável, que é sempre indispensável.

c) A intervenção municipal serve para regular o público no desenvolvimento sustentável, que é sempre indispensável.

d) A intervenção governamental serve para regular o setor privado no desenvolvimento sustentável, que é sempre indispensável.

e) A intervenção pública serve para regular o terceiro setor no desenvolvimento sustentável, que é sempre indispensável.

Seção 3.2

Ecomarxismo ou ecossocialismo

Diálogo aberto

A partir de agora iremos iniciar nossos estudos sobre Ecomarxismo ou Ecossocialismo.

O Ecomarxismo ou Ecossocialismo é uma ideologia a favor do meio ambiente, que impõe a desaceleração do mercado em prol do meio ambiente e impõe uma visão holística (do todo).

Essa corrente ideológica é de muita contribuição para o meio ambiente, pois retoma conceitos da Revolução Industrial, importante momento transformador da história, que marcou o avanço da tecnologia e o valor do trabalho.

Os dois elementos – tecnologia e valor do trabalho – são bem atuais com o acréscimo do avanço da tecnologia digital e, sem dúvida nenhuma, contribuem para a discussão sobre globalização, impacto ambiental, políticas públicas, capital, lucro, necessidades humanas e outros. Sob os pontos de vista tanto político quanto social e econômico são extremamente importantes para se desenvolver uma política pública condizente com cada região, respeitando, inclusive, a história e a geografia locais.

Para compreendermos melhor, é necessário, portanto, voltarmos ao caso de Arnaldo, que vive em Santa Cruz da Serra, local em que será construída uma represa pela “Guimarães S/A”. Lembre-se de que a empresa aponta inúmeros benefícios da obra para a qual não se fez nenhum estudo prévio de impacto ambiental, que leve em conta a construção, e de impacto nos nativos, os quais padecerão com a perda da memória de seu povo.

Arnaldo tomou para si a questão e, junto aos moradores da região e todos que o apoiam, elaborou sua reivindicação por meio de um requerimento oficial à Presidência da República demonstrando o quanto o sistema capitalista está se sobrepondo aos interesses comuns e locais. Para a redação de tal documento, reuniram-se todos na ONG “Viva Piracema”, apesar da resistência de alguns, inclusive de Arnaldo, porque

tal ONG é uma organização que prega os ideais do ecomarxismo. As questões técnicas, como a ausência do estudo prévio de impacto ambiental e de vizinhança, foram reclamadas e a fundamentação se deu com base no equilíbrio entre o capital e o bem comum.

Pergunta-se: Do que se trata a ideologia “ecomarxista” da ONG “Viva Piracema”? Por que há resistência a essa ideologia? Qual a importância das suas influências filosóficas?

Não pode faltar

O ecomarxismo ou ecossocialismo surgiu em meados da década de 1960 na Europa e na Austrália. Trata-se de uma ideologia que alia as ideias marxistas com as ideias do socialismo, da ecologia, da política verde e da alterglobalização.

O marxismo é considerado um método de análise socioeconômica que toma as relações das classes sociais e os seus conflitos por meio da interpretação material (capitalista) do desenvolvimento e a transformação social representada pelo papel da luta de classes e as mudanças econômicas. Ele engloba a teoria econômica e a teoria sociológica e é considerado um método filosófico num olhar revolucionário de mudança social.

O socialismo é uma das teorias da organização econômica que diz respeito à administração e propriedade pública e coletiva dos meios de produção e distribuição de bens para garantir a igualdade de oportunidade para as pessoas, chamado de método igualitário de compensação e, por essa razão, é plataforma política da esquerda, pois relaciona a atuação do Estado ao bem-estar social.

É importante considerar que o socialismo moderno se originou na classe intelectual e nos movimentos políticos da classe trabalhadora que teciam críticas à industrialização e propriedade privada do século XVIII e, por essa razão, que, segundo o pensamento marxista, o socialismo somente seria alcançado por meio da luta de classes e pela revolução do proletariado, sendo a fase de transição entre o capitalismo e o comunismo.

Contido na ideologia socialista está o pensamento do capitalismo, que concentra de forma injusta a riqueza e o poder nas mãos de uma pequena parte da sociedade, denominada pelo marxismo como burguesia, sendo essa burguesia a que controla o capital e promove a desigualdade social.

Há, ainda, o socialismo libertário ou anarquismo social ou libertarismo de esquerda, que trata de uma filosofia política que rejeita a noção do socialismo como controle centralizado da economia por meio do Estado propondo uma sociedade livre de hierarquia coercitiva (obrigatória).

O ecomarxismo ou ecossocialismo incorpora a alterglobalização que trata do processo de construção de alternativas para organizar as mudanças nas áreas em que a globalização (econômica, financeira e informativa) produz efeitos negativos. Esse conceito se originou da discussão transnacional ao longo do ano de 2001 e foi engajado na elaboração conjunta do Fórum Social Mundial – FSM.

A exclusão social, a pobreza, os conflitos sociais e a degradação ambiental são resultado, na concepção dos ecossocialistas, do sistema capitalista por meio da globalização e por isso eles defendem a desconstrução do capitalismo incentivando a propriedade coletiva e a produção desenvolvida por meio dos produtores livremente associados.

O ecomarxismo ou ecossocialismo também é chamado de socialismo verde ou ecologia socialista, sendo essa uma corrente de difícil caracterização pela diversidade considerável de autores e posicionamento variado, mas para essa ideologia importa inicialmente citar:

Do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos tampouco julgar estas épocas de revolução pela sua consciência, mas, ao contrário, é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas e as relações de produção (MARX, 2014, p. 24).

Para o ecomarxista ou ecossocialista, que tem o uso do método do materialismo histórico, aplicam-se as questões socioambientais, fazendo, também, leitura da teoria do valor postulada pelo marxismo, a qual se baseia exclusivamente no valor de troca.

É correto afirmar que essa teoria, aliada às questões ambientais, enfatiza as contradições do sistema econômico e social capitalista (socioeconômico capitalista) e suas críticas são sobre a relação social homem-natureza, propriedade e meios de produção.

O ecomarxista ou ecossocialista acredita que a dinâmica competitiva

imposta pelo capitalismo é o principal responsável pela crise ambiental. Assim sendo, refletir acerca das relações de poder e do trabalho é condição necessária. É importante considerar que o trabalho é um dos responsáveis pela transformação ambiental nesse contexto.

Na perspectiva marxista, a natureza significa a totalidade do mundo que rodeia o homem, com limites físicos naturais, no conceito assemelhado à biosfera, sendo a natureza o ponto de partida da história e sobre a natureza se assentam as atividades das pessoas, pois na concepção marxista o trabalho define o homem e o torna particular em sua espécie.

Neste sentido:



(...) o homem produz universalmente; o animal produz sob o domínio da necessidade física imediata, enquanto o homem produz livremente das necessidades físicas e só produz verdadeiramente ao libertar-se de si mesmo; o animal produz somente a si mesmo, enquanto o homem reproduz toda a natureza; o produto do animal tem uma relação de pertinência imediata com o seu corpo físico, enquanto o homem defronta-se livremente com o seu produto. (...) é exatamente na transformação do mundo concreto que o homem apenas se afirma efetivamente como um ser de espécie. Esta produção é a sua vida útil de espécie. Através dela a natureza surge como sua obra e realidade (MARX, 1986).

Do exposto, dentro da postura antropocêntrica, o homem é o centro da criação e transformação do mundo de acordo com a sua necessidade. Assim, na concepção marxista não há a preocupação com a degradação ambiental porque a natureza é vista de modo distinto do homem, entretanto, na concepção capitalista, ela é vista como produto que pode ser transformado em benefício da pessoa humana e ao seu serviço.



Pesquise mais

Você pode conhecer um pouco mais sobre ecomarxismo lendo o artigo disponível em: <<http://laurocampos.org.br/2008/03/ecosocialismo-e-planeamento-democratico/>>. Acesso em: 3 jan. 2015.

Os ecomarxistas ou ecossocialistas que são, em geral, bastante ortodoxos, não compatibilizam com a dinâmica capitalista pelo acúmulo

nas mãos de um pequeno grupo gerando conflito de interesses entre as classes sociais, as quais também só existem por causa do capitalismo e que oportuniza tanto a pobreza quanto os desastres ecológicos, entre outros. E, por isso, o Estado é constantemente exigido para assumir o papel que criará uma relação nova entre homem-meio ambiente, como também uma nova organização social e geográfica.

Falando-se em organização social e geográfica não podemos deixar de aprender sobre dois ramos da ciência que estudam exatamente isso, que são: a ecologia humana e a geografia humana.

A ecologia humana tem por objetivo o estudo da relação da pessoa humana com o meio ambiente natural. É uma ciência transdisciplinar (unidade de conhecimento) e nova, a qual vem contribuindo teoricamente com o conceito e a aplicabilidade da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, apontando perspectivas e limites à pessoa humana para que ocorra o processo evolutivo no mundo.

A geografia humana estuda a relação do homem como espaço, o homem especializado, ou seja, a geografia humana estuda a interação entre a sociedade e o espaço geográfico para ajudar a entender o espaço em que vive. Estuda as percepções e as transformações humanas sobre o espaço no decorrer do tempo e a influência do espaço geográfico sobre a sociedade que ali vive.

A geografia humana utiliza-se de diversas correntes filosóficas para o estudo e pesquisa, dentre elas: a geografia do comportamento, a geografia crítica e a geografia marxista.

A geografia do comportamento tem por objetivo principal o exame do comportamento humano por meio de várias áreas do conhecimento. O processo cognitivo envolvido na percepção espacial, na tomada de decisões e comportamento das pessoas humanas é o foco do estudo.

A geografia crítica ou geocrítica tem por objetivo propor o rompimento com a ideia de neutralidade científica para tornar a geografia uma ciência apta à elaboração de uma crítica extrema à sociedade capitalista pelo estudo do espaço e das formas de apropriação da natureza, dando ênfase à necessidade de diminuição das disparidades socioeconômicas e regionais. A luta de classes do marxismo e a crítica ao capitalismo é o seu principal foco.

A geografia marxista, para proceder aos estudos espaciais da geografia humana, utiliza-se dos fundamentos filosóficos de Marx. Neste caso, as relações que possuem tradicionalmente ambiente natural e relações espaciais são vistas sob o ponto de vista dos resultados da produção material. A geografia marxista busca, por meio desse estudo, alterar estruturalmente a base da sociedade em exame.



Assimile

Na perspectiva dos ecossocialistas ou ecomarxistas é possível compreender a crise ambiental na forma social de produção capitalista, contudo, as necessidades sociais devem ser colocadas como prioridade, e não o lucro. É importante considerar que o meio ambiente está sempre em prejuízo porque o trabalho é um valor humano e transformador da natureza.

O posicionamento capitalista, assim como o socialista, partem para os extremos e, nem um e nem outro, conseguem suprir as necessidades das pessoas humanas e do meio ambiente. A ideia, pois, é priorizar o meio ambiente, contudo, as necessidades humanas devem ser atendidas.

Tanto o capitalismo quanto o socialismo importam em ideologia e, portanto, tratam de perspectivas para o mundo ideal. Contudo, fatores históricos são determinantes para adoção desse (socialismo) ou aquele (capitalismo) sistema, assim como a natureza, ou seja, o ambiente local (geográfico) que determina a forma de sobrevivência.

Assim como abordamos anteriormente sobre a sociedade de consumo e de risco, a questão é que agora o nosso querer é maior do que a nossa necessidade. Já não nos cobrimos do frio e, sim, desfilamos uma tendência de moda, e já não mais nos alimentamos para sobrevivência e, sim, por desejo e tendência.

Nunca se falou tanto em alimentos orgânicos como nos últimos tempos no Brasil, mas será que essa alimentação propagada como adequada não é fruto da pressão realizada pela publicidade promovendo o consumo para suprir esse novo mercado “dos orgânicos”? E será que essa alimentação realmente faz bem a todos e é a mais adequada aos brasileiros?

Tanto a moda como o segmento alimentício passaram a ser mercado e o estímulo ao consumo se faz pela publicidade que determina o que necessitamos. O capitalismo trouxe-nos a ampliação tecnológica e o acesso a várias coisas que até então não teríamos se não fossem

produzidas em escala. Já o socialismo trouxe-nos a ideia de bem comum.

Entendemos, pois, que a conciliação dessas ideias desacelerará o mercado de certa forma, mas não o paralisará. Dessa maneira, podemos ter a oportunidade de nos conscientizar do que é comum e necessário a todos, ampliando, assim, em nossas cabeças, o conceito de bem comum.



Refleta

Qual a importância dos sistemas políticos? A ideologia marxista influencia os nossos dias e de que forma? O ecomarxismo ou ecossocialismo é uma realidade em face do meio ambiente?



Exemplificando

Em nossa situação-problema, tratamos da construção de uma represa que provocará impacto ambiental e social. Como cidadão que é, Arnaldo exercerá o direito de petição à Presidência da República e, para que haja fundamento em seu pedido que venha a sensibilizar a Presidente, procurou a ONG "Viva Piracema", a qual trará a sua ideologia ecomarxista para o documento, tendo em vista ser essa a ideologia da ONG em questão, pois esta nasceu para defender os peixes da pesca predatória e garantir ao pescador o exercício do seu trabalho. Vários movimentos reivindicatórios existem no Brasil e no mundo. Dentre eles, podemos destacar a Hidrelétrica de Belo Monte e a SOS Mata Atlântica, que se uniram em favor do meio ambiente.



Faça você mesmo

Ainda pensando em nossa situação-problema...

Diante do principal objetivo, que é fazer um documento de reivindicação para a Presidência da República, pelos motivos apontados por Arnaldo e a ONG "Viva Piracema", faça esse documento apresentando os argumentos de ambos e fundamente com a ideologia ecomarxista ou ecossocialista. Após, reflita sobre a importância dessa ideologia como fundamento das reivindicações.

Sem medo de errar

Nesta seção você estudou a visão do ecomarxista ou ecossocialista e sua influência na organização social e para o meio ambiente, além da ecologia humana e geografia humana. Esses conhecimentos lhe

darão base suficiente para responder aos questionamentos de nossa situação-problema.

Vimos o caso de Arnaldo, que se opõe à “Guimarães S/A”, empresa responsável pela construção da represa que não providenciou as avaliações necessárias para a mitigação dos danos ambientais e sociais. Exercendo seu direito de petição, Arnaldo contará com a ONG “Viva Piracema” para apoiar sua reivindicação, mesmo apesar de sua resistência por tratar-se de uma organização ecomarxista.

O ecomarxismo ou ecossocialismo, socialismo verde ou ecologia socialista, nada mais é do que uma ideologia que engaja as ideias marxistas com as ideias do socialismo, da ecologia, da política verde e da alterglobalização.



Atenção

Os ecomarxistas ou ecossocialistas que são, em geral, bastante ortodoxos não compatibilizam com a dinâmica capitalista pelo acúmulo nas mãos de um pequeno grupo. Esse fato acaba gerando conflito de interesses entre as classes sociais, as quais também só existem por causa do capitalismo, que oportuniza tanto a pobreza quanto os desastres ecológicos, entre outros.

Tendo em vista que a ONG “Viva Piracema” é inspirada na ideologia marxista, ela valoriza a proteção do meio ambiente e do trabalho. Por essa razão, defende também a piracema, que garante o meio ambiente no seu curso natural e o trabalho pela pesca. É certo, então, que a resistência a essa ideologia vem da falta de conhecimento sobre o que se trata. Com essa reflexão podemos entender também a importância das influências filosóficas, que constam nas observações já ocorridas no passado e que voltam ao presente com proposta e perspectiva de resolução de algum problema atual.



Lembre-se

O termo ideologia tem muitos significados, entretanto, aqui, devemos abraçar o conceito em que a ideologia se liga ao sistema político, moral e social defendido no marxismo como de criação pela classe dominante, com o objetivo de manter os mais ricos no controle da sociedade. Nos nossos dias, a ideologia dominante é a capitalista, que liga o desenvolvimento ao lucro e ao acúmulo de riqueza, excluindo o meio ambiente como recurso de valor inestimável.

Avançando na prática

Pratique mais

Instrução

Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e as compare com as de seus colegas.

“A inter-relação entre o ecomarxismo ou ecossocialismo, geografia e ecologia humana”

1. Competência de fundamentos de área	Conhecer as políticas socioambientais e refletir acerca da responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável.
2. Objetivos de aprendizagem	Discutir as questões sociais e éticas relacionadas às Políticas Públicas, movimentos e meio ambiente.
3. Conteúdos relacionados	Políticas Públicas. Sociedade. Meio Ambiente. Instrumentos das Políticas Públicas.
4. Descrição da SP	Assim como Arnaldo, que para exercer o seu direito de petição buscou fundamentar o seu pedido, pautando-se em uma ideologia a fim de expressar a importância da sua reivindicação, faça uma pesquisa sobre a empresa Natura S/A em sua página na internet, artigos e outros materiais disponíveis, justificando por que a Natura abraçou a causa “meio ambiente” e, principalmente, qual a sua corrente ideológica. Propõe-se que você, a fim de compreender ecomarxismo ou ecossocialismo, aproveitando essa pesquisa, faça uma análise se outras empresas, ao menos duas de mesmo segmento ou não, abraçam as causas ambientais, identificando a sua ideologia. Justifique a sua resposta.
5. Resolução da SP	A resolução da situação apresentada está em apurar o conhecimento tanto conceitual quanto de aplicação prática da ideologia que cerca tanto a reivindicação quanto a causa, observando, em especial, o ecomarxismo ou ecossocialismo.



Lembre-se

A ecologia humana é importante porque estuda a relação da pessoa humana com o meio ambiente natural. É uma ciência transdisciplinar (unidade de conhecimento) e nova, a qual vem contribuindo teoricamente com o conceito e a aplicabilidade da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, apontando perspectivas e limites à pessoa humana para que ocorra o processo evolutivo no mundo.



Faça você mesmo

Qual a ideologia do Estado brasileiro em se tratando de meio ambiente? Pesquise na internet, jornais, revistas e outros sobre políticas públicas atuais.

Faça valer a pena

1. O ecomarxismo ou ecossocialismo surgiu em meados da década de 1960 na Europa e na Austrália. Trata-se de uma ideologia que alia as ideias marxistas com as ideias do socialismo, da ecologia, da política verde e da alterglobalização.

Neste sentido, sobre a globalização é correto afirmar:

a) Trata-se do processo de construção de alternativas para organizar as mudanças nas áreas nas quais a globalização (econômica, financeira e informativa) produz efeitos negativos. Esse conceito se originou da discussão transnacional ao longo do ano de 2001, engajado na elaboração conjunta do FSM - Fórum Social Mundial.

b) Trata-se de uma teoria que engloba as teorias econômica e sociológica, além de ser considerada um método filosófico num olhar revolucionário de mudança social.

c) Que é uma teoria da organização econômica que diz respeito à administração e propriedade pública e coletiva dos meios de produção e distribuição de bens para garantir a igualdade de oportunidade para as pessoas, chamada de método igualitário de compensação e, por essa razão, é plataforma política da esquerda, pois relaciona com a atuação do Estado ao bem-estar social.

d) Que se originou na classe intelectual e nos movimentos políticos da classe trabalhadora que teciam críticas à industrialização e propriedade privada do século XVIII e, por essa razão, que, segundo o pensamento marxista, o socialismo somente seria alcançado por meio da luta de classes e pela revolução do proletariado, sendo a fase de transição entre o capitalismo e o comunismo.

e) Trata-se de uma filosofia política que rejeita a noção do socialismo como controle centralizado da economia por meio do Estado, propondo uma sociedade livre de hierarquia coercitiva (obrigatória).

2. A exclusão social, a pobreza, os conflitos sociais e a degradação ambiental são resultado, na concepção dos ecossocialistas, do sistema capitalista por meio da globalização.

Neste sentido, defendem:

a) A livre associação para a construção do capitalismo como sistema absoluto.

b) A economia a partir da colaboração entre os países, sem exclusão do chefe de Estado.

c) O socialismo no seu mais puro sentido do conceito.

d) A desconstrução do capitalismo incentivando a propriedade coletiva e a produção desenvolvida por meio dos produtores livremente associados.

e) A materialização do capitalismo incentivando a produção em massa e empresa, mas com respeito ao meio ambiente.

3. Trata-se do estudo da relação da pessoa humana com o meio ambiente natural. É uma ciência transdisciplinar (unidade de conhecimento) e nova, a qual vem contribuindo teoricamente com o conceito e a aplicabilidade da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável apontando perspectivas e limites à pessoa humana para que ocorra o processo evolutivo no mundo.

Assinale a alternativa correta que corresponde ao enunciado:

- a) Geografia Humana.
- b) Ecologia Humana.
- c) Geografia do Comportamento.
- d) Geografia Crítica.
- e) Geografia Marxista.

Seção 3.3

Indicadores de sustentabilidade

Diálogo aberto

A partir de agora aprenderemos sobre indicadores de sustentabilidade. Você conhecerá o sistema brasileiro e internacional, os modelos de sustentabilidade, a conceituação dos indicadores de sustentabilidade e os seus exemplos, além dos principais modelos e sistemas brasileiros e internacionais, que serão objeto de estudo desta seção.

Dentro de uma empresa, a importância dos indicadores está em informar bem àquele que é o tomador de decisão e em corresponder às expectativas dos stakeholders. Portanto, implica constatar (provar) que os resultados foram atingidos segundo as estratégias definidas antecipadamente, sendo estas as motivações para a existência deles.

Com o intuito de obter os resultados, deve-se, além de adotar os indicadores, medir os seus resultados, apresentá-los periodicamente e compará-los com resultados anteriores e com os que o mercado apresenta para obter fundamento e a manutenção da estratégia, alterá-la total ou parcialmente ou implementar novas quando houver necessidade.

É importante considerar que especificar e quantificar os indicadores que efetivamente afirmam (meçam) o grau de desenvolvimento sustentável e o compromisso em razão deste ainda é um desafio para as instituições responsáveis pelos indicadores, tais como os órgãos do governo e os institutos de pesquisa

Para compreendermos melhor, faz-se necessário retomar o caso de Arnaldo, de Santa Cruz da Serra, e da construtora da represa “Guimarães S/A”. Pelas irregularidades da empresa, Arnaldo encontrou apoio na ONG “Viva Piracema”, a qual luta pela defesa dos direitos de todos e procedeu a uma investigação paralela para encontrar elementos para levar a construtora ao Ministério Público local, além de sustentar o requerimento proposto por Arnaldo para envio à Presidência da República.

Assim, a ONG procedeu ao levantamento da empresa sob o ponto de vista do mercado, buscando na BMF&Bovespa pela sua saúde econômica

e financeira e referências, tais como o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE. Durante a investigação, descobriu-se que, diante das atividades desenvolvidas até então, as suas referências econômico-financeiras têm se abalado por não preencher os requisitos do ISE, ou seja, por ter atividades contrárias ao meio ambiente, inclusive fazendo com que as suas ações estejam em queda no mercado financeiro.

Pergunta-se: Você acredita que a “Guimarães S/A” preenche os requisitos dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável? É uma empresa de credibilidade? Os argumentos citados ajudarão a afastá-la do projeto de construção da represa?

Não pode faltar

Para a presente seção é importante entender o que são indicadores, como também a sua distinção em face do índice.

Os indicadores são parâmetros. Dentre os parâmetros, um é selecionado e considerado isolado ou combinado com outros para obter as condições do sistema em análise. Já os índices se constituem pela junção de um conjunto de indicadores e/ou variáveis, sendo, portanto, um instrumento de tomada de decisão e previsão.

Assim sendo, podemos dizer que os indicadores do desenvolvimento sustentável ou indicadores de sustentabilidade são aqueles que adicionam várias informações que avaliam a sustentabilidade do desenvolvimento.

Os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do IBGE e a Agenda 21 são dois importantes exemplos que se prestam a especificar e quantificar o grau de desenvolvimento sustentável no Brasil, por isso são considerados duas importantes iniciativas, as quais, apesar da importância, não integram os processos e por essa razão geram espaços na avaliação do conjunto de indicadores. Neste sentido, Malheiros (2008, p. 8) acrescenta que:

Tal cenário evidencia carência significativa de trabalhos analíticos no Brasil que considerem o relacionamento e a comparação entre as diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável defendidas pela ONU. Esta pesquisa se motiva desta carência e assume que pode contribuir apresentando uma visão integrada dos componentes do desenvolvimento sustentável, analisando, em particular, como a mudança ocorrida em um componente pode afetar outros componentes.



Bem! Esse cenário que compreende a especificação e a quantificação é resultado do fato de que o conceito de desenvolvimento sustentável vem se construindo a partir de diferentes perspectivas, que se difere da ideia clássica do desenvolvimento que aprendemos com a industrialização do século XIX, que determinou o crescimento econômico, pois industrialização e crescimento econômico foram vistos como sinônimo de desenvolvimento eficiente, inclusive, sem precaução nenhuma quanto aos efeitos no meio ambiente.

Lembremo-nos de que o termo desenvolvimento sustentável somente ganhou importância no final da década de 1980 pelo Relatório de Brundtland, como ficou conhecido o documento designado “O Nosso Futuro Comum”, editado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento quando da realização da Cúpula da ONU em 1987. A partir de então, o conceito de sustentável passou a integrar a garantia da qualidade de vida para as gerações atuais e futuras com a manutenção da sua base de sustentação, ou seja, o meio ambiente.

Segundo a *World Commission on Environment and Development* – WCED –, o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras para satisfazerem suas próprias necessidades e, neste sentido, segundo Meadows (1998):



Significa conseguir suficiência, segurança e qualidade de vida para todos (desenvolvimento) dentro das regras e dos limites do ambiente biofísico (sustentabilidade).

É importante considerar que sustentabilidade deve ser um sistema que garanta a continuidade e perenidade. Para isto, a fim de que haja uma forma de verificar o compromisso notadamente empresarial quanto ao desenvolvimento contínuo e perene para esta e as gerações futuras, criaram-se índices, os quais se distinguem dos indicadores.

O *International Institute for Sustainable Development*, apoiado pelas agências da Organização das Nações Unidas – ONU –, criou uma ferramenta chamada painel de sustentabilidade para avaliar o índice de desenvolvimento sustentável, a qual pode ser usada para comparar países, cidades e empreendimentos.



Os indicadores têm papel importante e fundamental para avaliar a efetivação do desenvolvimento sustentável, que deve se caracterizar por uma economia vigorosa, sistemas naturais preservados e uma comunidade com as suas necessidades satisfeitas. Além disso, as decisões devem ser tomadas dentro de todas as esferas da sociedade, e é por essa razão que o desenvolvimento sustentável é uma estratégia na qual as comunidades buscam desenvolvimento econômico que beneficie o meio ambiente local e a qualidade de vida e que seja referência às outras comunidades.

A União Europeia lançou, em 2001, uma proposta com enfoque integrado das políticas para o desenvolvimento sustentável que compreende a economia, a sociedade e o meio ambiente, a fim de promover o crescimento econômico e a coesão social sem prejuízo à qualidade ambiental. Essa proposta foi designada estratégia da união europeia de desenvolvimento.

No Brasil, o principal instrumento de planejamento de médio prazo das ações governamentais instituído pela Constituição Federal foi o Plano Plurianual – PPA.

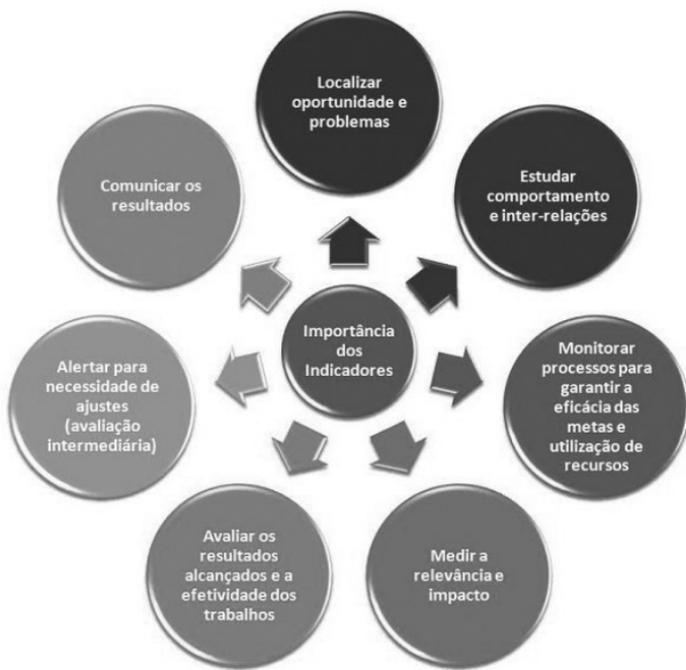
O PPA de 2000-2003 objetivou conduzir o desenvolvimento nacional com um novo paradigma, ou seja, voltado ao conceito de desenvolvimento sustentável, compreendendo as quatro principais dimensões: investimento na área social; infraestrutura econômica; preservação ambiental; difusão de conhecimento e informação, com o intuito de garantir o desenvolvimento econômico e social, poupar o meio ambiente, assegurar a justiça social e a democracia e melhorar a qualidade de vida dos brasileiros.

Já o PPA de 2004-2007 seguiu os mesmos preceitos e enveredou para o enfrentamento das questões sociais objetivando: a redução das desigualdades e a inclusão social; a geração de empregos com ênfase ao ambiente sustentável para o crescimento econômico; a promoção da cidadania e o fortalecimento da democracia. Como medir se isso ocorreu como proposto?

Por essa razão, tornou-se necessária a criação de modelo de indicadores e a criação dos índices. Os modelos de indicadores foram criados para traçar um modelo de realidade para avaliar as condições e as tendências, bem como comparar as situações e os lugares, metas,

objetivos e até mesmo antecipar tendências ou vislumbrar condições. No caso dos indicadores de sustentabilidade, é importante que integrem as informações, ações e práticas sociais, econômicas e ambientais dando a cada um deles a importância que tem possibilitado, com isso, a averiguação do alcance do desenvolvimento estabelecido pelas políticas públicas. Na Figura 3.1, você pode identificar a abrangência da importância dos indicadores.

Figura 3.1 | Importância dos indicadores



Fonte: <<http://www.tistu.net/2011/04/o-impacto-da-mudanca.html>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

Portanto, os indicadores são os meios de mensuração e operacionalização do desenvolvimento sustentável, e constituem-se em um sistema de monitoramento defendido pela Agenda 21 Global.

Dentre os indicadores de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade temos que destacar os Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis, criados pela ONG Ethos de Empresas e Responsabilidade Social em 1998, composta por empresários e executivos, objetivando ser uma ferramenta de aprendizagem e avaliação (autoavaliação) de incorporação à gestão, em seu planejamento

estratégico, tanto da responsabilidade social quanto ambiental, bem como monitoramento das práticas gerais, neste sentido, na empresa e pela empresa.

Essa ferramenta de gestão é gratuita porque visa apoiar as empresas na incorporação tanto da responsabilidade social quanto da sustentabilidade por meio de indicadores que estão estruturados para permitir que a empresa faça o seu planejamento para alcançar esse objetivo. Ao responder aos indicadores Ethos, a empresa obterá informações que possa levá-la a um balanço social efetivo.

Os Indicadores Ethos são uma ferramenta que se compõe de um questionário – tanto pode ser impresso quanto digital – que, ao ser respondido, permitirá o autodiagnóstico, pois sua estrutura fornece meios para o planejamento junto aos indicadores binários e quantitativos, os quais, por sua vez, permitem o apontamento de diretrizes para que sejam estabelecidas metas de aprimoramento, levando a empresa a fazer, além de um planejamento, a gestão das suas metas para avançar em termos de responsabilidade social e sustentabilidade. O conteúdo do questionário compreende questões de profundidade, questões binárias e questões quantitativas que se organizam em temas, tais como: valores, transparência e governança; público interno; meio ambiente; fornecedores; consumidor e cliente; comunidade; governo e sociedade.

Os Indicadores Ethos também se aplicam às microempresas e, também, são desenvolvidos de modo setorial, contemplando os Indicadores Ethos Setoriais, que se desenvolvem em parceria com entidades que representam nacionalmente seus setores, que permitem avaliar as oportunidades, apesar das peculiaridades, determinando desafios, e os setores já contemplados com indicadores próprios são: papel e celulose; mineração; financeiro; panificação, bares e restaurantes; distribuição de energia elétrica; transportes de passageiros terrestres; gás e petróleo; construção civil; açúcar e álcool; varejo e siderurgia.



Pesquise mais

Você pode conhecer um pouco mais sobre indicadores de sustentabilidade lendo: *Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis*. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Indicadores-Ethos-20131.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2015.



Refleta

Os indicadores levam à certificação a qual eleva o *status* da empresa? Por quê? O que é o índice de sustentabilidade? Para que serve?

O índice de sustentabilidade teve iniciativa pioneira na América Latina, designado como Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE – e trata-se de uma ferramenta de análise comparativa do desempenho das empresas constantes das listas da BMF&Bovespa quanto à sustentabilidade corporativa com fundamento na eficiência econômica e equidade ambiental, além da governança corporativa, que garante a transparência e, também, a promoção da justiça social.

Esse índice criou um ambiente de investimento prestigiando as empresas comprometidas e a sua metodologia foi criada pela Fundação Getulio Vargas – FGV – com o apoio da *International Finance Corporation* – IFC – e, a exemplo do índice da Bolsa de Johannesburg, adotou o conceito internacional *Triple Bottom Line* – TBL – que pondera integrando as dimensões econômico-financeiras, sociais e ambientais das empresas acrescentando indicadores e os critérios de transparência obtidos da governança corporativa. O ISE é, hoje, uma referência para os fundos de investimento e valorizam as ações empresariais.



Exemplificando

O ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial – reflete a saúde da empresa, pois, por meio desse índice, pode-se verificar os impactos no endividamento, bem como a percepção de risco. Imagine uma empresa que tem como atividade principal a extração de madeira e os cuidados que deve ter com a sua atividade, tendo em vista o seu objeto. Terá que trabalhar muito bem, respeitando sobremaneira os recursos naturais para não afetar a sua imagem e, conseqüentemente, os seus riscos. Seria importante para compreensão do exemplo a leitura do artigo *O índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e os impactos no endividamento e na percepção de risco*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v22n55/a03v22n55.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

Sem medo de errar

Nesta seção, você estudou que os indicadores de sustentabilidade servem para mensurar (medir) o desenvolvimento sustentável empresarial a fim de garantir a qualidade de vida desta e das gerações futuras, com a

preservação do meio ambiente, por ser a base para a sustentabilidade.

Para isto, vimos que critérios são estabelecidos por meio de diretrizes e do planejamento a fim de obter o resultado esperado para a empresa aliada ao meio ambiente. Mudar o pensamento pela conscientização da importância ambiental em concordância com o lucro e o avanço tecnológico, como sinônimo de desenvolvimento, foi e está sendo tarefa árdua, por isso, prestigiar as empresas sustentáveis e certificá-las tem valor singular para todos, para a natureza e para as gerações futuras.

Retomando a nossa situação-problema, vimos o caso de Arnaldo, de Santa Cruz da Serra, e da construtora da represa "Guimarães S/A". Pelas irregularidades da empresa, Arnaldo encontrou apoio na ONG "Viva Piracema", a qual luta pela defesa dos direitos de todos. Em sua investigação paralela, a ONG levantou que a empresa "Guimarães S/A", sob o ponto de vista do mercado (BMF&Bovespa), está com sua saúde econômica e financeira em negatividade, conforme referências do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial. Assim, verifica-se que a "Guimarães S/A" age contrariamente ao meio ambiente e suas ações no mercado financeiro estão em queda por esse motivo.

Resolvendo os questionamentos propostos pela nossa situação-problema, podemos concluir que a "Guimarães S/A", pela sua conduta, é o exemplo típico de empresa que não preenche os requisitos dos indicadores de sustentabilidade. É uma empresa não certificada e por isso não tem crédito no mercado. Sendo assim, não poderia estar participando de obra pública, e esse é um argumento importante para afastá-la da construção da represa e questionar o projeto todo, desde a sua essência.



Atenção

Indicadores de Sustentabilidade representam a mensuração e operacionalização do desenvolvimento sustentável empresarial e são necessários a nível global porque, além da conscientização em preservar os recursos naturais que são finitos, objetiva a diminuição da poluição, da devastação, da desigualdade social e o crescimento econômico tendo como base o ambiente e a pessoa humana.



Lembre-se

O ISE foi criado para certificar as empresas com boas práticas ambientais e humanas, garantindo um valor financeiro maior em suas ações no mercado.

Avançando na prática

Pratique mais

Instrução

Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e as compare com as de seus colegas.

"Os indicadores de sustentabilidade empresarial e o seu valor socioeconômico"

1. Competência de fundamentos de área	Conhecer as políticas socioambientais e refletir acerca da responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável.
2. Objetivos de aprendizagem	Discutir as questões sociais e éticas relacionadas às Políticas Públicas, aos movimentos e meio ambiente.
3. Conteúdos relacionados	Políticas Públicas. Sociedade. Meio Ambiente. Instrumentos das Políticas Públicas. Indicadores de sustentabilidade.
4. Descrição da SP	<p>Em um caso parecido com a ONG "Viva Piracema", a ONG "SOS Mata Atlântica" e o Ministério Público apoiam a causa "preservação da mata atlântica" contra as queimadas provocadas para o desmatamento proposital (queimadas criminosas), cuja suspeita recai sobre a empresa agropecuária "VX".</p> <p>Tal empresa é proprietária e tem todo o interesse na extensão da área para confinamento de seus bois. A ONG verificou, por documentos públicos, que a "VX" não é empresa idônea.</p> <p>Propomos a você escolher uma empresa de expressão na sua cidade e proceder buscando pela internet as condições dessa empresa tanto nos Indicadores de Sustentabilidade quanto no ISE e apontar se atende aos requisitos dos indicadores Ethos.</p>
5. Resolução da SP	A resolução da situação apresentada está no conhecimento prévio e conceitual e na inter-relação entre Indicadores de Sustentabilidade – ISE – e Indicadores Ethos.



Lembre-se

Indicadores são parâmetros, dos quais um é selecionado e considerado isolado ou combinado com outros para obter as condições do sistema em análise. Índices se constituem pela junção de um conjunto de indicadores e/ou variáveis, sendo, portanto, um instrumento de tomada de decisão e previsão.

Os indicadores do desenvolvimento sustentável ou indicadores de sustentabilidade são aqueles que adicionam várias informações que avaliam a sustentabilidade do desenvolvimento.



Faça você mesmo

Quais são os indicadores de uma boa prática ambiental empresarial? Pesquise na internet, em jornais, revistas e outros meios sobre políticas públicas atuais.

Faça valer a pena

1. É importante considerar que sustentabilidade deve ser um sistema que garanta a continuidade e perenidade. Para isto, a fim de que haja uma forma de verificar o compromisso, notadamente, empresarial quanto ao desenvolvimento contínuo e perene para esta e as gerações futuras, criaram-se índices, os quais se distinguem dos indicadores.

Assinale a alternativa correta que conceitua índice:

- a) São parâmetros e, dentre os parâmetros, um é selecionado e considerado isolado ou combinado com outros para obter as condições do sistema em análise.
- b) Constitui-se pela junção de um conjunto de indicadores e/ou variáveis, sendo, portanto, um instrumento de tomada de decisão e previsão.
- c) É um sistema que mede a sustentabilidade empresarial.
- d) É um parâmetro para mensurar a sustentabilidade global de perenidade e continuidade.
- e) É a medida da sustentabilidade ou do desenvolvimento sustentável.

2. O conceito de sustentável passou a integrar a garantia da qualidade de vida para as gerações atuais e futuras com a manutenção da sua base de sustentação, ou seja, o meio ambiente.

Assinale a alternativa correta que corresponde ao termo desenvolvimento sustentável:

- a) Este termo somente ganhou importância no final da década de 1980, pelo Relatório de Brundtland, como ficou conhecido o documento designado "O Nosso Futuro Comum", editado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, quando da realização da Cúpula da ONU em 1987.
- b) Segundo a WCED – *World Commission on Environment and Development*, o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente nem que tenha que comprometer a habilidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades.
- c) Significa conseguir suficiência, segurança e qualidade de vida para todos (desenvolvimento) dentro das regras e dos limites do ambiente biofísico (sustentabilidade).
- d) O desenvolvimento sustentável é um compromisso e, em razão deste, ainda é um desafio para as instituições responsáveis por estes, tais como os órgãos do governo e os institutos de pesquisa.
- e) Sinônimo de desenvolvimento eficiente, inclusive, sem precaução nenhuma quanto aos efeitos no meio ambiente.

3. Os indicadores de sustentabilidade, o sistema brasileiro e internacional, os modelos de sustentabilidade, a conceituação dos indicadores de sustentabilidade e os seus exemplos, além dos principais modelos e sistemas brasileiros e internacionais, possuem sua importância ligada ao desenvolvimento sustentável.

Trata-se do objetivo desta ligação:

a) Integrar a qualidade de vida para as gerações atuais e futuras com a manutenção da sua base de sustentação, ou seja, o meio ambiente.

b) Satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades.

c) Traçar estratégias definidas antecipadamente, sendo estas as motivações para a existência dos indicadores de sustentabilidade.

d) Informar bem ao tomador de decisão e corresponder às expectativas dos stakeholders, portanto, implica constatar (provar) que os resultados foram atingidos segundo as estratégias definidas antecipadamente, sendo estas as motivações para a existência dos indicadores.

e) Comprometer a habilidade das gerações futuras para satisfazerem suas próprias necessidades.

Seção 3.4

Tecnologias para gestão ambiental

Diálogo aberto

A partir de agora iremos iniciar nossos estudos sobre Tecnologias para Gestão Ambiental.

No contexto da política socioambiental e gestão corporativa, é importante, como já vimos, considerar: as políticas públicas; o ecomarxismo ou ecossocialismo; e os indicadores de sustentabilidade.

Você verá nesta seção que a gestão ambiental pode também ser uma estratégia para os negócios sustentáveis, tornando-os um diferencial no mercado, por trazer um público diferenciado e para fomentar esse interesse em produtos oriundos da prática sustentável. Neste sentido, a educação ambiental é a principal aliada a tecnologias para a gestão ambiental.

Para compreendermos melhor, faz-se necessário retomar o caso de Arnaldo, de Santa Cruz da Serra, e da construtora da represa "Guimarães S/A". Pelas irregularidades da empresa, Arnaldo encontrou apoio na ONG "Viva Piracema" que, por meio dos seus colaboradores, dentre eles geólogos, geógrafos e ecólogos, aproveitando-se das tecnologias à disposição, simularam a implantação da represa na região para obter dados.

Numa prévia análise, com a implantação do empreendimento, o comprometimento ambiental na região seria bombástico sob o ponto de vista não só local, como também regional. O comprometimento das espécies nativas é um dos menores problemas apontados, com a possibilidade de comprometimento da crosta terrestre e dos lençóis freáticos, cujos estudos apontariam os efetivos riscos, além da possibilidade de comprometer substancialmente o clima da região como possibilidade de repercutir não só na região como em todo o seu entorno e a médio prazo no país e, por extensão, no mundo. As técnicas utilizadas estavam de acordo com o mapa geológico e geográfico local. Arnaldo e todos os envolvidos estão mais assustados do que nunca e agora pensam em contar à imprensa, assim que os resultados forem confirmados, para sensibilizar não só os locais mas também o país em

face dos danos iminentes ao meio ambiente.

Pergunta-se: Qual o compromisso efetivo da “Guimarães S/A” com o empreendimento diante da sua função social? A tecnologia de hoje está em favor do meio ambiente ou da empresa? Há saída para a “Guimarães S/A” dar continuidade em seu projeto de implantação da represa? Em algum momento a “Guimarães S/A” se utilizou da tecnologia para gestão do empreendimento em prol de meio ambiente?

Não pode faltar

As práticas ambientais sustentáveis, hoje, para uma boa gestão, têm dado oportunidade para o desenvolvimento de novas tecnologias tanto na produção quanto em favor da prevenção de impactos ao meio ambiente e a conservação dele.

No que se refere à produção, é certo que os avanços da tecnologia ocorrem de forma demorada e, desde o projeto até a fabricação, a tecnologia aplicada não afasta o meio ambiente, ao contrário, a tecnologia aplicada está mais e mais em benefício do meio ambiente.

Podemos afirmar que, nos últimos anos, as empresas têm se preocupado com o meio ambiente de modo muito sensível e, por essa razão, as novas tecnologias vêm com essa preocupação também. Isso quer dizer que uma boa máquina não é aquela que molda bem e, sim, aquela que molda bem e economiza água e energia elétrica, por exemplo. Ou, ainda, aquela que se utiliza de energia renovável. É certo, portanto, que essas novas tecnologias têm exigido muito mais de seus inventores e, quanto mais “sustentáveis”, mais aceitas no mercado elas serão.

Um exemplo é o desenvolvimento da chamada “linha branca” de eletrodomésticos, cuja tecnologia garante menor consumo de energia, um grande avanço para o meio ambiente, e aliada aos benefícios tributários faz com que os eletrodomésticos antigos (que gastam expressiva energia) sejam trocados por estes que trazem benefício ao meio ambiente pelo menor consumo de energia. Embora a substituição também vem gerando “lixo”, que leva à reciclagem ou em todo ou em parte.

A substituição das lâmpadas tradicionais por lâmpadas de Led ou “frias” é outro exemplo e só existe graças às novas tecnologias. A tecnologia tem proporcionado o desenvolvimento e a produção de produtos com maior durabilidade, que gerem economia, que sejam menos poluentes e

que sejam recicláveis. Neste sentido, ainda podemos citar a utilização de alumínio e vidros recicláveis, além da eliminação de substâncias tóxicas nos produtos da Apple, que ocorreu a partir de denúncia de negligência ecológica, incluindo essa preocupação de fazer valer a preservação do meio ambiente ao criar seus projetos e produtos.

A indústria têxtil, por meio da empresa dinamarquesa Novozymes, com empresa no Brasil, introduziu tecnologia a favor do meio ambiente com a produção por meio de maquinário que diminuiu substancialmente a quantidade de água para fabricação de tecidos, ou seja, setenta mil litros a menos deixaram de lançar mil quilos de gás carbônico para cada tonelada de tecido fabricado.

Do mesmo modo, a indústria automobilística também apresentou outra grande revolução tecnológica, que permitiu a utilização de carros elétricos podendo usar bateria ou serem híbridos. As fontes alternativas de energia são exemplos de tecnologia avançada, embora muitas delas sejam singelas, mas são rentáveis.

A captação da luz solar como fonte de energia alternativa é expressiva e tem ganhado mercado, principalmente no Brasil, que é um país ensolarado de Norte a Sul. Este fato pode ser exemplificado, por exemplo, pelos eletrônicos que possuem carregadores USB à luz solar. Além de utilizar fonte de energia alternativa, seu design tem garantido ser utilizado também como peça decorativa.

Para chamar a atenção da importância do meio ambiente, produtos estão sendo feitos para aumentar a tendência de consumo desse tipo de produto, tais como: mouses de plásticos reciclados; cofrinhos que liberam energia apenas ao colocar moedas para que as crianças aprendam a importância da energia; notebooks feitos de bambu e celulares que viram flores.



Pesquise mais

Para compreender a importância das novas tecnologias, leia os seguintes artigos:

- "Novas tecnologias iluminam o debate ambiental". Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1027/noticias/novas-tecnologias-iluminam-o-debate-ambiental>>. Acesso em: 13 fev. 2016.
- "Desenvolvimento sustentável". Disponível em: <<http://www.novatecnologiaambiental.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

Em suma, as indústrias se adaptam cada dia mais à produção sustentável, com tendência a mitigar impactos ambientais, e essa intenção se reflete cada vez mais nas inovações tecnológicas. Esses exemplos quebram o paradigma de que a tecnologia sempre está ligada à poluição e são destacados por Souza e Costa:



Há sempre uma ideia, por muitas vezes absurda, de que tecnologia anda de mãos dadas com a poluição, degradação ambiental e desrespeito ao ecossistema. Essa era uma realidade dos séculos passados, e essa realidade vem mudando ao longo dos anos. Hoje é possível que haja o desenvolvimento tecnológico sem que para isso seja necessário destruir a natureza. A própria tecnologia se tornou uma forte aliada na preservação ambiental. Técnicas, desenvolvimento científico, evolução da legislação ambiental também são fortes aliados no casamento entre tecnologia e meio ambiente (SOUZA; COSTA, 2012).

Os citados autores, Souza e Costa (2012), afirmam que a era da pós-revolução industrial teve como consequência o aumento da expectativa de vida do cidadão, o que não trouxe boas perspectivas para o meio ambiente. Podemos conceber, a partir desse raciocínio, a visão antropocêntrica nascendo, em que os recursos naturais estão totalmente voltados à pessoa humana e somente a ela.

Os recursos naturais bióticos ou abióticos são utilizados pelas pessoas humanas para satisfazer suas necessidades econômicas e socioculturais e esses recursos podem ser renováveis, não renováveis ou inesgotáveis.

Os recursos renováveis são aqueles que se renovam quando usados de forma correta, dentre os exemplos, destacam-se: a água; a vegetação; os animais como nossas fontes de alimentos. Como contraponto, temos os não renováveis, que não se renovam mesmo manejados de forma correta e, além disso, demoram muito tempo para se formarem, tais como: o ouro, o petróleo, o ferro. Já os recursos inesgotáveis são aqueles que não se esgotam ou podem durar por um longo tempo. Dentre os exemplos, temos o vento e o sol.



Vocabulário

- Antropocentrismo: na visão antropocêntrica, o homem é o centro do universo e tudo é feito em razão dele.
- Fatores bióticos: são aqueles elementos oriundos de um ecossistema

que condicionam as populações que o formam, ou seja, a existência de uma espécie em número que assegure a alimentação da outra espécie que condiciona a sua saúde. Os fatores bióticos, também conhecidos como componentes bióticos, podem ser traduzidos como relações ecológicas a serem observadas num ecossistema com a predação, competição ou parasitismo. São eles, em ecologia: os produtores; macroconsumidores; microconsumidores.

- Fatores abióticos: são aqueles elementos oriundos de todas as influências que os seres vivos possam receber dentro de um ecossistema derivados de aspectos químicos, físicos ou físico-químicos do meio ambiente, como a luz, a temperatura, o vento, o PH, as substâncias inorgânicas, os compostos orgânicos, o regime climático, oxigênio, gases, umidade, solo e outros.

As pesquisas para as novas tecnologias – que levam em consideração necessariamente o meio ambiente – devem ter em mente os componentes bióticos e abióticos do ecossistema, assim como os recursos naturais que, mesmo sendo renováveis, poderão chegar ao esgotamento caso sejam utilizados em grande quantidade em uma pequena escala de tempo que não permita sua renovação. A tecnologia também está associada à prevenção científica de desastres ambientais ou riscos geológicos.

Estudos diversos destinam-se a sustentar ações de planejamento, prevenção e intervenção. A forma de atuação dos estudos, no sentido de verificação, busca de conhecimento para introdução de técnicas ou tecnologias, está na identificação, caracterização, quantificação de processos, tais como: movimentos de massa, inundação, erosão continental e costeira.

Além disso, podemos citar a identificação das causas naturais e antrópicas, os efeitos do uso e da ocupação do solo no desencadeamento de perigos, a cartografia de riscos, além dos indicadores geoambientais, a relação entre áreas degradadas e perigos geológicos e o subsídios para elaboração de legislação pertinente para a prevenção ambiental e utilização da tecnologia.

O estudo do clima também é de importância ímpar à prevenção dos impactos ao meio ambiente e compreender como estamos contribuindo para a sua instabilidade é fundamental.

A tecnologia está a serviço deste estudo (identificação, monitoramento), assim como provoca a instabilidade climática

(produção empresarial e práticas individuais que ofendem o meio ambiente).

A compreensão da questão do clima pede estudos centrados na interação do sistema ambiental, ou seja, a interação entre a atmosfera, a biosfera, a geosfera e a hidrosfera com o sistema humano, ou seja, a interação que inclui o sistema político, econômico, sociocultural e tecnológico.

Esses sistemas se encontram em dois pontos: nas práticas ou ações humanas que causam mudanças do meio ambiente de tal modo que alteram diretamente o sistema ecológico, e nas mudanças ambientais que alteram diretamente os aspectos que os seres humanos valorizam.

No estudo das tecnologias para gestão ambiental é importante considerar que os impactos ambientais não são atributos exclusivos da era industrial e tecnológica, pois, desde os primórdios, o homem passou a manusear e modificar a realidade ao longo da sua existência.

Contudo, é obvio que a magnitude das práticas que impactaram o meio ambiente em seu ecossistema variou ao longo do tempo. A princípio se verificou a produção de ferramentas com pedras para a sobrevivência humana pela caça e pesca. Com a fixação das pessoas e as técnicas da agricultura começando, além da extração dos minérios para a ferramentas e utensílios, pode-se dizer que se iniciaram os primeiros impactos.

A Revolução Industrial, que trouxe o adensamento demográfico, causou, com certeza, impacto mais expressivo ao meio ambiente.

Hoje em dia, chamamos de tecnologia verde ou tecnologia ambiental a aplicação para a proteção, preservação e conservação do meio ambiente de todas as ciências a fim de mitigar os impactos negativos promovidos pela pessoa humana. Importante considerar que estas tecnologias são uma nova frente do desenvolvimento sustentável ou desenvolvimento limpo, tendo sido amplamente trazida como condição e elemento de força à gestão ambiental empresarial.



Assimile

Na atualidade, levando em conta o histórico relatado, a tecnologia tem servido de suporte para averiguar os índices de poluição e impacto ambiental e, por isso, pode-se afirmar que a tecnologia tem convergido em favor do meio ambiente no sentido de prevenir os riscos de degradação e acidentes geológicos.

As tecnologias aplicadas ao meio ambiente servem de monitoramento, como o caso do monitoramento via satélite de eventos da natureza e, também, da emissão de gás para prevenção e diminuição do efeito estufa. Além disso, podemos citar ainda o monitoramento de espécies raras, para conhecimento de áreas inóspitas de acesso restrito, como a vida marinha em profundidade inacessível à pessoa humana.

Pode-se afirmar que a tecnologia é, hoje, ferramenta de gestão ambiental provocando a interface do conhecimento pela necessária interação das áreas, como a biologia marinha e os equipamentos a serem produzidos para viabilização do seu estudo, envolvendo com isso a engenharia.



Refleta

A tecnologia de nossos dias representa uma evolução para o meio ambiente? Pense em exemplos da tecnologia em favor e em desfavor do meio ambiente. Podemos dizer que a tecnologia e o meio ambiente são aliados?



Pesquise mais

Você pode conhecer um pouco mais sobre tecnologia e sustentabilidade, lendo "Avanços em tecnologia garantem maior sustentabilidade ambiental no Ministério Público do Estado do Pernambuco – MPPE". Disponível em: <<http://mp-pe.jusbrasil.com.br/noticias/2138584/avancos-em-tecnologia-garantem-maior-sustentabilidade-ambiental-no-mppe>>. Acesso em: 25 out. 2015.

Sem medo de errar

Nesta seção, você estudou que a tecnologia para gestão ambiental é uma forte aliada à prevenção de impactos ambientais, conservação do meio ambiente e, portanto, deve ser um compromisso empresarial.

A tecnologia em nossos dias não representa mais somente a degradação ambiental por promover a poluição, pois, para ser colocada em prática na fabricação de produtos, deve-se manter, para ser aprovada, inclusive, como mitigadora dos danos ambientais, ou seja, qualquer intervenção atinge o meio ambiente, mas a tecnologia deve diminuir essa possibilidade ao máximo para atender às exigências do mercado consumidor.

Há, contudo, o outro lado, a tecnologia em favor do meio ambiente

representada pelos maquinários eletrônicos, digitais e outros, que servem para diagnosticar e monitorar as práticas ambientais. Além da prevenção ambiental, esse tipo de tecnologia serve para prevenir riscos, como identificar a extensão de danos em práticas de grande porte, como é o caso de construções de represas para produção de energia, por exemplo.

E já que tocamos nesse assunto que tal retomarmos a nossa situação-problema, representada pelo caso de Arnaldo, de Santa Cruz da Serra, e da construtora da represa “Guimarães S/A”? Arnaldo, apoiado pela ONG “Viva Piracema”, encontrou colaboradores, dentre eles geólogos, geógrafos e ecólogos, que por meio da tecnologia simularam a implantação da represa e numa análise prévia obtiveram dados alarmantes sobre o comprometimento ambiental.

Isso denota que a “Guimarães S/A” não tem qualquer compromisso com a sua função social. A empresa utiliza-se da tecnologia somente em prol do seu objetivo que é, no caso, a construção da represa. Para este fim, uma empresa de tal porte poderia utilizar a tecnologia também para garantir a todos total segurança ambiental e tornar público tal ato, pois a energia é extremamente importante, contudo, a segurança ambiental se sobrepõe.

Hoje, é certo que a tecnologia e o seu avanço representam uma aliança com o meio ambiente pelo diagnóstico e monitoramento que as ferramentas tecnológicas são capazes de proporcionar. Pelos argumentos da “Guimarães S/A” desde o início e pela investigação encabeçada pela ONG “Viva Piracema” em apoio a Arnaldo, verifica-se que essa empresa não se utilizou da tecnologia para gestão do empreendimento em benefício do meio ambiente, demonstrando uma conduta totalmente antiética.



Atenção

A tecnologia deve integrar o sistema de administração empresarial às práticas e aos métodos para que aja a redução do impacto ao meio ambiente pelas atividades empresariais desenvolvidas, determinando o que chamamos de gestão ambiental.



Lembre-se

A gestão ambiental objetiva mitigar impactos ambientais das atividades empresariais e buscar a contínua melhoria da qualidade ambiental de seus produtos, extensiva aos serviços e ambiente laboral.

Avançando na prática

Pratique mais

Instrução

Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e as compare com as de seus colegas.

"A tecnologia em favor e em desfavor dos recursos naturais"

1. Competência de fundamentos de área	Conhecer as políticas socioambientais e refletir acerca da responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável.
2. Objetivos de aprendizagem	Discutir as questões sociais e éticas relacionadas às Políticas Públicas, movimentos e meio ambiente.
3. Conteúdos relacionados	Políticas Públicas. Sociedade. Meio Ambiente. Instrumentos das Políticas Públicas. Tecnologia em Gestão Ambiental.
4. Descrição da SP	Assim como a ONG "Viva Piracema", que para ajudar a cidade e apoiar Arnaldo utilizou-se de colaboradores ligados à tecnologia em favor do meio ambiente para simular a implantação da represa a fim de observar os dados e os possíveis resultados tecnicamente comprovados, se você apoia as reivindicações de Arnaldo, sugerimos que faça uma pesquisa (jornais, revistas, internet) sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte e aponte três práticas em que a tecnologia estava sendo usada em benefício do meio ambiente e três práticas contrárias a ele e formule as suas próprias conclusões quanto a essa usina.
5. Resolução da SP	A resolução da situação apresentada está no conhecimento prévio e conceitual sobre o desenvolvimento sustentável e as práticas favoráveis e desfavoráveis da tecnologia, inclusive como elemento de gestão empresarial.



Lembre-se

Lembre-se de que a gestão ambiental utiliza-se da tecnologia e que a magnitude das práticas é que impactam o meio ambiente em seu ecossistema. Não podemos esquecer outro impacto que é representado pela mudança cultural e pela possível extinção da cultura porque, queira ou não, a pessoa humana também faz parte da natureza.



Faça você mesmo

Assim como o etanol, que é um recurso para substituir a gasolina (recurso natural esgotável), há outras descobertas que vieram para melhorar a nossa vida e substituir outras que são esgotáveis. Pesquise outros três que tenham esse mesmo sentido e que demonstrem que a tecnologia pode estar a favor do ambiente.

Pesquise na internet, em jornais, revistas outros casos sobre a tecnologia em benefício do meio ambiente.

Faça valer a pena

1. Os recursos naturais podem ser bióticos e abióticos. Numa visão antropocêntrica, o homem está no centro do universo e tudo é feito em razão dele e, assim sendo, as pesquisas para as novas tecnologias, que levam em consideração necessariamente o meio ambiente, devem verificar os recursos naturais, sejam eles renováveis, não renováveis ou inesgotáveis.

Assinale a alternativa correta que corresponde ao conceito de fatores ou componentes bióticos:

a) São os fatores ecológicos a serem observados num ecossistema, contrários à predação, competição ou parasitismo.

b) São os fatores que libertam as populações que o formam, ou seja, a inexistência de uma espécie em número que assegure a alimentação da outra espécie que condiciona a sua saúde.

c) São traduzidos como relações ecológicas a serem observadas num ecossistema com a predação, competição ou parasitismo. São eles, em ecologia: os produtores; macroconsumidores; microconsumidores.

d) São traduzidos como relações ecológicas a serem observadas num ecossistema com a predação, competição ou parasitismo.

e) São traduzidos como relações ecológicas a serem complementadas num ecossistema com a predação, competição ou parasitismo. São eles, em ecologia: o sol, a água e o fluxo de energia.

2. A política socioambiental e a gestão corporativa consideram as políticas públicas; o ecomarxismo e ecossocialismo, os indicadores de sustentabilidade e as tecnologias como gestão ambiental.

Neste sentido, assinale a alternativa correta que corresponde ao conceito de gestão ambiental:

a) Constitui-se das estratégias para os negócios sustentáveis, tornando-o um diferencial no mercado por trazer um público diverso e, para fomentar esse interesse em produtos oriundos da prática sustentável, a educação ambiental é a sua principal aliada.

b) Trata-se das práticas negociais voltadas ao mercado consumidor de produtos livres da intervenção humana, tais como os livres de agrotóxicos.

c) Traduz-se como avanços da tecnologia nos projetos de fabricação.

d) Faz-se pelas estratégias negociais voltadas totalmente ao mercado consumidor.

e) É aquele que proporciona o desenvolvimento da produção de acordo com os interesses de mercado.

3. As novas tecnologias têm exigido muito mais de seus inventores e, quanto mais “sustentáveis”, mais aceitas no mercado. Um exemplo é o desenvolvimento da chamada “linha branca” de eletrodomésticos, cuja tecnologia garante menos consumo de energia e é um grande avanço para o meio ambiente e que, aliada aos benefícios tributários, faz com os eletrodomésticos antigos (que gastam expressiva energia) sejam trocados por esses que trazem benefício ao meio ambiente pelo menor consumo de energia.

Neste sentido é correto afirmar que:

- a) A substituição tecnológica não tem gerado “lixo” que leva à reciclagem ou em todo ou em parte.
- b) A substituição das lâmpadas tradicionais por lâmpadas de Led ou “frias” é outro exemplo do quanto é difícil a economia de energia, pois, apesar de ser uma das novas tecnologias, não gera a economia esperada.
- c) A tecnologia tem proporcionado o desenvolvimento e a produção de produtos com maior durabilidade, que gerem economia, que sejam menos poluentes e que sejam recicláveis.
- d) A utilização de alumínio e vidros recicláveis e a eliminação de substâncias tóxicas nos produtos da Apple ocorreram espontaneamente pela empresa, que sempre se preocupou com o meio ambiente.
- e) A indústria têxtil, por meio da empresa dinamarquesa Novozymes, com empresa no Brasil, não introduziu tecnologia a favor do meio ambiente e a sua produção por meio de maquinário, mesmo sendo adaptado, continuou a gerar resíduos poluentes.

Referências

- APPIO, Eduardo. **Controle judicial das políticas públicas no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2005.
- BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- BOSSSEL, Hartmut. **Indicators for sustainable development: theory, method, applications**. A report to the Ballaton group. Canadá: International Institute for Sustainable Development (IISD), 1999.
- BUSCH, Susanna Erica; RIBEIRO, Helena. **Responsabilidade socioambiental empresarial: revisão da literatura sobre conceitos**. 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/33/64>>. Acesso em: 3 mar. 2016.
- DALY, H. Crescimento sustentável? Não, obrigado. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, Unicamp, v. 7, n. 2, 2004.
- ETHOS. Compêndio para a sustentabilidade. Ferramentas de gestão de responsabilidade socioambiental. **Brasil – Indicadores ETHOS**. Disponível em: <<http://www.institutoatkwvh.org.br/compendio/?q=node/69>>. Acesso em: 13 jan. 2015.
- ETHOS. **Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis**. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Indicadores-Ethos-20131.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2015.
- FERRARI, Bruno. Novas tecnologias iluminam o debate ambiental. **Revista Exame**, out. 2008. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1027/noticias/novas-tecnologias-iluminam-o-debate-ambiental>>. Acesso em: 13 fev. 2016.
- GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita – O futuro da política radical**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- HARDI, P; ZDAN, T. J. **The dashboard of sustainability**. Draft paper. IISD. 2000.
- LÖWY, Michael. **Ecosocialismo e planejamento democrático**. Fundação Lauro Campos, 2008. Disponível em: <<http://laurocampos.org.br/2008/03/ecosocialismo-e-planeamento-democratico/>>. Acesso em: 3 mar. 2016.
- MALHEIROS, Tadeu Fabricio; PHILIPPI JR., Arlindo; COUTINHO, Sonia Maria Viggiani. Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro. **Saúde Soc.**, v. 17, n. 1, p. 7-20, jan./mar. 2008.
- MARCOVITCH, Jacques. **Certificação e sustentabilidade ambiental: uma análise crítica/ organização**. São Paulo, 2012. 148 p. Disponível em: <http://www.usp.br/mudarfuturo/cms/wp-content/uploads/Certifica%C3%A7%C3%A3o-e-Sustentabilidade-Ambiental-Trabalho-Final_261012.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2016.
- MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Editora Veneta, 2014.
- MEADOWS, D. Envisioning a sustainable world. In: COSTANZA, Robert; SEGURA, Olman;

MARTINEZ-ALIER, Juan (editors). **Getting down to Earth, practical applications of ecological economics**. Washington-DC: Island Press, 1996.

MEADOWS, D. et al. **The limits to growth**. Londres: Potomac, 1972.

MEADOWS, D. **Indicators and information systems for sustainable development: A report to the Ballaton Group**. Hartland, VT, USA: The Sustainability Institute, 1998.

MINISTÉRIO Público do Estado do Pernambuco. **Avanços em tecnologia garantem maior sustentabilidade ambiental no MPPE**. Disponível em: <<http://mp-pe.jusbrasil.com.br/noticias/2138584/avancos-em-tecnologia-garantem-maior-sustentabilidade-ambiental-no-mppe>>. Acesso em: 25 out. 2015.

MOLDAN, B.; BILLHARZ, S.; MATRAVERS, R. (editors). **Sustainability indicators: A report on the project on indicators of sustainable development**. Chichester: John Wiley and Sons, 1997.

NOVA Tecnologia Ambiental. **Desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<http://www.novatecnologiaambiental.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

PRESCOTT-ALLEN, R. **Assessing progress toward sustainability: the system assessment method illustrated by the Wellbeing of Nations**. Cambridge: IUCN, 1999.

SICHE, Raúl; AGOSTINHO, Feni; ORTEGA, Enrique. Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. **Ambient. Soc.** v. 10, n. 2, p. 137-148, jul./dez. 2007.

SOUZA, Alessandro Ribeiro de; COSTA, Orlene Silva da. **Tecnologia e meio ambiente**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Campus Inhumas, Goiás. 2012. Disponível em: <http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos/ifgo/tecnico_acucar_alcool/tecnologia_meio_ambiente.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2016.

TEIXEIRA, Evimael Alves; NOSSA, Valcemiro; FUNCHAL, Bruno. O índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e os impactos no endividamento e na percepção de risco. **Revista de Contabilidade Financeira**, São Paulo, v. 22, n. 55, p. 29-44, abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772011000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 3 mar. 2016.

WCED – World Commission On Environment And Development. **Our common future**. Oxford and New York: Oxford University Press, 1987.

ALTERNATIVAS SOCIOAMBIENTAIS

Convite ao estudo

Olá, aluno, tudo bem?

Chegamos à última unidade de ensino de nossa disciplina! Com base em tudo que você estudou até aqui, conseguiria me dizer quais são as alternativas socioambientais nos nossos dias atuais?

Pois é! Para continuar desenvolvendo suas competências de conhecer as políticas socioambientais e refletir acerca da responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável, nesta última unidade de ensino temos como objetivos conhecer as alternativas socioambientais, dentre elas: os negócios sociais; a economia solidária, colaborativa e criativa; os aspectos relevantes da educação ambiental; e a responsabilidade socioambiental e o consumo consciente.

Os temas ambientais correspondem à boa parte da agenda global pela importância, dimensão e gravidade que estão assumindo as questões voltadas ao meio ambiente. Constituem essas questões uma ameaça que pesa sobre o planeta e que deve ser administrada de modo rápido, eficaz e consciente. Daí a importância do estudo das Alternativas Socioambientais.

Para compreendermos melhor, se faz necessário conhecer o caso de Juca, que trabalha em uma empresa incubadora “Granja Piu”, na cidade de Águas Claras. Esta granja sofria com as perdas naturais, como as cascas de ovos quebradas, e Juca propôs que fizesse a coleta seletiva dessas perdas para produção de ração animal. Contudo, como o objeto social da empresa não tem nenhuma correspondência com a produção de ração animal, a empresa propôs que Juca as utilizasse em seu sítio.

A empresa viu nessa prática um ganho, porque não teria mais que se preocupar com esses resíduos e, por outro lado, Juca daria início a um pequeno negócio impulsionado por essa empresa que autorizou a seleção, a lavagem e a esterilização em suas dependências e, como contrapartida, Juca ficaria responsável em transformar o restante dos dejetos em adubo para utilização na área verde da própria empresa. O sítio de Juca, que antes apenas tinha uma modesta plantação de milho, passou a abrigar um agronegócio rentável que envolveu os locais, oportunizando trabalho e emprego aos interessados.

Pergunta-se: Podemos compreender essa prática como uma alternativa socioambiental? A associação da empresa à proposta de Juca deu origem a uma transformação ambiental? De que modo?

Seção 4.1

Negócios sociais

Diálogo aberto

A partir de agora iremos iniciar nossos estudos sobre os negócios sociais. Neste sentido, é importante tomar os conceitos estudados nas Unidades 1, 2 e 3 para aprimoramento tanto teórico quanto prático desta Unidade 4.

Importante considerar, para os negócios sociais, a quantidade de benefícios para o planeta; a transformação do conceito de riqueza, que se concentrava na ideia de posses e dinheiro e, hoje, leva em conta a “sustentabilidade” como elemento de riqueza; no conceito de empresa, que antes bastava dar lucro, pouco importando o sacrifício humano (trabalhador, por exemplo) e da natureza (meio ambiente como um todo), cuja concepção teve obrigatoriamente que mudar por conta das necessidades ambientais e de sobrevivência humana, além da importância de promover um desenvolvimento sustentável como uma questão de todos e, principalmente, daqueles que o exploram, e isso desde o pequeno agricultor em sua economia familiar até as grandes empresas.

Para melhor compreendermos, vamos retomar a nossa situação hipotética dessa unidade, que trata da proposta de Juca junto à “Granja Piu”, sobre as perdas naturais oriundas da sua atividade e a coleta seletiva para produção de ração animal.

Juca, portanto, passou a processar essas cascas de ovos e, após crescê-las ao milho também processado - sendo que o sítio de Juca já tinha essa cultura e o milho é um dos principais componentes da ração animal -, começou a produção da ração que, pela composição, se tornou apropriada para porcos. Como a produção era acima da esperada, Juca, com o lucro, passou a comprar porcos, a alimentá-los com essa ração e a vendê-los para corte.

A empresa “Granja Piu” começou a ter mais espaço e, com isso, passou a intensificar a sua produção e manteve o incentivo a Juca

na empresa por ele constituída para solução dos resíduos gerados. A empresa teve que investir no saneamento básico local e na qualidade da água, trazendo à comunidade, além de emprego, qualidade de vida.

Pergunta-se: A prática iniciada por Juca deu origem a um negócio social? Surgiu uma cadeia ambiental e negocial a partir de tal prática? Explique.

Não pode faltar

As alternativas socioambientais são decorrentes da dimensão da atenção e da análise que ganhou a preocupação com o meio ambiente diversos segmentos da sociedade, incluindo as classes sociais e grupos econômicos.

Por essa razão que as empresas têm aderido a negócios que se contrapõem ao tradicional, operando em benefício e para a satisfação das necessidades sociais, dando oportunidade para que elas funcionem de forma eficiente, a exemplo, que estudaremos melhor a seguir, da *Grameen Creative Lab*, criada por Yunus e Reitz, constituindo, pois, uma alternativa socioambiental.

Neste sentido, sobre as preocupações sociais e ambientais, Loureiro (2006, p. 11) ensina que:



As preocupações decorrem de um legítimo medo de sermos extintos e da reflexão sobre a possibilidade de manutenção da vida e do direito à vida, em um planeta em constante transformação e em profunda crise societária.

Essas preocupações deram origem aos conflitos experimentados nos últimos tempos, haja vista que os conflitos socioambientais são oriundos e inerentes à formação atual da sociedade. Para suprir as necessidades da sociedade, as alternativas socioambientais surgem, e começaremos pelos negócios sociais.

Os negócios sociais, ou negócio social, foi o termo utilizado pelo Professor Muhammad Yunus, vencedor do prêmio Nobel da Paz, o qual o definiu e o descreveu em seus livros. Preliminarmente, é importante saber qual é a distinção entre sociedade empresária e sociedade não empresária.

A sociedade empresária é a empresa que visa ao lucro, são as sociedades anônimas (S/A); as sociedades por quota de participação (Ltda.); as sociedades em comanditas (investidores anônimos); sociedades em nome coletivo (Companhia ou Cia.). Já a sociedade não empresária é a organização que não visa ao lucro, tal como as organizações não-governamentais, as Associações e as Fundações.

Existem, também, as Empresas Públicas, cujo capital é quase, na totalidade, público, como os Correios e as sociedades de economia mista, nas quais cinquenta por cento mais um pertencem ao Estado, e quarenta e nove por cento é privado, como é o exemplo da Petrobrás.

Após a distinção das sociedades, passemos, pois, a compreender negócio social.

Negócio social constitui-se numa sociedade empresária prospectada para atingir os seus objetivos sociais no mercado do seu segmento, sem perdas dos dividendos. Não se confunde com uma sociedade não empresária, ou seja, organização sem fins lucrativos, como uma ONG.



Refleta

Os negócios sociais pertencem à atividade-fim de uma empresa?
Os negócios sustentáveis representam a responsabilidade social e ambiental da empresa?

Podemos dizer que o negócio social é aquele que obtém um lucro modesto, que é usado para expandir o alcance da empresa, melhorando o produto ou serviço, subsidiando a sua missão social. Assim sendo, os negócios sociais são modelos que buscam desenvolver no mercado meios e soluções que contribuam para superar problemas consideráveis afetos tanto ao social quanto ao ambiental. Essa prática coloca o lucro de modo diverso aos empreendimentos tradicionais, pois o lucro nos negócios sociais não constitui o fim, sendo, pois, o fim o negócio em si que põe fim a problemas sociais e ambientais importantes.



Assimile

O negócio social tem por objetivo, como o próprio nome diz, o social, sem desprezar o lucro que comumente é modesto e pode compreender a solução de uma necessidade social ou, até mesmo, ambiental.

Conforme citado brevemente no início do texto, o exemplo desenvolvido por Yunus e Reitz é o *Grameen Creative Lab*, e traz os objetivos do negócio, que tem por finalidade superar a pobreza, dentre outras questões sociais de relevância. Yunus (2009) criou os princípios do negócio social, quais sejam: sustentabilidade econômica e financeira; os investidores devem receber de volta apenas a quantia investida, nenhum dividendo é dado além dessa quantia; devolvida a quantia investida; o lucro da empresa permanece nela pela expansão e melhoria; consciência ambiental; a mão de obra envolvida recebe remuneração de mercado com melhoria das condições de trabalho; e realizar com alegria.

Os negócios sociais atraem os investidores. Na maioria das vezes, o perfil que mais se identifica com esse estilo de negócio é o do investidor de risco, que sempre busca novidades no mercado e, hoje em dia, em negócios que não gerem impactos sociais e ambientais, a não ser que sejam impactos em favor desses, ou seja, o *impact investors*.

Também, se atraem pelos negócios sociais os investidores filantrópicos, que têm em mente a doação com princípio, e não o lucro, e comumente reinvestem o seu lucro na expansão desse negócio social.

A Artemisia, a Rede de Empreendedores da Ashoka, o Grameen Bank, o Fourth Sector, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) são precursores e os principais incentivadores dos negócios sociais.

Também chamados de negócios inclusivos, é importante considerar que os negócios sociais possuem estratégias de negócios para melhorar a qualidade de vida, principalmente, das pessoas desfavorecidas economicamente e em favor do meio ambiente. Para isso, incluir as pessoas de baixa renda, além das marginalizadas, na cadeia produtiva do negócio, é substancialmente importante para os negócios sociais.

O negócio social leva ao **empreendedorismo social** e nos remete, também, ao estudo do **investimento de impacto**.

O **empreendedorismo social** trata-se de um negócio social que

vai de encontro à satisfação das necessidades sociais, conforme a *Grameen Creative Lab* (2016): “Ao contrário do negócio tradicional, um negócio social, opera em benefício da satisfação das necessidades sociais que permitem que a sociedade funcionar de forma mais eficiente.”¹

O empreendedorismo social tem como objeto de atuação o negócio social e traz uma nova perspectiva remodelando o capitalismo, que passa a focar as necessidades primordiais da humanidade e é por essa razão que a ideia dos negócios sociais do Prof. Yunus reforça o não esforço à maximização dos lucros, mas as necessidades prementes da humanidade. Importante frisar que o empreendedorismo social é um negócio que gera lucro e, simultaneamente, traz benefícios de várias ordens à sociedade.

Conforme já citado, as empresas baseadas no empreendedorismo social são aquelas que não se confundem com as ONGs e suas práticas estão voltadas às prontas soluções dos problemas sociais.



Pesquise mais

Você pode conhecer um pouco mais sobre lendo sobre a *Grameen Creative Lab*. Disponível em: <<http://www.grameencreativelab.com/our-company/vision-2015.html>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

Assim sendo, a sua lógica é integrada no mercado de modo diverso dos setores econômicos, oferecendo serviços e produtos de qualidade à população excluída do mercado tradicional, e tem como proposta, também, a erradicação da pobreza e a mitigação (diminuição) das desigualdades sociais, além da preservação do meio ambiente.

Esse tipo de negócio tem um **impacto social** profundo e temos como exemplo, no Brasil, o projeto denominado “Pacto da Águas”, que tem por missão conservar a floresta e gerar renda pelas estratégias econômicas desenvolvidas para manter a floresta e manter a cultura popular.

Esse projeto faz parte do programa socioambiental da Petrobras no sudeste de Rondônia e no nordeste do Mato Grosso. O negócio

¹Disponível em: <<https://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=http://www.grameencreativelab.com/&prev=search>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

social desse projeto se firma no manejo sustentável da castanha e do látex, envolvendo os nativos da região nas atividades, gerando renda para comunidade local.



Pesquise mais

O "Projeto Pacto das Águas" estimula a conservação da floresta a partir da geração de renda. Você pode ler mais em:

- Disponível em: <<http://www.cenariomt.com.br/noticia/397040/projeto-pacto-das-aguas-estimula-conservacao-da-floresta-a-partir-da-geracao-de-renda.html>>. (Acesso em: 4 fev. 2016)
- Disponível em: <<http://ruralcentro.uol.com.br/noticias/projeto-pacto-das-aguas-e-certificado-como-tecnologia-social-81250>>. (Acesso em: 4 fev. 2016)

O negócio social gera um impacto social importante e, pela sua importância e rentabilidade, tem se estendido pelo país, e sua estratégia está na valoração da sustentabilidade. Ele leva ao chamado investimento de impacto, que se refere ao investimento feito em sociedades empresárias, organizações ou fundos, objetivando gerar impacto tanto social quanto ambiental mensurável com retorno financeiro.

Os investimentos de impacto buscam resultados socioambientais com retorno financeiro, cuja abrangência vai além da atividade específica socioambiental contemplando projetos empresariais com resultado econômico com impacto positivo quantitativo.



Exemplificando

Em nossa SP, vimos a proposta de Juca junto à "Granja Piu", na cidade de Águas Claras, sobre as perdas naturais oriundas da sua atividade e a coleta seletiva para produção de ração animal, conforme proposto por Juca. A empresa incentivou o negócio social e ambiental dando origem à ração animal e à criação de animal que dessa ração vive, ocasionando lucro modesto às duas atividades conexas. Neste caso, o investimento narrado gera resultado socioambiental e o retorno financeira considerável.



Faça você mesmo

Ainda pensando em nossa SP, responda: Os negócios sociais de investimento de impacto contemplam projetos empresariais com resultado econômico? Que impacto produz?

Sem medo de errar

Nesta seção, você estudou os negócios sociais, os quais geram um impacto social importante e, pela sua importância e rentabilidade, têm se estendido pelo país e sua estratégia está na valoração da sustentabilidade. Os negócios sociais também são chamados de empreendedorismo social, que leva ao chamado investimento de impacto.

O impacto de investimento se refere ao investimento feito em sociedade empresária, organizações ou fundos, objetivando gerar impacto tanto social quanto ambiental mensurável, com retorno financeiro, com resultados socioambientais com retorno financeiro, cuja abrangência vai da atividade específica socioambiental, contemplando projetos empresariais com resultado econômico com impacto positivo quantitativo.

Retornando à nossa SP, vimos a iniciativa do empregado (Juca) frente ao problema (resíduos e dejetos) da empresa ("Granja Piu") na cidade de Águas Claras, cuidando da questão ambiental da empresa. Sua iniciativa deu origem a um negócio ou empreendimento social de impacto ambiental, pois Juca, com o apoio da "Granja Piu", tratou de uma iniciativa em que os resíduos de uma empresa passaram a ser atividade-fim de outra, ou seja, os resíduos da "Granja Piu", por iniciativa de Juca que lá trabalha, deu origem a um negócio socioambiental que livrou a cidade de Águas Claras da poluição ambiental.

Podemos dizer que os municípios foram demasiadamente beneficiados, pois, pela iniciativa, a sociedade se livrou da possibilidade, inclusive, de poluição do solo com os resíduos e o seu recolhimento, seleção levou à utilização em cadeia desse recurso, com o qual todos se beneficiaram, caracterizando-se o incentivo ao negócio de Juca pela "Granja Piu" um negócio social e ambiental.

Ademais, por se tratar de uma prática de negócio social, estamos diante de uma alternativa socioambiental, cuja associação da empresa à proposta de Juca promoveu uma transformação ambiental de importância, pois deu destino a um tipo de resíduo sólido da empresa "Granja Piu" que até então não tinha.



Atenção

Os negócios sociais ou empreendedorismo social promovem o equilíbrio social por meio de iniciativas ou práticas que vão de encontro a tudo aquilo que beneficia o ser humano.



Lembre-se

Os negócios sociais ou empreendedorismo social levam ao chamado investimento de impacto e refere-se a investimento feito em sociedade empresárias, organizações ou fundos, objetivando gerar impacto tanto social quanto ambiental mensurável com retorno financeiro.

Avançando na prática

Pratique mais!

Instrução

Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e as compare com as de seus colegas.

"Negócios Sociais como Alternativa Socioambiental"

1. Competência de fundamento de área	Conhecer as políticas socioambientais e refletir acerca da responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável.
2. Objetivos de aprendizagem	Discutir as questões sociais e éticas relacionadas aos Negócios Sociais como Alternativa Socioambiental
3. Conteúdos relacionados	Negócios Sociais. Alternativa Socioambiental. Sociedade. Meio Ambiente.
4. Descrição da SP	Em nossa SP, vimos que a iniciativa do empregado (Juca) frente ao problema (resíduos e dejetos) da empresa ("Granja Piu"), na cidade de Águas Claras, deu origem a um negócio ou empreendimento social de impacto ambiental importante. Como futuro empreendedor, a fim de compreender isto, faça um levantamento buscando informações em matérias jornalísticas no Brasil e no mundo sobre eventos da natureza da nossa SP, que tratem de iniciativas que deram origem a negócios sociais, lembrando que não se confundem com ONGs. Aponte ao menos três eventos neste sentido, explicando-os. Do mesmo modo, identifique a contribuição desses negócios à sociedade a ao meio ambiente.
5. Resolução da SP	A resolução da situação apresentada está no conhecimento prévio e conceitual, negócios sociais, empreendimento social e impacto ambiental.



Lembre-se

Os negócios sociais ou empreendedorismo social levam ao chamado investimento de impacto e referem-se ao investimento feito em sociedades empresárias, organizações ou fundos, objetivando gerar impacto tanto social quanto ambiental mensurável com retorno financeiro.



Faça você mesmo

Os negócios sociais constituem-se na solução dos desafios ambientais?

Pesquise na internet, jornais, revistas e outros sobre negócios, empreendedorismo e impacto social e ambiental na atualidade.

Faça valer a pena

1. O mundo todo tem sofrido demasiadamente com as questões relativas ao meio ambiente porque na época do inverno, que é, por natureza, rigoroso, tem os seus lagos congelados e as pessoas sofrem pela falta de mobilidade, principalmente os mais velhos.

Assinale a alternativa que relaciona o trecho acima com as alternativas socioambientais:

a) A busca pela qualidade de vida no mundo tem levado os países a traçarem caminhos alternativos para mitigar (diminuir) a degradação ambiental e a interação da pessoa humana com o meio ambiente.

b) Regiões frias estão transferindo os mais velhos para os países da Europa ocidental como alternativa socioambiental.

c) Muito embora haja a questão ambiental relacionada ao inverno rigoroso, a Finlândia já encontrou nos negócios sociais a solução para a melhor qualidade de vida da população.

d) Mesmo diante de tanto impacto social e ambiental, os países frios não se preocupam com alternativas socioambientais.

e) A Finlândia é uma exceção à regra, pois toda a Europa já resolveu a questão, dando ao seu povo conforto e segurança.

2. O mundo despertou sobre a importância do meio ambiente, tendo em vista a exploração equivocada dos recursos naturais pelo descontrole humano em face da natureza. Por isso, o mundo se une a fim de obter formas que venham ao menos colocar um freio na degradação, procurando alternativas socioambientais.

Assinale a alternativa que diz respeito às alternativas socioambientais nos nossos dias atuais:

a) Somente a economia participativa e a educação ambiental.

b) A economia solidária, colaborativa e criativa; a educação ambiental. a responsabilidade socioambiental e o consumo consciente.

c) Somente a responsabilidade social e sustentabilidade.

- d) Somente a educação ambiental e a economia criativa.
- e) Somente a responsabilidade socioambiental e o consumo consciente.

3. No que se refere à gestão ambiental, alternativas como a _____ têm sido utilizadas com certo êxito porque traz solução _____ aos conflitos, com a urgência que pede o meio ambiente. Os temas ambientais correspondem a boa parte da agenda _____ pela importância, dimensão e _____ que estão assumindo as questões voltadas à _____. Constituem essas questões, uma ameaça que pesa sobre o _____ e que deve ser administrada de modo rápido, eficaz e consciente.

Assinale a alternativa correta que corresponde ao preenchimento das lacunas:

- a) Mediação, imediata, local, gravidade, meio ambiente, planeta.
- b) Prevenção, a longo prazo, local, gravidade, meio ambiente, planeta.
- c) Prevenção, imediata, local, gravidade, meio ambiente, mundo.
- d) Mediação, imediata, global, gravidade, meio ambiente, planeta.
- e) Mediação, a longo prazo, local, gravidade, meio ambiente, planeta.

Seção 4.2

Economia solidária, colaborativa e criativa

Diálogo aberto

A partir de agora iremos iniciar nossos estudos sobre Economia Solidária, Colaborativa e Criativa, que dentre as alternativas socioambientais, além dos negócios sociais, se destacam.

A economia solidária se define, segundo Paul Singer (2008), como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. A economia colaborativa é aquela que se define pelo estímulo ao consumo compartilhado, em colaboração. Já a economia criativa, por sua vez, se define como aquela que agrega valor à criatividade e à conectividade das áreas, ou melhor, trata-se de um conjunto de atividades exercido com imaginação e criatividade, da qual se extrai valor econômico.

Lembre-se: o desenvolvimento sustentável se dá com base no trinômio economia-sociedade-meio ambiente estudado na Unidade 1, Seção 2. Por essa razão é importante complementarmos nosso estudo com as alternativas socioambientais da economia em suas modalidades.

Para melhor compreendermos, vamos retomar a nossa situação hipotética, que trata da proposta de Juca junto à “Granja Piu”, na cidade de Águas Claras. Devido às perdas naturais oriundas da sua atividade, Juca propôs a coleta seletiva para produção de ração animal. Apoiado pela empresa, começou a coleta seletiva e passou a processar as cascas de ovos que, processadas junto ao milho, que já produzia, obteve a ração animal.

Como Situação-Problema desta seção, veremos que, com a produção acima da esperada, passou a ter, além da cultura de milho, a criação de porcos. Com o crescimento do seu agronegócio, se viu obrigado a contar com os vizinhos do sítio que, unidos, montaram uma cooperativa para gerir os negócios que passaram a pedir uma melhor gestão. Um dos vizinhos, agora cooperado, ligado à tecnologia, propôs

a automação dos bebedouros e comedouros e a climatização aos porcos confinados.

Para garantir a devida qualidade do produto e garantir o investimento para adequação da área, a fim de que haja a aplicação da tecnologia, as adequações serão realizadas pelos dois outros vizinhos Chico e Luiz, que são ligados à construção civil. Em troca, eles terão direito à retirada de água que abundantemente brota nas terras de Juca, cuja viabilização também se opera pelos vizinhos que melhoraram também a forma de coleta dessa água. Essa circunstância representada pelo agronegócio de Juca e todas as iniciativas exposta nesta SP deram origem a que tipo de economia?

Não pode faltar

No que se refere à economia solidária, é importante considerar que se trata de modelo específico de organização das atividades econômicas, caracterizada pela autogestão.

E o que é autogestão?

A autogestão é a administração pelos seus participantes num regime de democracia no qual não há a figura do patrão. Neste modelo, os empregados participam das decisões administrativas em igualdade de condições e, em geral, ele compreende o trabalhador como o proprietário da empresa que autogestiona e não se confunde com controle operário.

A **economia solidária** é defendida como estratégia para promover a igualdade social e garantir o pleno emprego, e esta é a compreensão de Singer (1997).

Vejamos:



A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias que aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização de produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria ou coletivamente. (SINGER, 1997, p. 13)

Outro autor de importância para a economia solidária é Mance (1999), que acrescenta ao conceito “geração-trabalho”, ou seja, a colaboração como uma ação solidária, objetivando a construção de uma sociedade pós-capitalista que garanta o convívio harmônico entre as pessoas.

Segundo Gaiger (2003), a economia solidária reconcilia o trabalhador com os meios de produção pela experiência profissional firmada na dignidade e na equidade, e com as pessoas motivadas com a divisão dos benefícios definidos por todos que se tornam associados e atuam de forma solidária.

No contexto da economia solidária, os trabalhadores estão em foco por essa razão. Segundo Singer (2002), a finalidade básica não é maximizar o lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho.



Refleta

Na economia solidária, a pessoa humana está em primeiro lugar? Quem é a figura do trabalhador na economia solidária? Explique.

Ainda, encontramos o conceito intrinsecamente ligado à realização de um empreendimento solidário com desenvolvimento local.

Na visão de Gaiger, são características econômicas no contexto da produção capitalista: a separação dos trabalhadores dos meios de produção; a produção de mercadores com o único objetivo, o mercado; a transformação do trabalho em mercadoria (trabalhador assalariado); a retirada da “mais-valia” sobre o trabalho cedido ao detentor dos meios de produção por ser meio de ampliação incessante do valor investido na produção.



Lembre-se

A economia solidária é orientada pela sociologia, visando à utilidade pública, inibe a desigualdade.

Dentre os exemplos de economia solidária temos as cooperativas que se organizam no sistema de autogestão, pois a cooperativa, apesar da finalidade comercial de produção e venda, pois seu modelo de negócios promove a gestão participativa, democrática, autonomia e divisão dos lucros, além do comprometimento com a melhoria e o desenvolvimento regional, capacitação profissional de todos os participantes envolvidos em seu sistema e não gera vínculo empregatício.

A **economia colaborativa**, por sua vez, tem por lema compartilhar

e não acumular, dando origem ao consumo colaborativo. Este tipo de economia também é conhecido como consumo colaborativo ou economia compartilhada.

Consumo colaborativo é aquele que se faz pelo compartilhamento *peer-to-peer* (pessoa para pessoa), tais como: moradia; carros; alimentos; serviços; informações e tecnologia; dentre outros bens que possam ser compartilhados.

Esse novo conceito tem agregado valor porque gera um nível de retorno cada vez maior e a qualidade também. Isso que começou com as pessoas e foi incorporado pelas grandes empresas.

Como exemplo, temos o Citibank, que começou a patrocinar o compartilhamento de bicicletas em Nova Iorque, ação colaborativa também adotada no Brasil, em São Paulo e no Rio de Janeiro, prioritariamente pelo Itaú.



Assimile

A economia colaborativa, no mínimo, agrega valor com a prospecção da marca. E, no exemplo da bicicleta, os adeptos deste transporte, dá acesso à utilização das bicicletas, além da prospecção da marca.

Para muitos, é um conceito revolucionário, pois a economia colaborativa é a expressão da união de três elementos importantes na atualidade, quais sejam: social (pela densidade demográfica e, portanto, como o compartilhamento converge a favor do meio ambiente), além do estímulo ao senso de comunidade; econômico (representa a viabilidade financeira, tira a ostentação do foco como um valor e coloca no lugar a economia de recursos como meio inteligente de obter acesso e oportunidade consumo, evitando o excesso e a ociosidade dos recursos); e tecnológico (dispositivos e plataformas móveis que já temos acesso, redes sociais que viabilizam o contato e o compartilhamento, a colaboração).



Pesquise mais

Foi desenvolvido um guia de consumo colaborativo e economia compartilhada que você pode conhecer acessando: <<http://consumocolaborativo.cc/diretorio/>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

E também a Rede Colabora, na qual você pode “Trocar, Empréstimo, Doar, Colaborar e Compartilhar”, visite o site: <<http://redecolabore.com/>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

A imagem representa bem a cadeia que se forma ao exercer a economia colaborativa, veja:

Figura 4.1 | Rede de ideias formadoras da Economia Colaborativa



Fonte: <<http://www.istockphoto.com/br/vetor/pessoas-rede-l%C3%A2mpada-ilustra%C3%A7%C3%B5es-feitas-de-%C3%ADcones-gm474143974-65160133?st=c7839bd>>. Acesso em: 7 mar. 2016.

A **economia criativa** é a terceira alternativa socioambiental e por meio dela se obtém resultados formidáveis em favor do meio ambiente, assim como por meio da economia colaborativa e solidária.

Vamos entender a economia criativa a partir de sua história, que teve origem nas indústrias criativas, assim chamadas pelo então primeiro-ministro australiano, em 1994, em discurso proferido, cujo título: *Creative Nation*, que em português significa Nação Criativa. Neste momento, destacou-se a importância da globalização por meio das oportunidades dela decorrentes. Defendeu, ainda, as mídias digitais como forma de informar e subsidiar ricamente a criatividade além da forte e importante contribuição ao desenvolvimento do país

Nos anos de 1997, foi criada na Inglaterra a força tarefa multissetorial com a incumbência de analisar as tendências de mercado e as vantagens competitivas locais e, na mesma oportunidade, intensificou-se a parceria público-privado nas áreas de desenvolvimento, turismo, educação e relações exteriores.

Essa economia criativa possui características inovadoras e conceito próprio. Sua definição mais singela é a trazida pela "Criaticidade", que parte da indústria criativa para chegar à economia criativa.

No que se refere à indústria criativa, o Projeto Criaticidade (2016) diz: “Entendidas como um conjunto de setores econômicos específicos, cuja seleção é variável de acordo com a vocação da região ou país e potencialidade de geração de riqueza, trabalho, arrecadação tributária e divisas”.

E no que se refere à economia criativa, o mesmo projeto complementa que: “Além das indústrias criativas, o impacto de seus bens e serviços nos setores econômicos tradicionais (e.g. o impacto da moda sobre o têxtil ou o da arquitetura sobre a construção civil) e as conexões que estabelecem entre eles.”²

Nesse sentido, a economia criativa é representada pelo impacto de bens e serviços e o estabelecimento das conexões.

No exemplo dado, tomou-se a arquitetura e o impacto sobre a engenharia. A economia criativa reconhece esse impacto e estabelece a conexão, onde a união dessas áreas do exemplo (arquitetura e engenharia) gera além de qualidade um produto diferente, funcional e criativo.

As metrópoles vivem essas novidades. É muito comum, hoje, um museu contar com a tecnologia para orientar a visita, por exemplo, tornando-se mais atrativo.

John Howkins, em 2001, publicou a obra “A Economia Criativa”, cujo conteúdo versa sobre as atividades nas quais a criatividade e o capital intelectual (a autoria, a invenção) são matérias-primas para a criação, produção e, também, para a distribuição de bens e serviços, sejam públicos ou privados. Essa criatividade, aliada à economia dos recursos e troca dos abundantes, promoverá o desenvolvimento sustentável.



Faça você mesmo

Vimos em nossa SP o crescimento do agronegócio de Juca que agora está contando com uma cooperativa e a proposta de conexão entre a pecuária e tecnologia pela automação do comedouro e bebedouro dos animais para garantir qualidade.

Esse tipo de economia gerada pelas iniciativas pode gerar desenvolvimento sustentável à região? De que forma?

²Disponível em: <<http://www.criaticidades.com.br/economia-criativa/#sthash.Z0adPSe9.dpuf>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

Sem medo de errar

Nesta seção, você estudou que as economias solidária, colaborativa e criativa, assim como os negócios sociais, geram um impacto social importante e a sua prática tem sido de constância local e global. Além disso, levam ao senso de comunidade, à ideia de prevenção e desperdício e agregam valor ao criativo, ao novo, representando uma quebra de paradigma de impacto social, econômico e ambiental.

Retornando à nossa SP, vimos a iniciativa do empregado (Juca) frente ao problema (resíduos e dejetos) da empresa na cidade de Águas Claras, cuidando da questão ambiental. Assim sendo, pela coleta seletiva acrescida à cultura de milho preexistente no sítio de Juca, pela demanda com a produção acima da esperada, passou a ter, além da cultura de milho, a criação de porcos e, com o crescimento do seu agronegócio, criou com os vizinhos uma cooperativa que começou com a proposta de aplicação de tecnologia para a qualidade do produto, por meio da automação dos bebedouros e comedouros, bem como pela climatização da área de confinamento dos porcos. Sendo certo que a área para a aplicação da tecnologia deverá sofrer adequações, as quais serão realizadas pelos dois outros vizinhos ligados à construção civil em troca da retirada de água que abundantemente brota nas terras de Juca.

Essa circunstância representada pelo agronegócio de Juca e todas as iniciativas expostas mostram, pela constituição da cooperativa, o espírito de solidariedade, portanto, pelo narrado, estamos diante de um exemplo de economia solidária. A proposta de agregar a tecnologia ao agronegócio, com vistas à qualidade, é o exemplo de economia criativa. E a ação dos vizinhos Chico e Luiz, em face de Juca para a adequação local para implantação da tecnologia e troca pela recepção da água, representa a economia colaborativa, com a qual se percebe o equilíbrio entre o que é abundante e o que é escasso de ambos os lados.



Atenção

A distinção entre as economias (solidária, colaborativa e criativa) estudadas são substanciais e complementares e, por essa razão, uma não exclui a outra.



Lembre-se

As economias solidária, colaborativa e criativa promovem o desenvolvimento sustentável, o consumo consciente e valor que agrega, por essa razão tornam esse mundo melhor.

Avançando na prática

Pratique mais!

Instrução

Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e, depois, compare-as com as de seus colegas.

"As economias solidária, colaborativa e criativa como alternativa socioambiental"

1. Competência de fundamento de área	Conhecer as políticas socioambientais e refletir acerca da responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável.
2. Objetivos de aprendizagem	Discutir as questões sociais e éticas relacionadas as economias solidária, colaborativa e criativa como alternativa socioambiental
3. Conteúdos relacionados	Economia solidária. Economia Colaborativa. Economia Criativa. Alternativa Socioambiental. Sociedade. Meio Ambiente.
4. Descrição da SP	Imagine que você seja um investidor em um determinado segmento empresarial na sua cidade. Com o objetivo de compreender melhor a aplicação dos conceitos de economia colaborativa, criativa e solidária, faça um levantamento buscando informações das mais antigas empresas e busque o relato histórico delas. A partir desse relato, determine quais economias se verificam e quais das ações narradas as representam. Feito isso, pesquise qual é a visão que os munícipes têm dessa empresa, comparando-a com outras mais recentes do mesmo segmento. Qual é a perspectiva dos munícipes quanto a elas? Qual é a contribuição desses negócios à sociedade e ao meio ambiente?
5. Resolução da SP	A resolução da situação apresentada está no conhecimento prévio e conceitual das economias solidárias, colaborativas e criativa. Não deixe de verificar o quanto isso reflete na imagem da empresa.



Lembre-se

As economias solidária, colaborativa e criativa levam ao senso de comunidade, à ideia de prevenção e desperdício e agrega valor ao criativo, ao novo.



Faça você mesmo

As economias solidária, colaborativa e criativa colaboram para o desenvolvimento social e solução de eventual crise econômica? São medidas socioambientais? Pesquise na internet, jornais, revistas e outros sobre empresas que praticam as economias solidárias, colaborativas e criativa no Brasil e no exterior.

Faça valer a pena

1. A empresa Ideias&Pitangas se utiliza do capital intelectual como principal recurso produtivo porque entende que seja um conjunto de atividades nas quais as pessoas exercem sua imaginação e criatividade e conseguem extrair delas valor econômico. Assim como a Ideias&Pitangas, outros setores assim se desenvolvem, quais sejam: *Design*, *Moda*, *Cinema*, *Música*, *Tecnologia*. Trata-se de um diferencial competitivo aplicável a qualquer segmento.

Assinale a alternativa correta que corresponde ao conceito da empresa Ideias&Pitangas:

- a) Economia solidária.
- b) Economia colaborativa.
- c) Economia criativa.
- d) Consumo colaborativo.
- e) Economia compartilhada.

2. A Folha de São Paulo *online*, de 05/12/2015, publicou “Capitalismo dará lugar à economia colaborativa, prevê autor de *best-seller*” e dessa mesma matéria destacamos: “o dinamismo e a eficiência produtiva do sistema, somados à evolução das máquinas serão os responsáveis por seu colapso”. Este foi raciocínio do autor Jeremy Rifkin, em seu livro “Sociedade com Custo Marginal Zero”.

Assinale a alternativa correta que corresponde à interpretação do raciocínio do autor:

- a) O capitalismo dará lugar à economia colaborativa porque esta traz dinamismo e eficiência à vida das pessoas, e a tecnologia tem sido forte aliada para economia de tempo, recursos e dinheiro, por exemplo, as compras coletivas, que pela quantidade acabam por ter um valor menor.
- b) A economia colaborativa já tomou o espaço do capitalismo, que nunca admitiu a criatividade como capital.
- c) A economia colaborativa é uma ferramenta eficiente do capitalismo, sendo a cooperativa o seu exemplo, do qual os trabalhadores colaboram entre si e são valorizados pelo seu trabalho.
- d) A economia criativa substituirá o capitalismo porque o seu custo é zero.
- e) A economia criativa é uma estratégia de negócio que elimina de vez o capitalismo por este ser obsoleto.

3. O Projeto Consumo Consciente ABC, na grande São Paulo, organiza grupo de compra coletiva de produtos orgânicos no próprio ABC por meio do seu *blog*. O Muda SP, que se trata do Movimento Urbano de Agroecologia, faz o mapeamento de produtos orgânicos em São Paulo para compra. Apesar de terem o mesmo objeto “produtos orgânicos”, o primeiro organiza compra coletiva e o segundo promove o mapeamento para a compra individual.

Assinale a alternativa correta que corresponde à estratégia econômica desses dois grupos:

- a) O primeiro corresponde à economia solidária, e o segundo, à economia colaborativa.
- b) O primeiro corresponde à economia colaborativa, e a segundo, à economia solidária.
- c) Os dois grupos pertencem à economia solidária.
- d) Os dois grupos integram a economia colaborativa.
- e) Os dois grupos integram tanto a economia colaborativa quanto a economia criativa.

Seção 4.3

Aspectos relevantes da Educação Ambiental

Diálogo aberto

A partir de agora iremos iniciar nossos estudos sobre outra alternativa socioambiental, tendo em vista que já estudamos os negócios sociais e a economia solidária, colaborativa e criativa. Assim, teremos agora um outro desafio traduzido pelo estudo dos aspectos relevantes da educação ambiental.

Assim sendo, cumpre-nos indagar:

Do que se trata a Educação Ambiental? Quais são os seus aspectos relevantes?

Você verá, nesta seção, que a Educação Ambiental parte da reflexão das práticas socioambientais de prevenção e preservação a fim de garantir que o meio ambiente não seja degradado de tal modo que comprometa o planeta. Isso tendo em vista que não há fronteiras para delimitar o meio ambiente e a degradação a ele. Sendo certo que um ato praticado em qualquer parte do mundo afeta outro.

Para melhor compreendermos, vamos retomar a nossa situação hipotética, que trata da proposta de Juca, junto à "Granja Piu", na cidade de Águas Claras, sobre as perdas naturais oriundas da sua atividade e a solução encontrada por ele sobre a coleta seletiva para produção de ração animal. Apoiado pela empresa, Juca começou a coleta seletiva e passou a processar as cascas de ovos que, processadas com o milho que já produzia, obteve a ração animal.

Na SP da seção anterior, vimos que, com a produção acima da esperada, Juca passou a ter, além da cultura de milho, a criação de porcos e, com o crescimento do seu agronegócio, se viu obrigado a contar com os vizinhos do sítio, que unidos montaram uma cooperativa para gerir os negócios que passaram a pedir uma melhor gestão.

Nesta seção, veremos que esse modelo de gestão solidária fez com que Juca e os cooperados buscassem conhecer melhor a cadeia ambiental, para que além de obter lucro também possa manter o equilíbrio socioambiental e um convívio harmônico. Pela internet buscaram um curso *online* de gestão, o qual fora subsidiado pela cooperativa e para todos os cooperados. Essa medida é para que o crescimento do agronegócio de todos se realize com sustentabilidade. O primeiro curso eleito foi “Como fazer para aproveitar ao máximo água”. Posteriormente, outros cursos serão feitos pelo grupo.

Pergunta-se: Essa decisão tomada pelos cooperados para melhor aproveitamento e gestão do agronegócio está baseada na Educação Ambiental e isso levará o desenvolvimento sustentável do agronegócio iniciado por Juca? A educação ambiental nesse caso se representa pelo curso *online* realizado pelos cooperados? Os cooperados poderão implementar com técnicas novas o agronegócio?

Não pode faltar

A Educação Ambiental parte da reflexão das práticas socioambientais de prevenção de impactos ambientais e preservação dos recursos naturais a fim de garantir que o meio ambiente não seja degradado de tal modo que comprometa o planeta. Isso tendo em vista que não há fronteiras para delimitar o meio ambiente e a degradação a ele. Sendo certo, pois, que um ato praticado em qualquer parte do mundo pode vir a afetar o Polo Norte, por exemplo.

O efeito estufa encaixa-se perfeitamente a esse exemplo, tendo em vista que ele é agravado por atividades humanas relacionadas à queima de combustível fóssil, desmatamento, utilização de fertilizante, desperdício de alimentos que elevam o nível de gases na atmosfera, desestabilizando o equilíbrio natural e gerando, como consequência, o aquecimento global, que aumenta a temperatura do planeta, promovendo o degelo dos polos.

O processo de degelo nas regiões polares como consequência do aquecimento global também gera consequências, sendo essas regiões as mais afetadas pelo comprometimento de sua fauna e flora. Além disso, o próprio degelo agrava o aquecimento global, pois

também durante esse processo (degelo) ocorre a liberação de gases que prejudicam o meio ambiente. A Groelândia é a mais afetada e esse processo se intensificou em 2004.

Por essa razão, a mudança de conduta é necessária para desacelerar esse processo, contudo, é muito difícil se não compreendermos a importância dessa mudança. Acredita-se, pois, que a única forma é por meio do conhecimento que se dá pela Educação Ambiental. Assim sendo, a reflexão acerca das práticas sociais que ocasionam danos ambientais é um dos principais aspectos da Educação Ambiental.

O conhecimento científico do nosso planeta e a propagação dessas informações, em linguagem acessível, tornou-se vital à mudança de conduta e compreensão dos fenômenos da natureza e, portanto, o que a afeta. Neste sentido, fragmentar o saber não nos ajudará na compreensão do planeta em seus aspectos sensíveis.

A ciência e a mídia têm papel fundamental para promover o conhecimento desses aspectos científicos e a escola, hoje, contribui com a formação necessária que faltou aos já formados. Em ambos os casos ocorrerá a promoção da consciência ambiental de todos.

Neste sentido, importante compreender o conceito de educar ambientalmente, assim, vejamos: "Educar ambientalmente pressupõe investigar e refletir sobre as complexas relações socioambientais existentes e possíveis, à luz da realidade concreta e presente." (KINDEL; SILVA; SAMMARCO, 2009, p. 29)

Investigar e refletir são dois elementos importantes e transformadores e que faz que todos nós nos comprometamos com o conhecimento ambiental.

É importante considerar que a educação ambiental, dada a sua importância, foi objeto do encontro da União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN –, de 1948, e se efetiva na Conferência de Estocolmo, em 1972, com a ideia de inseri-la na agenda internacional de favor do meio ambiente, se consagrando no Programa Internacional de Educação Ambiental, em 1975, no qual se definiram princípios e orientações com vistas para as gerações futuras, Belgrado, então Iugoslávia.

Já em 1977, na Conferência Intergovernamental sobre Educação

Ambiental (Tbilisi, Geórgia, antiga URSS), em parceria com a Unesco, deu origem ao Programa de Meio Ambiente da ONU, o Pnuma, influenciando o Brasil nas definições dos objetivos, dos princípios e das estratégias para Educação Ambiental adotadas aqui e no mundo.

Em 1988, a Constituição Brasileira dispôs sobre o assunto no inciso VI, artigo 225, como Política Ambiental no Brasil, dispondo sobre a necessidade de promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a sua preservação. O meio ambiente na Constituição Brasileira também é objeto do capítulo destinado à Ordem Econômica.

Importante considerar que, antes da Lei, já ocorrera a institucionalização da Educação Ambiental no Brasil, que aconteceu com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA –, com vínculo com a Presidência da República.

Para atingir seus objetivos, a Educação Ambiental pode ser desenvolvida de diferentes formas e dividida, segundo a Lei nº 9.795/1999, seção III, em dois segmentos: formal e não formal (informal). O interesse em trabalhar as questões ecológicas acessíveis a toda a população, incluindo o público com necessidades especiais, nos remete a uma reflexão sobre sensibilização e um sentido mais íntimo de educação ambiental, surgindo, então, a vertente de Educação Ambiental inclusiva.

A Educação Ambiental com o aspecto formal, descrita no art. 9º, da Lei nº 9.795/1999, é focada nos estudos realizados nas instituições federais, estaduais ou municipais de ensino particulares ou privados da educação básica, superior, especial, profissional até de jovens e adultos. Já a Educação Ambiental não formal, segundo a mesma lei, é designada como “as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”. Ainda de acordo com a definição desta lei, a Educação Ambiental informal tem um aspecto de possibilitar a aprendizagem da sociedade no contexto aplicado da sua realidade e não fixada a um ambiente escolar, também a participação de empresas privadas e públicas em conjunto com as escolas, universidades e ONGs em programas ambientais, sensibilização da agricultura e da importância das UC (unidades de conservação) e incentivo ao ecoturismo.

As práticas pedagógicas da Educação Ambiental nos níveis de ensino proporcionam, às pessoas, possibilidades de consciência sobre a sua respectiva responsabilidade sobre o meio ambiente, favorecendo as boas práticas e influenciando o comportamento ambiental correto e a mudança de vida para contribuir coletivamente com as mudanças locais, regionais e globais, respeitando as peculiaridades culturais. É importante termos consciência de que participamos efetivamente para que o planeta esteja como está e devemos mudar este cenário; somos responsáveis por isto.

Neste sentido, Dias (2002, p. 68) nos aponta que:

O ser humano precisa modificar o quadro da insustentabilidade existente no planeta. Para tanto, será necessário descobrir um novo estilo de vida baseado em uma ética global, resgatar e criar novos valores e repensar e modificar os seus hábitos de consumo. Precisa-se viabilizar o desenvolvimento sustentável. A Educação Ambiental é o instrumento principal para processar essas transformações.

Tendo em vista essa ideia – compromisso humano como meio ambiente –, devemos considerar que a sustentabilidade é uma questão social relevante e que está efetivamente na mão de cada um de nós.



Assimile

"A questão ambiental é, talvez, uma das esferas da vida social que hoje mais reúne esperança e aposta na possibilidade de mudanças tanto em termos coletivos-sociais e até planetários quanto em termos de estilo de vida e de transformação na vida pessoal." (CARVALHO, 2004, p. 69).

A promoção da educação ambiental é um movimento de cidadania e tem um papel desafiador porque nos leva a obter novos conhecimentos e assumir novas condutas de preservação ambiental.



Refleta

A educação ambiental como um movimento de cidadania representa uma mudança no comportamento humano em face do meio ambiente? Por quê?

Neste sentido, é necessário indagar sobre a relação da Educação Ambiental com a cidadania e, para responder a esta questão, trazemos o pensamento de Jacobi, que indaga e responde:



[...] como se relaciona educação ambiental com a cidadania? Cidadania tem a ver com a identidade e o pertencimento a uma coletividade. A educação ambiental como formação e exercício de cidadania refere-se a uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada numa nova ética, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e os homens.” (JACOBI, 2003, p. 198³)

A ideia de pertencimento é muito importante, porque nos coloca como agentes integradores de uma comunidade. As políticas ambientais e os programas de educação ambiental estão sempre vinculados, primeiramente, à conscientização da crise ambiental, levando a novas perspectivas e à percepção das contradições e desigualdades oriundas da má conduta em face do meio ambiente.

Os conhecimentos científicos e tecnológicos passaram a ser vitais para todos, indo além da mera aplicação de seus conhecimentos, e para a Educação Ambiental devem estar voltados à transformação social pela conduta em favor de meio ambiente.

A Educação Ambiental, seja formal ou informal, tem que ser analítica, crítica e inovadora, e ser compreendida como um ato político que objetiva a transformação social, por essa razão que para muitos a compreensão da pessoa humana, da natureza e do universo deve partir do enfoque holístico, por serem finitos os recursos e todos de importância ímpar e por ser a pessoa o agente degradador do meio ambiente.

Dentre os aspectos relevantes da Educação Ambiental está o conteúdo contemplado para os estudos do meio ambiente, dos quais destacamos: a natureza e a sociedade; a evolução da vida no planeta e o surgimento do homem; a evolução cultural da pessoa; as revoluções científicas e a idade moderna; a Revolução Industrial e a natureza; as sociedades industriais e as sociedades pós-modernas: críticas ecológicas da sociedade; ambiente natural e a biodiversidade e sociodiversidade: biomas da terra e biomas brasileiros; meio

ambiente e cidadania; questões populacionais (densidade demográfica); meio ambiente urbano e rural; qualidade de vida; pegada ecológica sobre o planeta; cidadania ambiental; poluição; Hidrosfera; Aterros Sanitários; Sustentabilidade; e Reciclagem.

Dos itens citados sobre os conteúdos abordados nos estudos do meio ambiente, destacamos: biodiversidade e sociodiversidade: biomas da terra e biomas brasileiros; meio ambiente urbano e rural; e pegada ecológica sobre o planeta.

A **biodiversidade e sociodiversidade: biomas da terra e biomas brasileiros**. A **biodiversidade** constitui-se num conjunto de todas as espécies de seres vivos existentes na biosfera que são diferentes de região a região. A **sociodiversidade**, por sua vez, trata-se da posse de recursos, tais como a terra ou a habitação de acordo com as hierarquias próprias de valores ou prestígio sociais próprios, advindos de modelos de autoridade política diversos.

Os **biomas** são considerados comunidades biológicas em que diversos fatores, como clima, solo, vegetação e espécies animais, integram-se para manter o funcionamento em equilíbrio e por essa razão que no mundo cada região apresenta características ambientais diversas.

No **Brasil**, pelo seu território em sua extensão, se apresentam os biomas brasileiros, a vegetação, o clima e a biodiversidade que levam a tratamento diferenciado em cada um deles. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são eles: campos; caatinga; cerrado; floresta amazônica; mata atlântica; araucária; cocais; pantanal e áreas litorâneas.

O **meio ambiente urbano e rural** trata-se do meio ambiente artificial, ou seja, aquele criado pela pessoa humana que tem que respeitar as regras da natureza, e a intervenção nesses ambientes deve respeitar os recursos naturais. Exemplo: o plantio de determinada cultura e a criação de animais para abate. No primeiro caso, não pode afetar o solo e a água, e o segundo não pode levar a espécie à extinção e o consumo de água para este fim também deve ser observado e respeitado.

A **pegada ecológica sobre o planeta** trata-se de uma metodologia

de contábil ambiental que serve para avaliar o consumo das populações humanas sobre os recursos naturais que se expressa em hectares globais (GHA), permitindo comparar os diferentes padrões de consumo e a capacidade ecológica do mundo.

 **Pesquise mais**

Foi desenvolvida uma ferramenta chamada calculadora de pegada ecológica, que pode ser acessada pelo link disponível em: <<http://www.pegadaecologica.org.br/2015/index.php>> ou <www.oeco.org.br>.

Também, estão disponíveis pelos principais movimentos ambientais e ONGs, tal como a WWF: Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/>. Acesso em: 27 fev. 2016.

O GHA – Hectare Global – equivale ao hectare de produtividade média mundial para terra e água produtivas no ano, revelando a **biocapacidade**. Esta, por sua vez, é a capacidade do ecossistema em produzir recursos e absorver resíduos.

Em outras palavras, a pegada ecológica contabiliza os recursos naturais renováveis, tais como: carne, peixes, madeira, fibras, energia renovável, vegetação diante dos segmentos respectivamente, pastagem, pesca, floresta, área construída, energia, absorção de CO₂ e agricultura. Na figura 4.2, é possível observar um exemplo de cálculo de pegada ecológica:

Figura 4.2 | Exemplo de resultado do cálculo da pegada ecológica



Fonte: <<http://www.oeco.org.br/calculadora/23949-calculadora/>>. Acesso em: 27 fev. 2016



Faça você mesmo

Vimos em nossa SP o crescimento do agronegócio de Juca, que agora está contando com uma cooperativa e a proposta de conexão entre a pecuária e tecnologia pela automação do comedouro e bebedouro dos animais para garantir qualidade levaram, para melhorar o negócio, a curso online para aprender mais sobre meio ambiente e a aplicação de técnicas em favor deste.

Esses tipos de economia gerados pelas iniciativas podem gerar desenvolvimento sustentável a região e a Educação Ambiental são importantes para este fim? De que forma?



Exemplificando

Com referência ao abastecimento de água, a Sabesp, por exemplo, criou um Programa de Educação Ambiental – PEA –, que propõe o Planejamento e Gestão do Educação Ambiental na Sabesp, que consiste numa estrutura gerencial comum organizada em um procedimento empresarial, no qual constam orientações específicas sobre a responsabilidade, planejamento e gestão, metodologia, recursos, monitoramento e indicadores de educação ambiental. O objetivo é promover o processo de educação ambiental que visam à construção de valores sociais, habilidade e conhecimento, atitudes, competências, voltadas para a conservação do meio ambiente, o Programa de Educação Ambiental – PEA – Sabesp objetiva, também, a universalização do saneamento e a construção de uma sociedade sustentável. (Disponível em: <[http://www.sabesp.com.br/sabesp/filesmng.nsf/A342D13D20FBEDCF832576870046F7E8/\\$File/prog_educacao_ambiental.pdf](http://www.sabesp.com.br/sabesp/filesmng.nsf/A342D13D20FBEDCF832576870046F7E8/$File/prog_educacao_ambiental.pdf)>. Acesso em: 13 mar. 2016.

Sem medo de errar

Nesta seção, você estudou os aspectos relevantes da educação ambiental que, assim como os negócios sociais e as economias solidária, colaborativa e criativa, geram um impacto social importante e a sua prática tem sido considerada de importância ímpar para a consciência ambiental. A educação ambiental analítica, crítica e inovadora compreende um ato político, objetivando a transformação social que, pelo enfoque holístico, compreende a integração pessoa humana, natureza e universo.

Retornando à nossa SP, vimos que, com o crescimento do seu agronegócio, Juca se viu obrigado a contar com os vizinhos do sítio, que unidos montaram uma cooperativa para gerir os negócios que

passaram a pedir uma melhor gestão. Esse modelo de gestão solidária fez com que Juca e os cooperados buscassem conhecer melhor a cadeia ambiental, para que, além de obter lucro, também possa manter o equilíbrio socioambiental e um convívio harmônico.

Tendo em vista que a água é a questão do momento neste agronegócio e com a preocupação com a cadeia que se perfez, procurar educar-se ambientalmente foi uma das iniciativas prudentes e que resultará frutos benéficos a todos e ao meio ambiente. Portanto, a decisão tomada pelos cooperados resultará num melhor aproveitamento dos recursos e levará a uma gestão equilibrada, resultando num agronegócio sustentável. A Educação Ambiental leva conhecimento técnico e científico e deve ser realizada na linguagem em que todos possam entender.

O desenvolvimento sustentável do agronegócio de Juca tende a ter êxito com essa decisão de integrar a educação ambiental como recurso para prosperar. O curso online é o passo para a Educação Ambiental e é uma importante iniciativa de Juca e todos os cooperados participantes do curso poderão aprender novas técnicas para aplicá-las a fim de garantir o meio ambiente. No caso, eles iniciaram com a água, recurso finito de importância ímpar a todas as espécies, por isso, utilizá-la de modo consciente e consistente é certeza de sucesso ao empreendimento, representado pelo agronegócio iniciado por Juca.



Atenção

"A Educação Ambiental promove um comportamento dirigido a transformação superadora da realidade, tanto no aspecto natural quanto social, desenvolvendo no educando as habilidade e atitudes necessárias para a dita transformação." (Texto extraído da Conferência sub-regional de Educação Ambiental para a Educação Secundária de Chisica no Peru, em 1976. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>>. Acesso em: 28 fev. 2016)

Avançando na prática

Pratique mais!

Instrução

Desafiamos você a praticar o que aprendeu transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e as compare com as de seus colegas.

Continua

"A importância da promoção da Educação Ambiental pelas empresas"	
1. Competência de fundamento de área	Conhecer as políticas socioambientais e refletir acerca da responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável.
2. Objetivos de aprendizagem	Discutir as questões sociais e éticas relacionadas à Educação Ambiental.
3. Conteúdos relacionados	Alternativa Socioambiental. Sociedade. Meio Ambiente. Educação Ambiental.
4. Descrição da SP	Em nossa SP, o agronegócio de Juca ganhou novas perspectivas pela economia solidária e pela introdução de curso online para os cooperados a fim de utilizarem consciente e consistentemente a água, a fim de promover o desenvolvimento sustentável do agronegócio iniciado por Juca. Como empreendedor, a fim de compreender melhor o tema, faça um levantamento na sua região de empresas de grande e médio porte que propõem aos seus empregados a Educação Ambiental. Levante, ao menos, três propostas e avalie se elas levam em conta o objeto da empresa. Identifique se essas empresas têm agido de modo a propagar o conhecimento junto ao seu entorno, ou seja, à sociedade local.
5. Resolução da SP:	A resolução da situação apresentada está no conhecimento prévio dos aspectos relevantes da Educação Ambiental.



Lembre-se

A educação ambiental leva à mudança de pensamento sobre o capitalismo porque impõe a mudança da produção, incentiva a participação social como ação política, por isso, o diálogo entre patrão, empregado, fornecedor e prestador de serviço se faz necessário para ação conjunta em favor do meio ambiente. Neste sentido: "A Educação Ambiental está apoiada em uma teoria crítica que exponha com vigor as contradições que estão na raiz do modo de produção capitalista, deve incentivar a participação social na forma de uma ação política. Como tal, ela deve ser aberta ao diálogo e ao embate, visando à explicitação das contradições teórico-práticas subjacentes a projetos societários que estão permanentemente em disputa." (TREIN, E. Salto para o Futuro. 2008. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>>. Acesso em: 28 fev. 2016).



Faça você mesmo

A Educação Ambiental é a saída para o desenvolvimento sustentável empresarial? Por que é uma alternativa socioambiental?

Pesquise na internet, jornais, revistas e outros sobre empresas sustentáveis (locais, regionais ou globais) que se utilizam da EA como seu principal instrumento de desenvolvimento sustentável.

Faça valer a pena

1. Dentre as alternativas socioambientais já estudadas, tais como os negócios sociais e a economia solidária, colaborativa e criativa, temos agora outro desafio traduzido pelo estudo dos aspectos relevantes da Educação Ambiental.

Neste sentido, é correto afirmar que Educação Ambiental:

- a) Cuida exclusivamente do efeito estufa.
- b) É o ato político praticado em qualquer parte do mundo.
- c) Parte da reflexão das práticas socioambientais de prevenção de impactos ambientais e preservação.
- d) É meio de garantir o meio ambiente urbano e rural.
- e) É a forma de delimitar o meio ambiente.

2. O dióxido de carbono (CO_2); o óxido nitroso (N_2O); o metano (CH_4); e o cloro-fluor-carboneto (CFC) são os principais gases que têm intensificado um fenômeno que leva ao aquecimento global e tem afetado de tal forma o planeta que as geleiras têm sofrido com o degelo, levando ao estado de alerta.

Assinale a alternativa correta que se refere a esse fenômeno:

- a) Crescimento demográfico.
- b) Pegada ecológica.
- c) Ilhas de Calor.
- d) Efeito estufa.
- e) Camada de ozônio.

3. Dias (2002) afirma que o ser humano precisa modificar o quadro da insustentabilidade existente no planeta. Para tanto, será necessário descobrir um novo estilo de vida baseado em uma ética global, resgatar e criar novos valores e repensar e modificar os seus hábitos de consumo. Precisa-se viabilizar o desenvolvimento sustentável. A Educação Ambiental é o instrumento principal para processar essas transformações.

Neste sentido, é correto afirmar que:

- a) Que a transformação social em face do meio ambiente independe de políticas públicas e cada um deve agir da maneira que entender certa em face do meio ambiente.

- b) O compromisso humano como meio ambiente gera a sustentabilidade, que é uma questão social relevante e que está efetivamente na mão de cada um de nós.
- c) As políticas públicas não incluem a Educação Ambiental.
- d) A Educação Ambiental não integra as alternativas socioambientais que apenas inclui os negócios sociais.
- e) A Educação Ambiental apenas é objeto da educação básica, excluindo a educação de nível superior.

Seção 4.4

Responsabilidade socioambiental e consumo consciente

Diálogo aberto

Chegamos à última seção da nossa disciplina! A partir de agora iremos iniciar nossos estudos sobre outra alternativa socioambiental, tendo em vista que já estudamos os negócios sociais, economia solidária, colaborativa e criativa, bem como a Educação Ambiental. Para concluir esta Unidade 4, traremos a discussão sobre a responsabilidade socioambiental e o consumo consciente, pois são, também, alternativas socioambientais.

Para compreender a questão, temos que estabelecer a relação da função social da empresa e o consumo consciente, sendo necessário compreender o que é efetivamente responsabilidade social e, de consequência, o que é consumo consciente.

Para melhor aplicarmos o conhecimento adquirido, vamos retomar a nossa situação hipotética, que trata da proposta de Juca junto à “Granja Piu”, na cidade de Águas Claras. Com o crescimento do seu agronegócio, Juca se viu obrigado a contar com os vizinhos do sítio que, unidos, montaram uma cooperativa para gerir os negócios que passaram a pedir uma melhor gestão. Para implementar esse modelo de gestão solidária, buscaram aprimoramento por meio da Educação Ambiental. Contudo, isso não está sendo suficiente, tendo em vista que precisou contratar empregados e cuidar da marca dos produtos para garantir credibilidade no mercado, para isto, procurou uma consultoria de marcas para promover o consumo.

Pergunta-se: A consultoria propiciará a retratação da imagem do agronegócio de Juca? De que forma? E como promoverá o consumo consciente?

Não pode faltar

A responsabilidade social e o consumo consciente são, também, alternativas socioambientais. Você consegue imaginar qual é a relação entre a função social da empresa e o consumo consciente? Os projetos

sociais adotados pelas empresas relacionam-se com o consumo consciente? Para responder a essas questões, é necessário compreender o que é efetivamente responsabilidade social e, conseqüentemente, o que é consumo consciente.

Responsabilidade Social, objeto de nosso estudo nesta disciplina, refere-se ao cumprimento dos deveres e das obrigações dos indivíduos e das empresas para com a comunidade e sociedade local, regional e global, sendo que para alguns sociólogos a responsabilidade social se trata de uma forma de retribuição aos locais, em face do impacto provocado, por exemplo, para a instalação da empresa. E, ainda, a Responsabilidade Social diz respeito aos deveres que se deve cumprir e as obrigações do cidadão e empresas para com a sociedade em geral.

No que se refere à empresa, é importante compreender a **responsabilidade social corporativa ou organizacional**, que trata do conjunto de práticas e ações da empresa que beneficiam a sociedade e as corporações (organização), levando em consideração a economia, a sociedade, o meio ambiente, a educação, a saúde, o transporte, a moradia, as atividades locais e o governo. Essas ações otimizam ou criam programas sociais, trazendo benefício mútuo entre a corporação (organização/empresa) e a comunidade local, a fim de melhorar a qualidade de vida dos empregados e da população.

Sem sombra de dúvidas, a **responsabilidade social corporativa** é uma forma de gestão, a qual tem que ser ética e, portanto, transparente na organização dos interesses para diminuir os impactos negativos no meio ambiente e na comunidade e, para isto, é muito importante o diálogo aberto com a comunidade.

Por força do capitalismo, o mundo tendeu a deixar de lado o humano voltando-se ao lucro e apenas a ele. As questões ambientais e o fato dos recursos serem finitos fez com que os valores fossem revistos e por essa razão as corporações (empresas/organização) passaram a se humanizar.

A consciência de todos e das práticas de todos em favor do meio ambiente promoveu a pressão da sociedade sobre as corporações (empresas/organização) a fim de que estas cada vez se comprometam não só com o meio ambiente, mas também com a sociedade, integrando-a efetivamente. Isso, portanto, muda a concepção de função social da empresa que passa a um conceito amplo que inclui a responsabilidade socioambiental.

Levitt (1958), crítico contumaz da função social e da responsabilidade social empresarial, contribui com sua crença de que o poder social em uma instituição econômica tem a capacidade de comprometer futuramente a sociedade pluralista, podendo levar ao fim o capitalismo.

As empresas, até por uma questão de preservação de sua imagem perante a sociedade, têm lançado mão de projetos sociais e ambientais diversos com reflexo da sua responsabilidade socioambiental.

Por essa razão é importante dois conceitos, quais sejam: função social empresarial e imagem empresarial.

O conceito de **Função Social Empresarial** envolve a ideia de que o lucro e somente ele não é mais a função prioritária da empresa. As empresas, hoje, incluem no seu rol de prioridade os reflexos de suas decisões perante a sociedade, incorporando o bem privado à utilização voltada à coletividade, trazendo ao empresário a realização social, e todos, inclusive os seus colaboradores, para alcançar o fim social.

Neste sentido:



[...] função social da empresa é a obediência ao princípio da dignidade humana, inclusive no que tange à preservação da honra e da saúde física e psicológica do empregado nos atos de gestão da empresa, de modo a limitar o poder diretivo do empregador.” (WAMBIER, 2013, p. 167)

À função social empresarial também inclui, além da responsabilidade social, a responsabilidade ambiental. A conjunção do respeito à dignidade do trabalhador, no caso os empregados, ao respeito à sociedade, ao meio ambiente e ao consumidor garantirá à empresa uma satisfatória imagem empresarial, que é nada mais nada menos que sua honra, neste caso objetiva, porque a empresa é uma abstração, uma criação humana com personalidade própria.

A Imagem Empresarial ou Imagem Corporativa é a feição da empresa, ou seja, como ela é percebida pela sociedade. É a sua identidade corporativa, definindo-a perante a sociedade. O seu crédito depende da sua imagem que está ligada a visão, valor e missão da empresa atrelado à responsabilidade social e ambiental. Diz respeito à ideologia da marca e o perfil de seus produtos e como são colocados para o consumidor.

A Natura, por exemplo, projeta a imagem de “defensora do meio ambiente” e esta é a sua ideologia, a qual se retrata no perfil de cada produto que garante ao consumidor que este está consumindo produtos de qualidade e que não causam danos ao meio ambiente.

Todos projetos sociais advindos da Natura prezam pelo meio ambiente integrando a pessoa humana ao contexto de preservação e trabalho humanizado, além da promoção da educação como responsabilidade social.



Pesquise mais

Conheça mais sobre o Instituto Natura e sua imagem empresarial!

Disponível em: <<http://www.institutonatura.org.br/>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

O consumidor passa a ter um papel importante porque ele qualifica ou não o produto de acordo com a sua ideologia. Empresas que se utilizam da mão de obra infantil, por exemplo, são vistas negativas pelos consumidores que acabam boicotando o consumo de seus produtos e denegrindo a imagem da empresa e, de consequência, da marca.

Tudo integra a **responsabilidade social empresarial** e promove o **consumo consciente**. O exemplo simples disso é trocar o copo de plástico descartável pelo copo durável a fim de eliminar do lixo mais plástico, que custa a ser absorvido pela natureza.



Assimile

Consumo consciente refere-se ao consumo no qual o indivíduo, a fim de avaliar as suas compras, as realiza de modo consciente em face do meio ambiente, para preservá-lo às gerações futuras. Este tipo de consumo é muito importante e de necessária aplicação para a sociedade de consumo – sociedade de risco, a qual estudamos anteriormente, lembra-se?

Comprar somente o que necessita e passar à frente o que não mais lhe é útil e está em bom estado, por meio de doação ou junto a brechós ou mercados de pulgas, trata-se de um meio de reutilização que também previne a produção de lixo. É, portanto, consumir de forma responsável, pensando nas consequências do seu ato de compra e qualidade de vida para esta e para as gerações futuras.

Figura 4.3 | Símbolo da Reciclagem representando a necessidade do consumo consciente para equilíbrio do planeta



Fonte: <<http://cdn1.mundodastribos.com/459613-Consumo-consciente-o-que-%C3%A9.jpg>>. Acesso em: 28 fev. 2016.



Refleta

O consumo consciente refere-se a uma mudança no estilo de vida de cada um? As empresas devem promover o consumo consciente? De que modo?

Ao falar de **consumo consciente**, o Ministério do Meio Ambiente Brasileiro introduziu o que ficou conhecido como o **Princípio dos 3R's**, que trata do trinômio reduzir-reutilizar-reciclar como componente do consumo consciente.

Diz o referido Ministério:



Um caminho para a solução dos problemas relacionados com o lixo é apontado pelo Princípio dos 3R's - Reduzir, Reutilizar e Reciclar. Fatores associados com estes princípios devem ser considerados, como o ideal de prevenção e não-geração de resíduos, somados à adoção de padrões de consumo sustentável, visando poupar os recursos naturais e conter o desperdício³.

Segundo o próprio Ministério do Meio Ambiente (MMA), em seu site, indica que o Instituto Akatu sugeriu a inclusão de mais um "R", sendo este o primeiro a ser agregado ao trinômio – REPENSAR –, ficando assim composto: repensar-reduzir-reutilizar-reciclar.

³Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/component/k2/item/7589?Itemid=849>>. Acesso em: 6 mar. 2016

Neste sentido, é importante considerar que conceitua **repensar** como o ato de reflexão sobre os seus atos de consumo e os impactos por ele provocados tanto em face da economia, quanto das relações sociais e da natureza. Ao passo que **reduzir** tem a conotação de consumir menos produtos e dar preferência aos que geram menos resíduos e sejam duráveis, e **reutilizar** seria o reaproveitamento, como adquirir o refil utilizando novamente a embalagem. Reaproveitar os potes de sorvete para armazenamento de alimentos e outros materiais, conforme sugere o MMA. E, por sua vez, **reciclar** que trata da transformação de materiais para a produção de matéria-prima.

Na nossa situação hipotética, verificamos que as cascas de ovos podem se tornar matéria-prima para ração animal, como farinha de osso. Além de papel, latinhas, vidros e outros tantos que podem se tornar matéria-prima. Outro exemplo, os restos de demolição que cujas guarnições, portas, janelas e outras são vendidas como antiguidade e utilizadas em novas construções e o restante, como tijolos e concreto podem servir para fazer aterro para nivelamento de lote de terreno para construção. A compostagem (Figura 4.4) também é outro exemplo.

Compostagem é o meio de reciclar resíduos de alimentos que se transformam em matéria-prima para adubo a ser utilizado em hortas, por exemplo. Tendo sido realizada até de modo caseiro para as hortas domésticas. Lembrando-se de que reciclar trata da transformação de materiais para a produção de matéria-prima.

Figura 4.4 | Compostagem



Fonte: <<https://pixabay.com/pt/adubo-jardim-res%C3%ADduos-bio-natureza-419261/>>. Acesso em: 06 mar. 2016.



Pesquise mais

O que é consumo consciente?

Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/component/k2/item/7591>>.

Acesso em: 28 fev. 2016.



Exemplificando

Vimos em nossa SP que o crescimento do agronegócio de Juca levou à preocupação com os consumidores e para isto a imagem do agronegócio é de suma importância e a promoção do consumo consciente também. Neste caso, estamos diante da responsabilidade socioambiental e consumo consciente dos produtos oriundos do agronegócio de Juca, que terá que investir a propagação da sua imagem já que iniciou o negócio sempre prestigiando o meio ambiente.

Todas as práticas exemplificadas nesta seção levam à **responsabilidade socioambiental**, objeto de todos os nossos estudos até agora, a qual converge na ideia central de preservação do meio ambiente em favor da pessoa humana desta e das próximas gerações.

Sem medo de errar

Nesta seção, você estudou mais uma alternativa socioambiental. A Responsabilidade Socioambiental e o Consumo Consciente se integram aos negócios sociais; economia solidária, colaborativa e criativa; como também, a educação ambiental.

A responsabilidade socioambiental e o consumo consciente constituem-se na prática integrativa da matéria-prima, da produção e do consumo.

Agora você já tem subsídios para responder aos questionamentos da nossa última SP desta unidade, onde viemos estudando a iniciativa de empregado (Juca) frente ao problema (resíduos e dejetos) da empresa ("Granja Piu") na cidade de Águas Claras.

Vimos que, por meio da Educação Ambiental, obteve-se conhecimento técnico e científico para o desenvolvimento

sustentável do agronegócio de Juca, tendo êxito com essa decisão de integrar a Educação Ambiental como recurso para prosperar. Agora, o novo desafio é compreender se a consultoria propiciará a retratação da imagem do agronegócio de Juca e como ela promoverá o consumo consciente.

Para tratar com os consumidores dos produtos e, por sugestão da consultoria especializada, foi indicada a criação de uma marca que retrate a ideologia do agronegócio de Juca, a fim de que a garantia do meio ambiente e dos seus produtos reflitam uma imagem de credibilidade e comprometimento com a qualidade estimulando, inclusive, o consumo consciente do produto e a responsabilidade socioambiental do negócio desde o princípio. Portanto, a consultoria sendo especializada tratará a questão de modo direcionado a fim de promover a imagem do agronegócio aliado ao consumo consciente.

! Atenção

Todo consumo causa impacto (positivo ou negativo) na economia, nas relações sociais, na natureza e em você mesmo. Ao ter consciência desses impactos na hora de escolher o que comprar, de quem comprar e definir a maneira de usar e como descartar o que não serve mais, o consumidor pode maximizar os impactos positivos e minimizar os negativos, desta forma contribuindo com seu poder de escolha para construir um mundo melhor. Isso é Consumo Consciente.

Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/component/k2/item/7591>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

Avançando na prática

Pratique mais!

Instrução

Desafiamos você a praticar o que aprendeu, transferindo seus conhecimentos para novas situações que pode encontrar no ambiente de trabalho. Realize as atividades e as compare com a de seus colegas.

"A promoção do consumo consciente pelas empresas"

1. Competência de fundamento de área	Conhecer as políticas socioambientais e refletir acerca da responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável.
2. Objetivos de aprendizagem	Discutir as questões sociais e éticas relacionadas à Educação Ambiental.
3. Conteúdos relacionados	Alternativa Socioambiental. Sociedade. Meio Ambiente. Responsabilidade Socioambiental. Consumo Consciente.

4. Descrição da SP	<p>Em nossa SP, o agronegócio de Juca ganhou novas perspectivas pela economia solidária e pela introdução de curso online para os cooperados a fim de utilizarem consciente e consistentemente a água, a fim de promover o desenvolvimento sustentável do agronegócio iniciado por Juca.</p> <p>Agora ele tem que promover o seu agronegócio por meio do estímulo do consumo e também criar e fortalecer a sua marca que demonstre a ideologia do negócio.</p> <p>A fim de compreender melhor o tema, faça um levantamento na sua região de empresas de grande e médio porte que propõe consumo consciente e promovam a sua marca para este fim. Levante, ao menos, três propostas e as avalie levando em conta o objeto da empresa. Identifique se essas empresas têm agido de modo a propagar o conhecimento junto ao seu entorno, ou seja, a sociedade local.</p>
5. Resolução da SP	<p>A resolução da situação apresentada está no conhecimento prévio da Responsabilidade Socioambiental e Consumo Consciente.</p>



Pesquise mais

As empresas mais conscientes do Brasil têm premiação da Akatu, que estimula as empresas a propagarem o consumo consciente. O prêmio identifica e reconhece as corporações que impulsionam o surgimento de uma nova economia – que respeite e preserve o meio ambiente, promova a felicidade dos empregados, seja transparente nas ações e adote modelos de negócios que gerem impactos positivos para toda a sociedade. Natura, Maria Farinha Filmes e Yougreen foram algumas das empresas reconhecidas. Veja mais em: Disponível em: <www.akatu.org.br> e <<http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/Divulgado-o-resultado-do-premio-As-Empresas-Mais-Conscientes-do-Brasil-promovido-pela-ISTOE>> Acesso em: 28 fev. 2016



Faça você mesmo

A imagem da empresa se transforma quando esta demonstra a sua responsabilidade socioambiental e promove o consumo consciente?

Pesquise na internet, jornais e revistas sobre empresas sustentáveis locais, que podem ser consideradas empresas conscientes.

Faça valer a pena

1. A responsabilidade social e o consumo consciente são, também, alternativas socioambientais, pois a responsabilidade social se refere ao cumprimento dos deveres e obrigações dos indivíduos e das empresas para com a comunidade e sociedade local, regional e global.

Nesse sentido, é correto afirmar que:

a) Para alguns sociólogos, a responsabilidade social se trata de uma forma

de retribuição aos locais, em face do impacto provocado, por exemplo, para a instalação da empresa.

b) A responsabilidade social e ambiental é a função social empresarial e o seu cumprimento é suficiente para os seus empregados.

c) Para a sociedade brasileira, basta a erradicação da pobreza pelas práticas empresariais para suprir a sua responsabilidade socioambiental.

d) Para suprir as necessidades empresariais, basta o cumprimento da função social da empresa.

e) A função social empresarial não se relaciona com a responsabilidade social.

2. A _____ diz respeito aos deveres que se deve cumprir e as obrigações do cidadão e empresas para com a sociedade em geral. No que se refere à empresa, é importante compreender a _____ corporativa ou organizacional, que trata do conjunto de práticas e ações da empresa que beneficiam a sociedade e as corporações (organização), levando em consideração a economia, a sociedade, o meio ambiente, a educação, a saúde, o transporte, a moradia, as atividades locais, e o governo. Essas ações otimizam ou criam _____, trazendo benefício mútuo entre a corporação (organização/empresa) e a _____, a fim de melhorar a qualidade de vida dos empregados e da população.

Assinale a alternativa que preenche as lacunas:

a) Responsabilidade ambiental; responsabilidade social; programas ambientais; comunidade local.

b) Responsabilidade social; responsabilidade ambiental; programas econômicos; comunidade regional.

c) Responsabilidade social; responsabilidade social; programas sociais; comunidade local.

d) Responsabilidade socioambiental; responsabilidade social; programas econômicos; comunidade regional.

e) Responsabilidade ambiental; responsabilidade socioambiental; programas ambientais; comunidade global.

3. Trata-se de uma forma de gestão, a qual tem que ser ética e, portanto, transparente na organização dos interesses para diminuir os impactos negativos no meio ambiente e na comunidade e, para isto, é muito importante o diálogo aberto com a comunidade.

Assinale a alternativa que diz respeito ao conceito do texto:

- a) Imagem empresarial.
- b) Responsabilidade ambiental empresarial.
- c) Função social empresarial
- d) Responsabilidade social empresarial.
- e) Consumo consciente.

Referências

- BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>>. Acesso em: 28 fev. 2016.
- CARVALHO, Izabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Iniciação a temática ambiental**. São Paulo: Gaia, 2002.
- ECONOMIA Solidária diante do Modo de Produção Capitalista. **A Economia Solidária**: volume I. Disponível em: <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2016.
- ECONOMIA SOLIDÁRIA. Entrevista com Paul Singer. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 22, n. 62, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020>. Acesso em: 17 fev. 2016.
- GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos Econômicos Solidários. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 135-143.
- GAIGER, L. I. et al. A Economia Solidária no RS: viabilidade e perspectivas. **Cadernos CEDOPE - Série Movimentos Sociais e Cultura**, São Leopoldo, Unisino, n. 15, 1999.
- GRAMEEN Creative Lab. Disponível em: <<http://www.grameencreativelab.com/our-company/vision-2015.html>>. Acesso em: 4 fev. 2016.
- JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2016.
- KINDEL, Eunice Aita Isaia; SILVA, Fabiano Weber da; SAMMARCO, Yanina Micaela (Orgs.). **Educação ambiental: vários olhares e várias práticas**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- LEVITT, Theodore. The Dangers of Social Responsibility. **Harvard Business Review**, p. 44-46, set./out. 1958.
- LOUREIRO, Carlos Frederico de. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.
- MANCE, Euclides André. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 178.
- SINGER, Paul. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao neoliberalismo. **Proposta – Revista Trimestral de Debates**. São Paulo: FASE, 1997.
- SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- YUNUS, Muhammad. **Creating a World Without Poverty**. Social Business and the Future of Capitalism Public. Affairs (S.L.). 2009. 320 p.
- WAMBIER, Luciane. A Função Social da Empresa e o Princípio da Solidariedade:

instrumentos de cristalização dos valores sociais na estrutura jurídico-trabalhista. **Revista dos Tribunais**, n. 42, p. 167, 2013. Disponível em: <http://portal.trt15.jus.br/documents/124965/1402934/Rev.42_art.9/8e98c931-a6ee-477c-8464-5f1507fbd86e>. Acesso em: 28 fev. 2016.



ISBN 978-85-8482-451-9



9 788584 824519 >